



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

ADRIANA CORREIA DE OLIVEIRA

MARIANAS DO GEFA, LUGAR SOLIDÁRIO:

UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO,
PORTO VELHO – RO

Porto Velho – RO

2016



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

ADRIANA CORREIA DE OLIVEIRA

MARIANAS DO GEFA, LUGAR SOLIDÁRIO:

**UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO,
PORTO VELHO – RO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação Mestrado e
Doutorado em Geografia da Fundação
Universidade Federal de Rondônia.
Área de concentração: Amazônia e Políticas de
Gestão Territorial. Orientadora: Profa. Dra. Maria
das Graças Silva Nascimento Silva

Porto Velho – RO

2016

ADRIANA CORREIA DE OLIVEIRA

**MARIANAS DO GEFA, LUGAR SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA
DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO, PORTO VELHO – RO**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Profa. Dra. Lucileyde Feitosa de Sousa (Examinadora externa)

Profa. Dra. Siane Cristhina Guimarães Silva (Examinadora Interna)

Resultado _____

Porto Velho, de 17 novembro de 2016

DEDICATÓRIA

Exemplo de Mulher

Mãe, quer dizer amor
Mãe, quer dizer pureza
Mãe, sabe quem eu sou
E acha que eu sou perfeita
Mãe, quer dizer carinho
Mãe, quer dizer beijinho
Mãe, me faz sentir especial
Quantas vezes eu não te escutei
E escolhi os meus caminhos
Mas você não desistiu de mim
Você sempre viu muito além
Do que os outros conseguiram ver
E porque você orou, eu venci

Mãe, eu não te mereço
Mãe, eu te agradeço
Mãe, você não tem preço
Mãe, você é tudo de bom
Mãe, você é tão bonita
Mãe, amor da minha vida
Mãe, minha melhor amiga

Quem te conhece te quer
Mãe, você pra mim é o melhor exemplo de mulher.

Mãe, quer dizer amor
Mãe, quer dizer pureza
Mãe, sabe quem eu sou
E acha que eu sou perfeita
Mãe, quer dizer carinho
Mãe, quer dizer beijinhos
Mãe, acha que eu sou especial.

Quantas vezes eu não te escutei
E escolhi os meus caminhos mas você não desistiu de mim,
Você sempre viu muito além
Do que conseguiram ver

E porque você orou,eu venci.

Mãe,eu não te mereço

Mãe,eu te agradeço

Mãe,você não tem preço

Mãe, você e tudo de bom.

Mãe,você e tao bonita

Mãe, amor da minha vida

Mãe,minha melhor amiga

Quem te conhece te quer

Mãe, você pra mim e o melhor exemplo de mulher.

Mãe,você pra mim e o melhor exemplo de mãe...

*A minha mãe Maria Francisca correia de Oliveira Aos
meus filhos Jhon Lennon de oliveira Santos e Mateus de Oliveira Martins, meus principais
motivadores.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade, força e fé que obtive para realizar mais esta conquista tão importante em minha vida.

A toda minha família que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos os momentos difíceis, especialmente a minha mãe Maria Francisca Correia de Oliveira, por toda sua dedicação, compreensão e total apoio durante esta caminhada.

A minha filha do coração Giseli Correia Alves, por me demonstrar com seus gestos, olhares, sorrisos e alegrias que os sonhos podem ser compartilhados e realizados.

A todos os professores do Departamento de Geografia, pelo incentivo acadêmico e por dividirem comigo os seus conhecimentos durante o curso da graduação.

À Universidade Federal de Rondônia, pela oportunidade de me proporcionar a formação acadêmica. Ao Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado – PPGG pela oportunidade e à CAAPES pela bolsa que me auxiliou durante a pesquisa

Às pesquisadoras do Grupo de Estudo e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero – GEPEGÊNERO, especialmente à professora Dr^a Maria da Graças Silva Nascimento Silva, pela paciência em minhas limitações.

A Minha amiga Lauri Miranda, pelo carinho, amizade apoio se fazendo presente a todo instante na elaboração deste humilde trabalho.

Às mulheres do GEFA pela receptividade, colaboração e disponibilidade em contribuir com as informações necessárias para a execução da pesquisa.

Aos companheiros de trabalho Jorge Oliveira do Nascimento. Hiléia Silva Oliveira e Daniele Santos Couto que se tornaram pessoas tão queridas durante este último ano de minha jornada como mestranda.

À turma do mestrado em geografia 2014, pelos momentos que passamos lado a lado durante as disciplinas, bem como a troca de conhecimento em busca de mais esta conquista em nossas vidas.

Às Pesquisadoras: Ana Paula Bezerra Schaefer, Viviane Nery da Silva, Gracimar Moreira Alencar, pelas informações compartilhadas nos momentos difíceis da elaboração deste trabalho.

(...) Lugares muito queridos não são necessariamente visíveis, quer para nós mesmos, quer para os outros. Os lugares podem se fazer visíveis por de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos. Os lugares humanos se tornam muito reais por meio da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos.

Yi-fu Tuan (Espaço e lugar: a perspectiva da experiência)

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma investigação sobre o espaço, lugar e trabalho de um grupo de mulheres no Grupo Espírita Francisco de Assis – GEFA, instituição localizada no bairro Mariana, município de Porto velho analisar como se constrói a organização do espaço produtivo da mulher na zona leste bairro Mariana, município de Porto Velho Rondônia. As análises se deram a partir do ano de 2009 e 2015 com a proposta de fazer uma comparação entre esses dois períodos. A partir das ações desenvolvidas pelo Grupo de Mulheres e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e a vivência com a comunidade, propondo novas estratégias de capacitações para a comunidade com alternativas de desenvolvimento local, fortalecendo os espaços de diálogos, bem como a troca de saberes, dando enfoque para as relações de gênero e duas assimetrias no mundo do trabalho, bem como os entraves encontrados nas ações públicas. Utilizamos como método a fenomenologia. A metodologia utilizada privilegiou estudos qualitativos e quantitativos a partir de uma abordagem fenomenológica do espaço e lugar das relações dessas colaboradoras e da sua inserção no mundo do trabalho. Contamos com um total de 31 colaboradoras, entrevistamos todas, mas apenas 18 delas demonstraram interesse em responder aos questionários que foram aplicados com questões abertas para melhor compreensão do seu cotidiano familiar e de sua inserção no mundo do trabalho mais detalhadamente. A análise dos dados permitiu identificar que as formas de atuação no espaço e lugar das colaboradoras no mercado de trabalho, bem como algumas delas, obtiveram acesso às políticas públicas dando uma maior visibilidade ao seu empoderamento no âmbito doméstico sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Gênero. Espaço. Lugar e Trabalho.

ABSTRACT

The present dissertation presents an investigation about the space, place and work of a group of women in the 'Group Spiritist Francisco of Assis' – GEFA, institution located in the neighborhood Mariana, city of Porto Velho, Rondônia. The analysis happened in the years 2009 and 2015 with the proposal to make a comparison between these two periods. The objective is to identify the significant changes occurred in the lives of collaborators by the actions developed by 'Group of Women and Social Relations of Gender' - GEPGÊNERO of University Federal of Rondônia - UNIR and the experience with the community, proposing new strategies of capacitance for the community with alternatives of local development, strengthening the spaces of dialogue, as well as the exchange of knowledge, giving focus to gender relations and your asymmetries in the world of work, as well as obstacles encountered in the public actions. We use as method the Phenomenology. The methodology used has privileged for qualitative and quantitative studies from a phenomenological approach of space and place of relations of these collaborators and their insertion in the world of work. We interviewed 31 women, and of this total, we apply only 18 questionnaires with open questions, for understanding of their family routine and their insertion in the world of work more detailed. The analysis of data allowed identifying that the forms of acting in space and place of the collaborators in job market, as well as some of them, have obtained access to public policies giving greater visibility to their empowerment in household ambit.

Keywords: Gender. Space. Place and Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW – Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher
CEFDCEM – Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CEPESCO – Centro de Estudos em Saúde Coletiva
CF – Constituição Federal
CIN – Conferência Internacional sobre Nutrição
CIPD – Conferência Internacional sobre População e desenvolvimento
CMDM – Conferência da Metade da Década da Mulher
CNPM – Conferência Nacional de Políticas públicas para Mulheres
DDM – Delegacia de Defesa da Mulher
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio econômicos
DMN – Declaração Mundial sobre Nutrição
ESDE – Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita
FWCW/KCMN – Conferência de Beijin
GEFA – Grupo Espírita Francisco de Assis
GEPGÊNERO – Grupo de Estudos e pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
IPEA – Instituto de Pesquisa econômica aplicada
ISPM – Secretaria Especial de Políticas para as mulheres
MNMMR – Movimento Nacional de meninos e meninas de rua
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Ação da China
PAR – Plano de ação Regional
PIBEX – Programa de Bolsas de Extensões
PMD – Plano para mulheres em desenvolvimento
PMPV – Prefeitura Municipal de Porto Velho
PNPM – Plano Nacional de Políticas públicas para mulheres
PNUD – Plano das Nações Unidas para o desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SADT – Serviço de Apoio a Diagnose e Terapia

SEMAC – Secretaria Municipal de Ação Social

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMUR – Secretaria de Moradia urbanização e regularização

SENAC – Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESI – Serviço Social da Indústria

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cursistas no Encerramento da oficina de panificação realizada no GEFA	29
Figura 2 – Os equilíbrios de gênero e suas contemporaneidades	51
Figura 3 – Quadro cronológico das Grandes Conferências para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero	58
Figura 4 – Quadro cronológico das Grandes Convenções sobre a Mulher.....	61
Figura 5 – Quadro sobre a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e suas atribuições.....	65
Figura 6 – Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas para as Mulheres	66
Figura 7 – Quadro dos Objetivos, Metas e Linhas de Ação do PNPM.....	69
Figura 8 – Foto da varanda da frente do prédio do GEFA	72
Figura 9 – Gráfico dos colaboradores da pesquisa	83
Figura 10 – Mapa da Área Urbana Município de Porto Velho	85
11 – Esquema dos procedimentos Metodológicos 1	90
Figura 12 – Mapa de localização do GEFA, Bairro Mariana	92
Figura 13 – Foto dos alimentos servidos pelas colaboradoras nas atividades da creche	93
Figura 14 – Foto das Palestras públicas realizadas às quartas-feiras e aos sábados	94
Figura 15 – Foto das Cestas de legumes oferecidas às famílias do GEFA	95
Figura 16 – Organograma dos procedimentos metodológicos 2.....	96
Figura 17 – Entrega de certificados na cerimônia de encerramento das oficinas “Fermentando o Futuro”	97
Figura 18 – Quadro dos cursos e oficinas desenvolvidos pelo GEFA pelas pesquisadoras do GEPGÊNERO	98
Figura 19 – Quadro das atividades semanalmente desenvolvidas pelo GEFA em 2015	99
Figura 20 - Gráfico da permanência das colaboradoras da pesquisa no GEFA.....	101
Figura 21 – Gráfico da redução da participação das colaboradoras da pesquisa no GEFA	102
Figura 22 – Localização do Bairro Mariana, Porto Velho, Rondônia, Brasil	103
Figura 23 – Gráfico da faixa etária das colaboradoras.....	104

Figura 24 – Gráfico da escolaridade das colaboradoras	106
Figura 25 – Gráfico da quantidade de filhos das colaboradoras	110
Figura 26 – Palestra Educativa de Saúde	112
Figura 27 – Educação Infantil.....	113
Figura 28 – Gráfico de distribuição por religião	114
Figura 29 – Gráfico do estado civil das colaboradoras.....	116
Figura 30 – Quadro das atividades exercidas no GEFA pelas colaboradoras em 2011 e 2016	117
Figura 31 – Foto da sede do GEFA.....	122
Figura 32 – Foto da turma do curso de letramento desenvolvendo as atividades escritas.....	123
Figura 33 – Lanche servido às mulheres na oficina Rompendo Fronteiras no Grupo Espirita Francisco de Assis	124
Figura 34 – Foto da oficina de produtos de limpeza.....	125
Figura 35 – Foto do bazar beneficente.....	126
Figura 36 – Foto do sopão solidário	127
Figura 37 – Foto das mães em entretenimento com as crianças.....	128
Figura 38 – Foto de um trabalhador do GEFA separando as cestas de legumes e frutas para a distribuição das famílias cadastradas.....	129
Figura 39 – Foto da equipe trabalhadores voluntários do GEFA.....	130
Figura 40 – Foto da distribuição de Cestas básicas.....	131
Figura 41 – Foto dos quites escolares distribuído para as crianças de famílias com alta vulnerabilidade social	132

Mulher

Dizem que a mulher É o sexo frágil Mas que mentira

Absurda!

Eu que faço parte Da rotina de uma delas Sei que a força Está com elas...

Vejam como é forte A que eu conheço Sua sapiência

*Não tem preço Satisfaz meu ego Se fingindo submissa Mas no fundo Me
enfeitiça...*

Quando eu chego em casa À noitinha Quero uma mulher só minha

Mas prá quem deu luz Não tem mais jeito Porque o filho Quer seu peito...

O outro já reclama A sua mão E o outro quer o amor

Que ela tiver Quatro homens Dependentes e carentes Da força da mulher...

Mulher! Mulher! Do barro De que você foi gerada

Me veio inspiração Prá decantar você Nessa canção...

Mulher! Mulher! Na escola Em que você foi

Ensinada Jamais tirei um 10 Sou forte Mas não chego Aos seus pés...

Erasmu Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I: A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E GÊNERO	29
1 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E GÊNERO.....	30
1.1 A Divisão Sexual do Trabalho – Trabalho e Família	39
1.1.1 As Relações de Gênero: Mulher no Mercado de Trabalho	41
1.2 A Geografia e o estudo do Espaço e Lugar	46
CAPÍTULO II: A HISTORICIDADE DE GÊNERO	51
2 A HISTORICIDADE DE GÊNERO NAS GRANDES CONFERÊNCIAS	52
2.1 A Contemporaneidade das Relações de Gênero nas Políticas Públicas	64
2.2 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica	67
CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO	72
3 PERCURSO METODOLÓGICO: CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DA PESQUISA	73
3.1 CARACTERIZANDO O método ÁREA DE ESTUDO	73
3.2 O Diário e as Experiências Vivenciadas em Campo	75
3.3 A Marcha para o Trabalho de Campo	81
3.4 Localização e Caracterização da Área Estudo.....	83
3.5 Bairro Mariana.....	86
3.6 GEFA: O Lugar do Encontro com a Solidariedade	90
CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÕES	97
4 DIAGNÓSTICO GERAL DO GEFA E SEU ENTORNO	98
4.1 Diagnóstico Social e Econômico das Colaboradoras.....	102
4.1.1 Faixa Etária	104
4.1.2 Escolaridade	105
4.1.3 Taxa de Natalidade	109
5 O OLHAR GEOGRÁFICO DO LUGAR através das IMAGENS.....	123
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS.....	136

APRESENTAÇÃO

Antes de iniciar a discussão do presente estudo, que resultou na construção da dissertação de mestrado em Geografia, se faz necessário apresentar uma retrospectiva da caminhada acadêmica e da problemática desta pesquisa.

O percurso acadêmico trilhado tem como pano de fundo algumas pontas soltas da minha trajetória de vida, ou seja, circunstâncias vivenciadas na família, na escola e na igreja.

Portanto, foram relacionamentos sedimentados ao longo da minha caminhada de vida que influenciou em uma série de escolhas, inclusive, a opção de trilhar pela busca do conhecimento no sentido de vencer a pobreza.

Desse modo, a decisão pessoal de estudar, refletiu em todas as fases do meu cotidiano e das experiências pessoais vividas. Tais fases nortearam as escolhas de cunho pessoal, influenciando dessa maneira, fazer a opção pela vida acadêmica e a sala de aula como professora de geografia.

Não poderia deixar de registrar que não conheço o meu pai biológico, pois pelas peripécias da vida minha mãe com apenas 15 anos de idade engravidou. Minha avó que morava no Seringal Santo Antônio do Guaporé, localizado no “baixo Madeira”, com suas limitações, em compreender o ato ocorrido com sua filha motivada pela ignorância. Tal fato fez com que minha mãe fosse expulsa de casa.

Por sua vez, minha mãe grávida, e com a represália sofrida, precisava achar um norte para sua vida depois de expulsa da comunidade local que vivia em família. Nesse caso, chegou de barco a Porto Velho, capital do estado de Rondônia, ficou perambulando pelas praças da cidade até que encontrou um homem que a achou muito bonita e lhe fez uma proposta de convivência marital.

Explicado o caso a esse homem, ele aceitou a minha mãe grávida. Dessa maneira, ela chegou a Guajará-Mirim, me carregando no ventre. Após o meu nascimento fui registrada e criada por ele, que é meu pai de criação e do coração.

Nascida e criada em uma cidade do interior de Rondônia, minha mãe ter ficado viúva com apenas 21 anos de idade foi o bastante para perceber desde cedo a rotina árdua que ela enfrentava para nos educar no início da década de 1980, com três filhas menores de idade.

Sendo nossa família marcada pelas adversidades, sempre observei o discurso da minha mãe com relação às diferenças de gênero, ou seja, o tratamento

dispensado dos homens para com as mulheres, principalmente nas relações de trabalho.

Nessa época não existia a consciência crítica, muito menos se entendia o porquê das condições impostas às mulheres, mas os questionamentos se instalavam de forma silenciosa e discreta nos meus pensamentos.

De procedência humilde, minha mãe sendo a filha mais velha dentre sete irmãos, era difícil aceitar o fato de ter quatro irmãos do sexo masculino e estes não poderem contribuir com as tarefas domésticas do dia a dia. Nosso avô, que era considerado o chefe da família, em todos os sentidos, não permitia a participação deles nos trabalhos que eram considerados de obrigação da “Mulher”.

Em uma família patriarcal, na qual a mulher ingênua e criada para ser submissa ao homem. Não tendo a oportunidade de questionar as ordens do chefe da família. Desse modo, minha mãe silenciava seus pensamentos perante as ordens do seu pai.

Na outra ponta, minha mãe reclama a ausência de seus irmãos nos afazeres domésticos a minha avó. Diante da reclamação da filha mais velha, ela se limitava a afirmar que as prendas domésticas seriam responsabilidade das mulheres da casa, pois não cabia aos homens esse tipo de tarefa. Essa era a maneira que as mulheres, desde cedo, eram preparadas para o casamento, pois assim, saberiam desempenhar corretamente o papel de boa esposa e mãe de família. Emocionada, recordo com lágrimas, a necessidade que minha mãe tinha de nos deixar na companhia da nossa avó materna, após reconciliação.

Morando em Guajará-Mirim, minha mãe buscou seu primeiro emprego que, ainda em uma época marcada pelo machismo, serviu para quebrar alguns paradigmas com relação às profissões consideradas “masculinas” de trabalhar em uma fábrica de tijolos, descarregar caminhões e, por fim, trabalhou em uma serraria onde manuseou a serra de corte.

Portanto, minha mãe inseriu-se no “mundo dos homens” e buscou o seu espaço no mercado de trabalho. Sendo assim, a luta desta guerreira não foi em vão para não deixar faltar o pão que garantiria a sobrevivência da nossa família.

Não posso me furtar aos relatos de vida da minha mãe com relação aos chamados “bicos” que lhe renderam muitas lágrimas pela remuneração inferior ao dos homens. Pois a classe masculina sempre ficava com salários superiores ao das poucas mulheres que trabalhavam prestando o mesmo serviço.

Assim, crescemos em um lar chefiado por uma mulher que desempenhava o papel de pai e de mãe. Por sua vez, o ambiente familiar era marcado pela necessidade de deixar suas três filhas sob os “cuidados” de familiares. Esse convívio rendia, algumas vezes, agressões verbais e físicas.

Nesse particular, cuidar de três crianças para uma mulher viúva com apenas 21 anos de idade que precisava trabalhar para garantir a alimentação básica do dia a dia parecia ser um incômodo para esses “cuidadores”.

Os percalços continuavam a marcar nossas vidas, principalmente nas tentativas frustradas de nos colocar em uma creche pública, nos horários correspondentes a sua labuta. Tais tentativas foram inviabilizadas sob alegações de que tínhamos pouca idade, ou seja, uma com seis anos, outra com dois anos e a caçula, com apenas meses de nascida. Sendo assim, por longos anos fomos cuidando uma das outras.

Nossa mãe, antes de ausentar-se para o trabalho, nos dava banho, penteava nossos cabelos, nos vestia e ainda deixava a comida pronta. Além disso, recomendações não faltavam no sentido de não abrir a porta a nenhum estranho.

Dessa maneira, a passagem pela infância, adolescência, até chegarmos a juventude, a ausência dos cuidados maternos, mediante os relatos anteriores, nos rendeu algumas cicatrizes na alma e no corpo devido a alguns acidentes domésticos. Nesse caso, minha irmã quase chegou a óbito por ter ingerido querosene pensando que era água, no intuito de saciar sua sede.

Quando atingi a maior idade, fui acompanhada de minha meia-irmã para Porto Velho/RO em busca de estudo e emprego. Dessa maneira, a capital rondoniense foi o grande cenário do início da minha fase adulta.

Portanto, buscamos trabalho pelas esquinas invisíveis dessa cidade, no sentido de lutar pela sobrevivência. Mas, para a grande parte de nossa vizinhança, que se reunia nos fins de tardes nas calçadas de frente as suas casas, surgiam histórias semelhantes de mães solteiras ou viúvas que competiam sozinhas no mundo dos homens.

Dessa forma, a história da nossa mãe servia de referência na luta por direitos iguais e por uma vida melhor, por meio do trabalho que oportunizasse o acesso ao estudo, representando um esforço para garantir qualidade de vida futura. Por sua vez, quando procuramos caminhos que nos levou aos estudos, não repetimos sua sina na invisibilidade doméstica do lar.

Foi no município de Porto Velho que aprendi o significado do que é ser mulher “equilibrada”, ou seja, apreendi na prática e senti na pele os arranjos que uma mulher passa no seu cotidiano em busca de ascensão no campo profissional ao longo da vida, bem como a competitividade no mundo do trabalho.

Mas, minha consciência me impulsionou para uma luta coletiva interna, pois já era mãe de dois filhos. Trabalhava como confeitadeira em um hotel na cidade e tinha baixa remuneração, que mal dava para sustentar o meu lar. Nesse caso, fazia malabarismo no orçamento doméstico.

Fiquei oito anos sem frequentar uma escola, meus pensamentos levavam a um desejo contínuo de voltar a sentar na cadeira de uma sala de aula. Esta vontade de estudar, se tornou um grande desafio para vencer a pobreza. Nesse caso, o desafio maior era conciliar os horários de estudo com a árdua rotina da labuta, dos afazeres domésticos e a atenção aos meus filhos.

Depois de realizar alguns arranjos para conciliar a rotina do dia a dia, consegui terminar o ensino médio no ano de 2007, cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Depois desse feito, me submeti ao processo seletivo da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR no mesmo ano, conseguindo aprovação no curso de graduação em Geografia.

Minha vida acadêmica teve início no primeiro semestre de 2008 e o interesse pela Geografia Humana levou-me, especificamente, a travar discussões em torno das questões gênero.

Mas, tal interesse pela Geografia e Gênero acentuou-se na graduação, com a disciplina: Pesquisa em Geografia, ministrada pela professora Dra. Maria da Graças Silva Nascimento Silva. Que, naquele período, convidou a turma para conhecer os grupos de pesquisas vinculados ao departamento de geografia.

Foi na apresentação dos ambientes de estudos e pesquisas que despertei interesse pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO, coordenado pela referida professora.

Quando iniciei a participação em reuniões do GEPGÊNERO, tive a oportunidade de adquirir experiência na iniciação científica, participando por dois anos consecutivos no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Extensão PIBEX-UNIR como bolsista do projeto de Extensão: Caminhos que Constroem a Liberdade e, posteriormente, tornando-me voluntária também no Projeto de Extensão: Rompendo Fronteiras, desenvolvido no ano de 2009. Assim, percebi que

esse era o meu mundo e o caminho para vencer as adversidades da vida.

O caminho acadêmico e o envolvimento nos projetos de pesquisa e extensão me levaram a conhecer as atividades que o grupo de pesquisa desenvolvia na comunidade do Grupo Espírita São Francisco de Assis - GEFA, localizado na zona leste de Porto Velho/RO, no bairro Mariana, tendo sido uma experiência fundamental na minha formação acadêmica, estimulando-me a buscar novos conhecimentos, experiências e respaldo teórico.

O projeto “Envelhecendo: construindo caminhos para a liberdade”, nasceu com a pesquisa de Mestrado desenvolvida pela mestre Sheila Ximenes no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, intitulada: “A velhice Fora do Lugar: história oral de vida”, servindo para detectar a necessidade de idosos possuírem acesso ao “mundo letrado”.

A princípio, a meta do projeto de extensão era alfabetizar os idosos. No entanto, durante o processo de divulgação do projeto, as pesquisadoras do GEPGÊNERO perceberam a necessidade de abranger jovens, adultos e idosos que tivessem interesse em participar.

Foi também através das conversas informais que o número de analfabetos era significativo naquela comunidade. Todavia, sentíamos certa resistência por parte das próprias interessadas no ato da efetivação da matrícula, ou seja, as desculpas eram diversificadas para justificar a possível convivência com os livros. Nesse caso, o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e a falta de paciência eram as mais utilizadas. Ressaltamos que a dificuldade de não terem com quem deixar os filhos foi sanada, pois, em nossas aulas, tínhamos uma recreadora para ajudar nas oficinas.

O discurso dos personagens envolvidos me proporcionou um aprendizado em lidar com pessoas desmotivadas e estabelecer relação teórica e prática com quem mais precisa de políticas públicas para vencer a pobreza.

Portanto, a experiência em campo, se tornou o fio condutor para realização deste estudo no GEFA. Passei a trabalhar com um grupo de mulheres com empregos informais que buscavam o resgate da autoestima – estímulo para enfrentar os problemas cotidianos.

A minha convivência com os espaços vividos de um grupo, composto por mulheres, no horário noturno – pois as mesmas só disponibilizavam de tempo à noite devido à jornada de trabalho e seus afazeres domésticos – me levou a analisar com um olhar esmerado o cotidiano dessas mulheres com sonhos, lutas e ideais tão

semelhantes entre si.

Sonhos que para algumas pessoas parecem insignificantes, mas para muitos que alimentam do desejo de querer aprender a soletrar as vogais para escrever o próprio nome e ajudar os filhos nas atividades que os mesmos traziam da escola, tornava-se momentos prazerosos de descobertas.

A sala de aula com pequenas mesas, cadeiras e um quadro negro se transformava em um local de pequenos depoimentos que, de certa forma, surgia como um pedido de “socorro mediante ao desabafo turbulento diário do seu dia a dia bem como o receio de nunca conseguir romper as fronteiras do trabalho – a invisibilidade e sem importância para as mesmas”.

Diante de olhares expressivos marcados pela exclusão social ouvíamos as seguintes falas: *“Professora, tenho uma dúvida!”*. Assim começava o diálogo com elas *“[...] eu não me permito ficar sem trabalhar, pois meu companheiro não tem emprego fixo, vive de bicos e não é sempre que ele tem trabalho. Muitas vezes fica a espera de um emprego sem que vá a luta em busca de um trabalho de carteira registrada para ter a comida na mesa todo dia para os nossos filhos...”*. Outra levantava a mão e dizia: *“a história da minha vida é igualzinha a sua. Passo esse mesmo problema com meu marido que até hoje vive dessa forma, parece sina de família...”*

Prosseguiam a narrar os fatos acontecidos juntamente com seus desejos mais profundos: *“Mas busco algo diferente, melhor, anseio poder ensinar algo melhor para meus filhos para que o futuro deles seja diferente do meu. Não posso me dar ao luxo de ficar esperando que o trabalho caia do céu, tenho que procurar um emprego que é a garantia de colocar o pão na minha mesa todos os dias.”* Eram relatos fortes, que mostravam a diferença entre o querer e o poder ter.

Enfocar relatos individuais dá uma dimensão do contexto social no qual se inserem, onde ficam evidenciadas as precárias condições de vida, inclusive casos extremos, como uma aluna que deixou de comparecer às oficinas por enfrentar o problema de fome que batia a sua porta. Uma mãe com cinco filhos, sem companheiro e que, por problemas de toda ordem social, não estava conseguindo se dirigir ao local onde se realizava o curso.

Desse modo, todas essas experiências revelam o mundo em que vivemos forjados pelas diferenças impostas pelo capital em pleno século XXI. Nesse caso, em uma cidade que parece irreal, quando saímos do mundo da universidade e

adentramos em comunidades que “gritam” pedindo melhoria na qualidade de vida.

Os gritos são tentativas de chamar a atenção para si, daqueles que planejam políticas públicas, no sentido de vencer as desigualdades sociais. Dessa forma, esperançosos para verem suas necessidades primárias serem atendidas com base na Carta dos Direitos Humanos.

Para poder trabalhar com uma ciência libertadora que é a Geografia, procurei conhecer e mergulhar na realidade da vida dessas mulheres, em um bairro onde o índice de criminalidade é altíssimo, como é constantemente divulgado nos noticiários policiais dos mais diversos jornais de circulação nesta cidade. Em meio ao trabalho que desenvolvia e os relatos das pessoas que ali viviam, fui aos poucos me adaptando ao “novo lugar” em processo de construção.

É preciso frisar que, para chegar ao bairro Mariana e ao GEFA, enfrentei muitas dificuldades, pois as ruas não tinham iluminação pública e cascalhamento precário, apresentando várias poças de lama, esgotos a céu aberto; na maioria das casas havia lixo doméstico lançado nas portas de forma indiscriminada, indicando que a coleta não estava sendo realizada com frequência.

O transcurso do ir e vir já era uma “batalha” a ser enfrentada para a realização das atividades de Extensão Universitária. O trajeto diário resultou em um assalto a mão armada, ou seja, o marginal armado de revólver me levou todo o material que seria utilizado no curso. Mas, quando o que fazemos se torna uma paixão, caminhei para mais outra experiência.

Diante de todos esses fatos, a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do GEPGÊNERO conseguiu aprovar, junto ao PIBEX mais um projeto para referida comunidade. Nesse caso, a realização de uma oficina de panificação com o nome: “Fermentando o Futuro na Comunidade do Bairro Mariana”. Este foi realizado no ano de 2012.

Por sua vez, atuei como pesquisadora e instrutora dos referidos cursos. Tal experiência serviu de lastro para o presente estudo. O aprendizado e a relação com a teoria e prática; a troca de saberes foi o fator motivador para a realização da pesquisa do meu trabalho de conclusão para o bacharelado em Geografia, intitulada: *Espaço e Lugar das Mulheres no GEFA: Bairro Mariana/Porto Velho Rondônia*.

Desse modo, a participação maciça das mulheres nas inscrições, bem como sua motivação no sentido de conquistar a sua inserção no mercado de trabalho, tornou-se o limiar dessa pesquisa de Mestrado em Geografia.

O primeiro passo dado foi a escolha do tema e o surgimento do desejo de elaborar este estudo com respaldo teórico, relacionado a Espaço, Lugar, Fenomenologia e sua contribuição para os avanços nas pesquisas voltadas para o estudo das relações de gênero, assim como, a responsabilidade em contribuir com a ciência geográfica.

Depois, verificamos a viabilidade da pesquisa sobre políticas públicas, através de um estudo de caso e que viesse a contribuir para analisar a democratização do acesso da mulher no mundo do trabalho. Além disso, discutir as condições de inserção da mulher nos postos de trabalho em escala local.

Nesse percurso, fui aprovada em concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO para desempenhar a função de professora de Geografia na zona rural, com jornada de quarenta horas semanais no Ensino Fundamental. Nesse caso, quando convocada, tomei posse do cargo e passei a desempenhar minhas funções como professora.

Entre a árdua rotina de trabalho durante o ano de 2013 como professora de Geografia na zona rural, no município de Nova Mamoré e outras ciências para complementação de carga horária, os 276 km entre Porto Velho/RO, onde estava localizado o GEPGÊNERO, o meu campo de pesquisa e a minha nova morada, não foi empecilho para manter vivo o vínculo nas atividades propostas pelo grupo de estudo em Geografia e Gênero.

Portanto, as leituras e as discussões realizadas ampliaram minhas percepções e serviram de norte para trilhar a continuidade na academia. Por sua vez, diante do tema proposto e elaboração do projeto de pesquisa, participei do processo *seletivo* do mestrado no ano de 2014, sendo avaliado por uma conceituada banca e obtive aprovação – comemorei.

O resultado final desse estudo é a demonstração de uma luta para vencer os estágios de extrema pobreza vividos na minha jornada de vida. Dessa maneira, sou exemplo de que é possível transpor barreiras e construir caminhos que me levem a viver com melhor qualidade de vida e dividir essa experiência com aqueles que almejam viver em um estado de bem estar e de justiça social.

Por fim, minha motivação principal se deu por revelar as etapas de vida de mulheres que vivem na periferia de uma capital sem respeito às necessidades fundamentais asseguradas pela Carta de Direitos Humanos, a qual o Brasil é signatário.

Sendo assim, tanto as mulheres que se tornam equilibristas no seu dia a dia e outros grupos vistos como “minorias”, que são discriminados pela sociedade, serão destacadas, apontando a carência de políticas públicas que possibilitem o acesso ao emprego que garanta uma vida digna para si, como ser humano, bem como para as suas famílias.

INTRODUÇÃO

A Amazônia continua sendo um espaço convidativo para a realização de pesquisas e aprofundamentos de temas que envolvem a dimensão humana e a perspectiva de gênero.

Esta dissertação tem sua relevância científica e social por evidenciar as representações e o sentido do lugar solidário para as mulheres frequentadoras do GEFA. Como essas mulheres vivenciam o seu espaço? Como percebem as políticas públicas? Quais são suas representações? Destaca-se a contribuição desse trabalho para ciência geográfica de modo geral.

Para nortear e contribuir com esse tema tão emergente na ciência geográfica busca-se na presente dissertação um breve histórico das conferências nacionais e internacionais já realizadas, com levantamento de suas principais deliberações. Em seguida fazemos uma breve contextualização sobre os conceitos das políticas públicas.

Por meio de alguns questionamentos, através da promoção de um debate sobre a contribuição da pesquisa na ciência geográfica, procuramos fomentar questionamentos futuros, criando assim, novas perspectivas. Não é um trabalho fácil, já que a construção da própria ciência, seus conceitos e métodos fundantes são frutos do processo de colonização e racionalidade moderna, oriundos do saber produzido sob a ótica masculina. A quebra desses paradigmas se torna o grande enfrentamento nesse estudo, demonstrando, de forma clara e objetiva, a vivência da mulher em busca do seu espaço no mercado de trabalho, bem como as formas equilibradas entre os afazeres domésticos, formação profissional e os cuidados com os filhos.

Importante destacar que a valorização de uma profissão é um processo que se assenta em três pontos fundamentais e complementares entre si: o primeiro converge no mercado de trabalho; o segundo é a regulamentação da profissão e o terceiro é a atribuição de valores ao profissional. Dada à cultura colonial da sociedade brasileira, o sexo masculino da raça humana é o detentor dos direitos e obrigações externas do lar. O Século XXI traz uma herança de lutas e conflitos que atribuem à mulher o direito à equidade de gênero. No entanto, muito ainda se tem a ser feito para que se alcance a tão sonhada igualdade.

As relações sociais são agentes que moldam a estruturação do espaço, cada membro desse espaço social e econômico, através de seu conjunto de atividades, estará influenciando na construção do espaço. Nessas relações estão inclusas as de gênero, espaço e economia. O pesar da proposta contribui com o desenvolvimento regional para o qual prevalece o interesse do Estado sob a população local, em um contexto onde a necessidade de se trabalhar com perspectiva de melhores condições financeiras e ao mesmo tempo conciliar o *papel* esperado para a mulher, torna visível o poder de equilíbrio entre “o fora e dentro do lar”. As mulheres colaboradoras desta pesquisa são exemplos desse jogo de equilíbrio e conciliação.

A pobreza está diretamente relacionada aos níveis e padrões de emprego, assim como às desigualdades e à discriminação existentes na sociedade. Além disso, as diferentes formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem à pobreza e são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados superem a situação de vulnerabilidade social.

Gênero e raça/cor são fatores muito importantes para determinar as diferentes possibilidades dos indivíduos de terem acesso a um emprego, bem como também influencia na condição de trabalho, principalmente da mulher, como, por exemplo: remunerações, benefícios e possibilidades de proteção social. Desse modo, gênero e raça condicionam a forma através da quais os indivíduos e as famílias vivenciam a situação de pobreza e conseguem ou não superá-la.

A erradicação da pobreza vem sendo considerada uma das maiores prioridades para a construção de sociedades mais justas, assim como vem aumentando o reconhecimento de que as causas e condições de pobreza são diferentes para homens e mulheres, negros e brancos. Por isso, é necessário que haja empenho por parte do Estado para que as necessidades das mulheres e negros sejam consideradas de forma explícita e efetiva nas estratégias de redução da pobreza e nas políticas de geração de emprego e renda.

Analisar as relações sociais de gênero implica considerar a cultura e compreender como as mulheres e os homens estão inseridos no espaço social. Visto que o gênero é um atributo cultural que cada sociedade cria para diferenciar as atuações sociais do feminino e do masculino. O objetivo geral da pesquisa é investigar e analisar como se constrói a organização do espaço produtivo da mulher na Zona Leste, bairro Mariana, município de Porto Velho, analisando também a

construção de gênero e sua transformação no mundo do trabalho sob a perspectiva das políticas públicas dirigidas às mulheres na produção do espaço.

Os objetivos específicos são: 1. Identificar em que sentido as mudanças no mundo do trabalho interferiram na constituição da liderança feminina e nas mudanças da organização familiar. 2. Analisar os tipos de trabalho nos quais as mulheres participantes do GEFA estão inseridas, dando enfoque para as assimetrias nas relações sociais de gênero, identificando os entraves enfrentados, especificamente pelas mulheres na busca do “empoderamento” e sua ascensão social no mercado de trabalho. 3. Analisar as ações públicas direcionadas ao público feminino e os avanços tecnológicos que contribuíram para a formação profissional na comunidade.

A inserção deste grupo de mulheres em circunstâncias de vulnerabilidade no mercado de trabalho, por muitas vezes se dá através de serviços mal remunerados; contribuindo para o crescimento da disparidade de renda entre homens e mulheres, partindo do pressuposto de que boa parte dessas mulheres ajuda na manutenção ou responsabiliza-se por parte da renda familiar, bem como pelos afazeres de seu domicílio.

As colaboradoras da pesquisa são mulheres frequentadoras do Grupo Espírita Francisco de Assis – GEFA, localizado no bairro Mariana, Zona Leste, município de Porto Velho-Rondônia. Tínhamos a intenção de trabalhar com todas as mulheres que colaboraram com nossos dados iniciais pertencentes GEFA. Das 31 mulheres, apenas 18 demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa, entendemos que as mesmas foram suficientes para o procedimento investigativo.

A dissertação ficou assim organizada: O primeiro capítulo “A Ciência Geográfica e Gênero” consta do referencial teórico, conceituando espaço e lugar, que são categorias de análise de estudo da ciência geográfica, fomentando um diálogo com os pilares da geografia moderna. Neste capítulo ainda abordamos as questões de gênero, políticas públicas e trabalho, os quais são de fundamental importância para a compreensão do espaço vivenciado por este grupo de mulheres, bem como as transformações promovidas neste espaço.

No segundo capítulo “A historicidade sobre Gênero” apresentados a história da mulher na construção da visibilidade feminina que é evidenciada nas grandes conferências.

No terceiro capítulo “Percurso metodológico: contextualizando o local da pesquisa” abordamos a escolha do método, o percurso metodológico trilhado e as técnicas da pesquisa, tendo como principal instrumento a análise de natureza exploratória descritiva. Dessa forma, utiliza-se a abordagem fenomenológica para analisar a realidade vivenciada por essas mulheres no GEFA. É por meio da metodologia que se detalha as experiências vivenciadas na pesquisa de campo, por acreditar que essas etapas fornecem o conjunto necessário que possibilita a elaboração e embasamento desse trabalho acadêmico, bem como uma contextualização da comunidade em estudo e a localização da mesma.

O quarto capítulo “Resultados e Discussões” refere-se aos resultados e às discussões da pesquisa que serão apresentados, iniciando com a análise dos gráficos obtidos: Faixa etária, escolaridade, quantidade de filhos e distribuição por religião. Levantamos questões como a atual situação dessas mulheres; um quadro de comparação entre o período de 2011 e 2015 para compreender sobre suas vidas e a transformação no espaço do trabalho; abordamos também os direitos dessas mulheres, as políticas e as mudanças na área da educação.

No quinto capítulo “O olhar geográfico do lugar através das imagens” apresentamos imagens que possibilitam conhecer o Grupo Espírita Francisco de Assis. São imagens das oficinas realizadas, bem como das atividades desenvolvidas por esta rede solidária. Algumas imagens fazem parte do acervo do GEPGÊNERO, outras foram cedidas pela coordenação do GEFA.

CAPÍTULO I: A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E GÊNERO

Figura 1 – Cursistas no Encerramento da oficina de panificação realizada no GEFA



Fonte: Acervo GEPGENERO, junho de 2011.

1 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E GÊNERO

A fundamentação deste primeiro capítulo inicia-se com a literatura da ciência geográfica que fornece informações acerca da inserção da mulher no mundo do trabalho, bem como com respaldos teóricos que se referem às relações de gênero na caracterização da formação do espaço. Para abordar esse processo, procuramos embasamento entre os conceitos como gênero, espaço, lugar, trabalho e suas representações.

Os estudos da contemporaneidade estão contribuindo para o avanço das pesquisas voltadas para as relações de gênero em nossa sociedade, porém, na ciência geográfica, ainda notamos certas transitoriedades. Mas, podemos perceber que os estudos relacionados consideram esta transição como benéfica.

A ciência geográfica, enquanto ciência humanística das relações sociais deve-se fixar ao fato das configurações, assim como ocorrem essas relações em determinado espaço. Devem-se levar em consideração os fatores que contribuem e que edificam estas relações e como se dão as diferenças entre homem e mulher, as quais culminam na discriminação de ocupação dos espaços das mais variadas classes dos setores domésticos, do conhecimento ou do mercado de trabalho, tanto na área urbana quanto na área rural.

O discurso sobre gênero de Rossini, em termos conceituais, destaca que é uma determinação sociocultural referente ao tipo de relação social estabelecido entre homens e mulheres. Ou seja, “[...] As relações de gênero são socialmente construídas e, como tal, específicas de cada formação social que por sua vez sofre alterações econômicas e culturais” (ROSSINI, 2006, p.18).

Os estudos sobre gênero são um instrumento teórico de análise e têm sido usados desde a década de 1970 para tratar a questão da diferença sexual. Propagado a partir das pesquisas feministas, os estudos de gêneros têm sido uma abordagem essencial para rejeitar o determinismo biológico implícito na identidade. Para explicar esta teoria, citamos Neves, a qual corrobora que:

A luta das mulheres trabalhadoras pelos seus direitos só aparece de forma mais organizada no cenário público no final dos anos 70, com a realização do 1º Congresso das Operárias Metalúrgicas de São Bernardo, com 800 inscritas e o comparecimento de 300 trabalhadoras (NEVES, 1992, p.95).

A contextualização temporal do movimento feminino no trabalho traz a reflexão da necessidade de não deixar a memória das lutas serem esquecidas, nem vistas como uma luta sem causa, sem meta ou perda no espaço e no tempo. Trazendo para o século XXI, contamos com Camila Daniel, a qual contribui pontuando que:

Na vida social, as tarefas existentes são divididas entre os indivíduos tomando como referência, entre outros aspectos, a diferença sexual. Nesta perspectiva, homens e mulheres assumem diferentes atividades sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras. Esta divisão baseia-se na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculinos e femininos representaria também uma diferença de qualidades, habilidades e características que homens e mulheres carregariam naturalmente em seus corpos. Portanto, a natureza dos corpos justificaria os 'trabalhos femininos' e 'trabalhos masculinos', respaldados na crença de que, assim como existem o sexo masculino e o feminino, também existiriam habilidades masculinas e femininas que tornam homens aptos para o 'trabalho masculino' e mulheres aptas para o 'trabalho feminino' (DANIEL, 2011, p. 324).

Dentro dessas restrições criadas pela diferença biológica entre homens e mulheres, no que diz respeito a posto de trabalhos, existe ainda as diferenças salariais, pois mesmo que homens e mulheres exerçam a mesma profissão, as mesmas atribuições, ainda assim o salário masculino se sobrepõe ao feminino.

Em estudos realizados por Lopes referentes às relações de gênero, fica claro que:

O condicionamento de diferenças aos sexos é unicamente formado por fatores biológicos, o fato de haver diferentes constituições genéticas entre homens e mulheres não influenciará, isoladamente, nas formas como estes irão se posicionar na sociedade. As demais diferenças atribuídas a ambos são meras construções sociais elaboradas para caracterizar o que é masculino e o que é feminino, fator que acaba por condicionar os espaços a serem ocupados por mulheres e homens, levando-as a permanecer mais nos espaços privados e aos homens nos espaços públicos (LOPES, 2013, p. 28).

Portanto, devido a essas construções sociais, costuma-se atribuir à mulher o papel de dona de casa, onde a sua principal função é a dedicação com a manutenção do lar e o cuidado com a família, já ao homem agrega-se o papel de provedor, aquele que trabalha de forma remunerada para manter o sustento da família. Nestes termos, Rossini contribui com este estudo contextualizando que:

O termo sexo é diferente de gênero, pois diz respeito às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Igualdade e equidade de gênero, quando falamos em igualdade de gênero, estamos aplicando essa definição às relações sociais entre mulheres e homens. Nesse sentido, a igualdade de direitos de oportunidades e acesso aos recursos bem como a distribuição equitativa das responsabilidades relativas à família são indispensáveis ao bem estar social (ROSSINI, 2006, p.18).

Gênero é uma questão relacional, seja pela categoria analítica ou pelo processo social, nesta concepção Safiott explica que:

O conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa nas quais as relações de gênero têm lugar (SAFIOTT, 1992, p. 151).

A partir das diferenças socioculturais entre os sexos, o conceito de gênero engloba não somente a dimensão relacional, mas também uma significação simbólica da desigualdade na distribuição social do poder, marcada pela subordinação das mulheres aos homens. Safiott (1992, p. 185) salienta que “[...] o devir das representações vai modelando homens e mulheres, produzindo assim, diferenças de gêneros”.

Estudar gênero na geografia e sua produção do espaço deve exigir um olhar esmerado ao cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados, ressaltando a grande importância na ciência geográfica em abrir espaços e oportunidades de novos temas emergentes. Para Silva (2003), gênero é um agrupamento de ideias e opiniões que a sociedade constrói através da cultura do que é ser homem e do que é ser mulher. Outra concepção a ser destacada relativa a gênero segundo Nascimento Silva, as quais consentem que:

O gênero trata das relações desiguais de poder impostas culturalmente entre homens e mulheres, relações estas que vêm influenciar nos modos de organização e representações sociais (NASCIMENTO SILVA, 2015, p. 95).

Ou seja, a desigualdade é que leva ao estudo sobre gêneros. Na mesma linha de raciocínio, Nascimento Silva explica que o conceito de gênero é:

[...] permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas (NASCIMENTO SILVA, 2003, p. 23).

O pensamento fica, neste caso, invisibilizado do que é ser mulher ou ser homem, em uma fixação que o gênero é uma produção sociocultural ao longo dos tempos.

Reconhecendo que o conceito de gênero abrange as relações entre os seres humanos, independente de etnia, credo, sexo ou geração, se trabalha nesta pesquisa o espaço vivenciado pelo grupo de mulheres do GEFA, bem como suas transformações. O lugar pode ser transformado conforme as necessidades humanas, bem como ser delimitado por sua cultura.

A forma de olhar o lugar e o lugar do olhar apresentados por Gomes (2013) nos mostra o quanto a geografia é especial na busca para compreender a vida em uma percepção clara daquilo que se procura. O ponto crucial desta pesquisa geográfica é investigar e analisar como se constrói a organização do espaço produtivo da mulher na zona leste, bairro Mariana, no período de 2011 a janeiro de 2014, no município de Porto Velho-RO.

Neste contexto destacamos que, durante décadas de intensa luta, a mulher teve que buscar alternativas para vencer as desigualdades, superando a árdua rotina de ser responsável pelos afazeres no mercado de trabalho que é o tema de maior relevância na atualidade em todo o mundo. Campos (2015) destaca que:

O relatório *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos*, divulgado hoje (27) pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, mostra que no mundo, em média, os salários das mulheres são 24% inferiores aos dos homens na mesma função. “As mulheres continuam recebendo em todo o mundo um salário diferente pelo mesmo tipo de trabalho e têm menores probabilidades que os homens de receber uma pensão, o que resulta em grandes desigualdades em termos de recursos recebidos ao longo da vida”, informa o relatório. O estudo mostra que 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem parte da população ativa. No caso dos homens, o índice é 77%. A pesquisa revela que, em todas as regiões, as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalho doméstico e de cuidados de outras pessoas não remunerados do que os homens. Segundo a ONU, as mulheres são responsáveis por uma carga excessiva de trabalho doméstico não remunerado referente aos cuidados com filhos, com pessoas idosas e doentes e com a administração do lar (CAMPOS, 2015, p. 1)¹.

O avanço da luta da mulher através do tempo merece atenção em todas as esferas, com destaque para o mercado de trabalho, onde percebemos maior

¹ Informação (disponível em) <http://m.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/desigualdade-feminina-no-mercado-de-trabalho-persiste-diz-onu> da EBC Agência Brasil. Acesso em 14 de jan. de 2015.

transformação, pela sua dinâmica, bem como pela globalização² e mundialização das informações. Camila Daniel nos leva a compreender que:

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil não é um fenômeno de data recente. A mão-de-obra feminina foi amplamente empregada desde os primeiros anos de industrialização, ainda no século XIX, no período da instalação das primeiras indústrias de substituição de importações. As opções de trabalho para as mulheres eram limitadas por sua classe social: as ex-escravas se dedicavam à prestação de serviços pessoais e domésticos; as mulheres da classe média optavam entre ser professora primária, enfermeira ou parteira; já as mulheres pobres se dirigiram às indústrias (DANIEL, 2011, p. 330).

A emancipação feminina no Brasil se dá no início do século XX, quando a mão de obra feminina é usada com maior intensidade nas indústrias. No pós-guerra a mulher passa a desempenhar, com maior número, atividades remuneradas, principalmente em escolas, secretarias, bares e restaurantes e, por isso, passam a ter voz ativa em decisões familiares e na política.

A participação feminina no processo de desenvolvimento econômico no Brasil é notável, espaços que até a década de 1990 eram ocupados apenas pelo gênero masculino passam a ser ocupados pela figura feminina. No contexto, Cerqueira *et al* (2014) destacam que a maior conquista feminina foi a Presidência da República Federativa do Brasil ter sido ocupada por uma mulher em 2010. A qual, destacamos ser reeleita em 2014. Bauer (2001, p. 138) explica que:

[...] A mulher não é, como no passado distante e mesmo no recente, figura marginal do acontecer político, econômico e cultural. Luta para firmar o seu espaço na sociedade, em igualdade de condições com os homens, tendo como projeto a conquista da plena cidadania e reconhecimento da sua importância indelével na construção da civilização brasileira.

Observa-se que a mulher buscou por todo o século XX sua independência financeira e profissional. Pois, a equidade de trabalho, desde o primórdio das civilizações as mulheres têm trabalhado em igualdade com o homem. A sua luta está na defesa de seus direitos e na construção de seu espaço quanto à equidade de gênero, fundamentada em relações sociais, econômicas, jurídicas e em políticas públicas de gênero. A pesquisadora Rossini define que:

² Globalização, de certa forma é uma parcela da mundialização, trata da relação entre poder econômico e o capitalismo, se vê como ideologia neoliberal.

Equidade de gênero refere-se à igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e as transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como a mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral (ROSSINI, 2006, p. 18).

O implemento de políticas públicas, governamentais e civis que intervenham na formação de uma sociedade aberta e igualitária, parte da justificativa que o Estado é o responsável pela melhoria da qualidade das relações humanas em seus domínios. A condição para que o desenvolvimento social e econômico seja, de fato, incorporado à sociedade em que vivemos é que haja entre homens e mulheres condições iguais de sobrevivência e envolvimento comum entre si e com o meio em que estão inseridos. Em uma perspectiva humanista, Gomes explica que:

[...] A delimitação espaço-temporal do humanismo não é de forma alguma consensual, pois ele exprime uma tendência geral fundada sobre uma mudança de atitude e de concepção que pode ser interpretada de diferentes maneiras (GOMES, 2011, p. 307).

Visto que compreender homem e mulher em um mesmo espaço é o alcance da equidade entre gêneros. Neste sentido, buscamos pelo consenso e, através de Silva *et al* compreendemos que:

O caráter oposto para os dois gêneros, masculino e feminino é de busca da igualdade de direitos, que só serão possíveis com a evolução educacional, não só da escola, mas da casa, da família, dos costumes da criação, é a necessidade de mudanças na práxis familiar, onde o gênero é formado por designações de papéis (SILVA *et al*, 2015, p. 178).

A perspectiva de gênero capacita o incremento institucional de forma ampla, partindo do comprometimento do Estado, contemplando normativas que levem a sociedade a uma nova visão de mundo. A institucionalidade dos deveres e direitos do homem e da mulher deve ser aplicada de forma que todos fiquem na regência de uma mesma legislação. Nestes termos, as questões de gênero sugerem que informações relativas ao sexo feminino, também o é sobre o masculino, que um leva ao estudo sobre o outro. Neste contexto, podemos compreender que:

O conceito de Gênero sugere uma estrutura polissêmica, que nos leva a um universo variado de significados, embora, cada um na sua essência valorize o que muito insistentemente vai prosseguir como um conceito que também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...], e ainda o

termo torna-se uma forma de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados para homens e mulheres na sociedade. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p. 75).

A questão de gênero enquanto categoria de análise defendida por Scott (1990) se iniciou com a extensão e ampliação de estudos e pesquisas sobre o conceito e seu significado para a história das mulheres na sociedade e a abordagem sobre sexo e sexualidade. A autora destaca que o termo gênero é útil para análise e construção de conhecimentos, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Isso significa que, à medida que as sociedades avançam nas suas perspectivas históricas de civilização, as construções sociais se afirmam no campo das ciências e o termo gênero pressupõe um novo domínio de pesquisa ao estarmos configurando gênero como categoria relacional, analítica e sua historicidade, resultando uma estratégia para a produção do conhecimento que associa e amplia a lupa sobre a história das mulheres e suas relações na sociedade.

Nesse percurso de construção e inserção do conceito de gênero nas agendas de desenvolvimento, deve-se considerar a necessidade de compreender e dar atenção aos sistemas de significados, ou seja, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servindo-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir significados as experiências (SCOTT, 1990, p. 82).

Isso vai gerar mudanças de paradigmas, mas vai além das tentativas de reivindicar os espaços de poder, domínio e controle dos gêneros. O conceito vai explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. Assim, podemos destacar Scott (1990, p. 88), o qual afirma que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, ou melhor, dizendo o gênero é um campo primário por meio do qual, o poder é articulado”.

Os conceitos de gênero, diz Scott (1990), estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, portanto, a busca pela construção do conceito de gênero vem se tornando um campo de vastas interpretações e incalculáveis significados como objeto de estudo e pesquisa no âmbito da academia, mas, prioritariamente, representa para os movimentos sociais e de mulheres, militantes e feministas um legado histórico na defesa dos direitos

humanos das mulheres para a sua autonomia e emancipação feminina na sociedade.

Em sua visão, vale o interesse de reivindicar e pautar a incorporação do conceito de gênero nas ações e programas de políticas públicas nas agendas de desenvolvimento, invertendo significados e buscando novas dimensões que abrigam as necessidades humanas de homens e mulheres e de suas demandas sociais no âmbito da sustentabilidade socioambiental.

Dessa maneira, as incursões na perspectiva do desenvolvimento sobre grupos e comunidades manifestam que as mudanças nas relações de gênero possam se reproduzir a partir de intervenções de longo alcance. Porém, concentradas nas necessidades e especificidades de interesses coletivos da comunidade como um todo.

Por outro lado, sugere ainda que, no cotidiano de homens e mulheres, as relações sociais de poder e de manutenção podem ser (des)construídas e transformadas a partir da compreensão do valor e da importância do conceito de gênero para a história de vida das mulheres e da humanidade no universo das sociedades.

Desse modo, em um tempo que se inaugura a inclusão social, diversidade cultural e ambiental no âmbito do desenvolvimento regional, trabalha-se a abordagem de gênero em um contexto de transformações. Mediante processos de deslocamento e reassentamentos de populações, face aos projetos de desenvolvimento de setores estratégicos para o país.

Não sugere ser apenas uma lógica convencional e concessiva de fácil ajustamento, ao contrário, requer a construção de novos paradigmas na atual lógica do desenvolvimento, ampliando a concessão dos direitos sociais, a efetiva valorização dos recursos naturais e culturais das comunidades, além do pleno exercício da cidadania, firmado como na liberdade de escolha da pessoa humana, sem nenhum tipo de restrição que lhes cause impedimentos de acesso aos benefícios produzidos pelo próprio motor do desenvolvimento, ampliando a melhoria das condições básicas e fundamentais para a vida dos indivíduos e grupos na sociedade.

Do mesmo modo, consiste em articular e integrar o conceito de gênero na criação de novas estratégias de desenvolvimento, não apenas para reafirmar,

valores, compromissos e direitos já garantidos, mas ampliá-los e pactua-los na direção do novo contexto que abriga diferentes universos para homens e mulheres.

Dessa maneira, verificam-se o desafio e a necessidade de fazer das mulheres protagonistas do seu próprio mundo, no seu tempo e história, estabelecendo formas de reconhecer suas especificidades no âmbito do desenvolvimento, mas, de maneira preeminente, reconhecer e assegurar seus direitos básicos e universais na sociedade. Este trabalho considera a abordagem teórica Milton Santos ao dizer que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fabricas fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estrada de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses Acréscimos, que lhe dão conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2006, p.63).

Portanto, em sua visão, o espaço vem se transformando na medida em que surgem novas demandas impostas dia a dia ao homem para a sua sobrevivência. Cada atividade humana muda conforme muda sua historicidade, ou seja, os tipos de produção.

De acordo com Santos (1990, p. 163), o ato de produzir é ao mesmo tempo o ato de produzir o espaço. Segundo o autor, os elementos do espaço são os homens e mulheres na qualidade de fornecedoras/es de trabalho, ou de candidatas/os a isso. As firmas desempenham o papel na produção de bens de serviços, as intuições na produção de normas, ordem e legitimações.

O conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano e suas infraestruturas no trabalho humano recorrentemente vai se materializado e geografizando em forma de casas, plantações, dando ampla abertura para novos caminhos. Ainda, de acordo com Milton Santos (1985, p. 67), “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico”. Em outro momento, Santos (2002, p.55) destaca que:

Desta forma percebe-se que o espaço não é estático ao contrário, ele se impõe através das condições que ele oferece para a produção para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da

política, para o exercício das crenças, para lazer e como condição do bem viver (SANTOS, 2002, p. 55).

Com esse contexto, entende-se que os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis, concebendo que a história muda seu valor através de conceituações determinadas pelas necessidades sociais e sua importância em dado momento. Desta forma, cada elemento do espaço tem um valor diferente segundo o que se encontra e que se muda conforme o tempo e sua capacidade de produção, o que faz com que esses espaços de produção sejam ocupados de uma forma desigual.

Nas afinidades homem-espaço-mulher-espaço, há uma nova formulação reconfigurando a divisão do grupo independente da sua vontade. Isto acontece por diversos fatores, entre eles, o motivo de alguns grupos terem maior peso econômico e político, com maior representação social ou até melhor capacidade técnica para participar do espaço de produção.

A participação da mulher no mercado de trabalho está condicionada a natureza do processo de acúmulo de atividade (dupla ou tripla jornada de trabalho) que gera algumas limitações a essas mulheres. Tomamos como exemplo o não acesso a capacitações, pois as mesmas não conseguem conciliar os cuidados do lar com as atividades de formação profissional.

1.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – TRABALHO E FAMÍLIA

A separação entre a família e o trabalho forneceu os termos explicativos que constituíram a base do trabalho remunerado feminino como a quebra de determinados conceitos formados pela historicidade da mulher. Alguns efeitos podem ser percebidos na naturalização das diferenças entre homens e mulheres, legitimando a institucionalização e diferenças com base para a organização social.

Ao abordamos a invisibilidade do trabalho da mulher, principalmente no setor doméstico não remunerado na relação com o trabalho assalariado, buscamos filiar-nos a uma corrente feminista que marca os entraves do conceito tradicional de trabalho com considerações importantes para a apreensão da questão social bem como a sua totalidade das réplicas estatais.

Um dos pontos relevante aos debates feministas são as atividades domésticas que as mulheres realizam em seus domicílios para a família que, embora

invisibilizado, muitas vezes pela própria mulher é considerado como “obrigação”, todavia, entendemos como pertencente ao domínio do trabalho.

Nascimento Silva e Silva (2012) explica em seus estudos que, muitas vezes, a mulher faz as atividades domésticas, cuida dos filhos e trabalham com seu cônjuge, como, por exemplo, nas atividades agrícolas, mas continuam dizendo que “ajudam” o marido. Não se consideram como dignas de serem chamadas de trabalhadoras, apenas como ajudantes.

O termo utilizado para conceituar equidade na divisão sexual do trabalho, visa ampliar, além de denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, uma forma de repensar o próprio trabalho. O tema é considerado por alguns como “ousadia” por considerarmos e afirmarmos que o trabalho doméstico é, de toda forma, um trabalho.

Neste contexto, a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM destaca que é necessário um estudo aprofundado nas questões decorrentes de gênero para minimizar as desigualdades entre os sexos. Fica evidente a necessidade de trabalhos mais aprofundados quanto às questões relativas a gênero. Neste estudo, vale destacar que:

As desigualdades de gênero referem-se a inúmeras diferenças entre homens e mulheres, tais como de acesso aos bens sociais e aos programas de geração de renda, de inserção no mercado de trabalho, nos sistemas de tecnologias e informática, etc. Esses aspectos garantem o acesso às várias dimensões da cidadania (SPM, 2012, p. 5).

De acordo com Hirata e Kergoat, pensar estudar a divisão do sexual do trabalho é:

I. Mostrar que as desigualdades entre homens e mulheres são sistemas e II. Articular essa descrição do real como uma reflexão sobre o processo pelos quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.596).

Diante deste contexto, a forma de discorrer sobre o trabalho e suas consequências, já nasce na esfera da família como lugar de exercício em uma perspectiva da divisão sexual do trabalho como proposição de atribuições e diferenciações entre tarefas masculinas e femininas que também se estendem à

esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas como trabalho produtivo masculino branco, com qualificação. Hirata e Kergoat ainda entendem que:

A divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações entre os sexos; mas do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente, Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos econômicos militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Desta maneira, entendemos que as mudanças na forma de pensar e agir da humanidade, com todas as mudanças decorrentes do movimento feminista, a dinâmica mercantil no mundo contemporâneo tem a participação efetiva da mulher. Elencar a mulher no mercado de trabalho é de suma importância para a compreensão da interpretação dos objetivos desta pesquisa.

1.1.1 As Relações de Gênero: Mulher no Mercado de Trabalho

Depois de séculos de exclusão da vida acadêmica, as mulheres conseguem, no século XX, iniciar sua trajetória no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que esta conquista feminina se concretizou em um campo de poder simbólico, onde várias formas de preconceito contra as mulheres eram reproduzidas tanto implícita quanto explicitamente. Atualmente, no mundo pós-feminista, o espaço formal do trabalho é mais equilibrado, no que se refere ao quantitativo entre homens e mulheres, mas, ainda assim, competem em nível de desigualdade na busca pela ascensão profissional.

Um importante trabalho quanto às questões de gênero é realizado pela ONU MULHERES, a qual destaca que:

As mulheres estão muito atrás dos homens no acesso a terra, crédito e emprego decente, apesar de um crescente número de pesquisas que mostra que aumentar as opções econômicas das mulheres impulsiona as economias nacionais (ONU MULHERES, 2015, p.1).

No relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos”, lançado em Pequim, no dia 27 de abril de 2015, 20 anos após a IV Conferência da Mulher, teve entre seus destaques questões

abordadas relativas à mulher que se referem sobre os direitos econômicos e sociais das mulheres, enfatizando entre os temas o trabalho decente, saúde no trabalho, bem como apoio nas atividades de cuidados de outras pessoas e segurança na velhice.

Quanto ao relatório da ONU MULHER, Dornellas e Vilela destacam que:

O Brasil tem um papel de destaque neste relatório em decorrência do reconhecimento de seu papel na criação de trabalho decente para as mulheres, além de outros mecanismos e políticas que permitem a maior participação das mulheres na vida econômica. Ademais, é relatado que o país teve um desenvolvimento considerável depois de 2000 com a criação de novos empregos e o aumento do salário mínimo, além de investir em projetos sociais. Essas políticas ajudaram na igualdade de gênero criando condições para o empoderamento feminino. Três projetos governamentais, criados pelo governo brasileiro, foram mencionados: Chapéu de Palha, Fome Zero e Bolsa Família (DORNELLAS; VILELA, 2015, p. 2).

De acordo com Yannoulas *et al* (2000) o feminismo trata dos movimentos ou conjuntos de pensamentos que defendem a equidade de direitos entre pessoas de sexo diferentes. Mormente são alvos de conotações pejorativas, ou seja, se compreende tratar do reverso. No entanto, o contrário de machismo, que prega a superioridade do homem sobre a mulher, seria o feminismo, que pregaria a superioridade da mulher sobre o homem.

A história das mulheres na História é tão antiga quanto a humanidade, já a história do feminismo é mais recente. Como movimento em prol dos direitos das mulheres, tem origem no pensamento Iluminista dos séculos XVIII e XIX e está relacionado às revoluções americana e francesa e ao nascimento das Ciências Humanas (MACÉDO, 2003, p. 25).

Referindo-se a esse contexto histórico do feminismo, o relacionamos ao âmbito profissional, culturalmente atribuído às mulheres com a função de cuidadora, configurada como uma extensão do lar. Nesse sentido, as relações sociais de gênero ocorrem de forma assimétrica, onde prevalecem às construções históricas, sociais e culturais para a diferenciação do ser homem e do ser mulher.

Os movimentos voltados para a equidade de gênero, ou feministas, são movimentos de cunho político em busca da igualdade entre os sexos feminino e masculino. Este movimento, como destaca Santos:

[...] teve origem em 1848, na Convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque. O cunho reivindicatório surgiu por ocasião das grandes revoluções.

As conquistas da Revolução Francesa, que tinha como lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, passaram a ser reivindicadas pelas feministas. À luz do conceito de cidadania, entendiam que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender às mulheres. Algumas conquistas podem ser registradas como consequência da participação da mulher nesta revolução, um exemplo é o divórcio (SANTOS, 2010, p. 1).

Ao se estudar as relações de gênero é importante compreender que o conceito trata de ideias e opiniões que são construídas pela cultura do ser humano, relativo ao ser homem e ao ser mulher. Segundo Silva:

[...] O conceito de gênero permite compreender de que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas (SILVA, 2003, p. 23).

No espaço geográfico ocorrem todos os tipos de relações sociais entre os sujeitos, tanto no espaço público como no privado. De acordo com o tempo, as formulações histórico-sociais são construídas, desconstruídas e desempenhadas atribuições aos sujeitos que incluem e excluem as escolhas profissionais individuais. Sendo assim, segundo Milton Santos:

[...] o espaço evolui por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais (1987, p. 171).

Diante dessa condição desigual, no que se refere às “escolhas” profissionais entre homens e mulheres fez-se necessário o poder público intervir por meio de políticas de equidade de gênero que buscam equilibrar ou minimizar as desigualdades e preconceitos sofridos pelas mulheres no âmbito do campo de trabalho e equidade de gênero. De acordo com o Guia Prático para Educadores e Educadoras:

[...] Equidade de gênero refere-se à igualdade de oportunidades, as diferenças existentes entre homens e mulheres e às transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como à mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral (GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES E EDUCADORAS, 1996, p. 80).

A geografia como ciência do espaço deve trabalhar categorias que contemplem homens e mulheres, visto que os arranjos e construções espaciais ocorrem de maneira indiscriminada, por meio da interação de homens e mulheres com o meio no qual estão inseridos. Esta concepção está na geografia humana, bem como na física. É importante ressaltar a posição de Oliveira *et al* (2014, p. 689) que explicam que a Geografia Humana tem a finalidade de “[...] Buscar explicar e entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana”.

As relações sociais de gênero estão no bojo dessas relações. Explica Nuernberg (2004) que o gênero, como instrumento teórico de análise, tem sido usado desde 1970 para tratar a questão da diferença sexual. Propagado a partir das pesquisas feministas, os estudos de gênero têm sido uma abordagem essencial para rejeitar o determinismo biológico implícito na identidade sexual ou na “diferença” entre os sexos.

A partir das diferenças socioculturais entre os sexos, o conceito de gênero engloba não somente a dimensão relacional, mas também uma significação simbólica da desigualdade na distribuição social do poder, marcada pela subordinação das mulheres aos homens. Associado com categorias como geração etnia e classe, gênero é na atualidade uma categoria de análise social bastante reconhecida nas ciências humanas e sociais (NUERNBERG, 2004). A abrangência conceitual permite as análises sobre a influência de gênero tanto na constituição da ordem social, como também na produção de subjetividades.

Entretanto, é importante parafrasear Safiotti diz que o “[...] poder do macho está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos” (1987, p. 16). O que não podemos deixar é que se faça referência ao machismo como sendo de apenas uma classe social. Infelizmente essa situação é universal. Há diferenças, mas, as classes sociais se equiparam nesta questão, pois, as respostas a determinadas questões são diferentes de homem para homem em classes separadas, mas, no que se voltam às mulheres, percebe-se que há certa manipulação nas classes com maior acesso à educação.

Voltando às questões de gênero, de feminino e masculino, é prudente destacar que a Constituição Brasileira de 1988 evidencia no *caput* do Artigo 5º que homens e mulheres têm os mesmos direitos e obrigações, ou seja, o

descumprimento desta ordem é um ato de infração. Neste contexto, Vieira discursa que:

A legislação preconiza igualdade de direitos, de oportunidades, acesso aos recursos, respeito pelas diferenças entre homens e mulheres e às transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como à mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral. Nesse sentido a relação social entre homens e mulheres deve ser sedimentada na igualdade e equidade de gênero (VIEIRA, 2009, p. 49).

Embora persistam atitudes discriminatórias que conspiram contra autonomia da mulher ao citar que uma profissão é masculina podemos analisar o processo da participação feminina no mercado de trabalho com certa especificidade que não existe profissões masculina ou feminina e sim a diferença de salário para o mercado feminino, embora muitas vezes a mulher desempenhe a mesma função, a remuneração tem um diferencial enorme.

Para um melhor conhecimento do que se trata a autonomia mencionada, é necessário um estudo mais aprofundado, mesmo que não seja o objeto de estudo desta pesquisa, se compreende que:

A autonomia econômica das mulheres é a condição que elas têm de prover o seu próprio sustento, decidindo por elas mesmas a melhor forma de fazê-lo. Isso envolve também as pessoas que delas dependem. Assim, ela é mais do que autonomia financeira, uma vez que inclui uma perspectiva de vida de longo prazo, com acesso a previdência social e a serviços públicos (SPM, 2015, p. 1).

O tempo utilizado para desempenho das atividades influencia a autonomia econômica das mesmas. A mulher é equilibrista na sua jornada de trabalho, com atividades remuneradas e muitas não remuneradas. Exemplo destas atividades são as tarefas domésticas e o cuidado com filhos e idosos. A acumulação de responsabilidades pelo sexo feminino é evidente. Estudos apresentados pela SPM apontam que:

[...] falta-lhes tempo para o lazer, a participação política ou a qualificação profissional. Por isso, é indispensável que a responsabilidade pela realização dessas tarefas seja dividida de maneira mais igualitária entre mulheres e homens, para que elas tenham mais autonomia na hora de decidir sobre como usar o seu tempo (SPM, 2015, p. 11).

A presença do gênero feminino no mercado de trabalho, segundo Silva (2010, p. 2), no Brasil, tem aumentado de forma significativa e “[...] consistente nas últimas três décadas. Elas representam atualmente 41,4% da População Economicamente Ativa – PEA urbana no Brasil”.

O mundo passa por um fenômeno de feminização do mercado de trabalho que ainda não se reverteu em igualdade salarial, nem na plena ascensão das mulheres ao posto de decisão e poder. Ao longo da história da participação feminina no mercado de trabalho, sua função se tornou secundária a do homem, as mulheres têm pouco acesso à produção (terra, capital, tecnologia), isso na maioria das sociedades.

Embora a mulher tenha crescido em participação e qualidade no mercado de trabalho, ainda persistem distorções, que são maiores, dependendo de fatores como raça/etnia, idade, condição social e o nível de escolaridade. Tanto nos centros urbanos, como mostram Souza e Nascimento Silva (2012) na zona rural, a mulher tem se destacado nas atividades econômicas.

Já se encontra no mercado, mulheres que ocupam cargos que até poucas décadas eram apenas do sexo masculino, como a mecânica e a profissional civil, pedreiro, carpinteiro, mecânicos e eletricitas de alta e baixa tensão, apesar de serem cargos predominantemente, masculinos, as mulheres já o ocupam com destaque ao Brasil.

1.2 A GEOGRAFIA E O ESTUDO DO ESPAÇO E LUGAR

A geografia humana tem o propósito de alcançar a compreensão do homem, da sua condição e do meio em que vive. Tenta explicar e entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana. Frequentemente, o conceito de espaço se funde com o conceito de lugar. A concepção de Santos (2012, p. 156) de que “[...] Hoje cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande”.

Vale destacar que o geógrafo Milton Santos, em sua carreira acadêmica, enfrentou o desafio em desmistificar e teorizar o real objeto da geografia. Diante das várias teorias que existem sobre o espaço, utilizaremos seu conceito, pois nos dá

uma visão expandida, esclarecendo antes de tudo que o espaço é uma construção social. Em sua obra *Espaço e método* diz que:

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nós da à natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1992, p. 38).

No mesmo sentido, Milton Santos (2006) ainda reforça seu pensamento em relação à conceituação de espaço em sua obra *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*, com a afirmativa de que:

[...] o espaço é um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”. O autor chama, ainda, para que o pesquisador tenha atenção quanto ao estudo desta categoria, de forma a não perder real sentido das ciências (SANTOS, 2006, p.61-62).

Elucidamos ainda que a natureza do espaço seja formada de um lado pelo resultado do material acumulado das ações humanas, através do tempo, e de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Portanto, o entendimento é ampliado quando classificamos o espaço como fator social onde o objeto geográfico estará sempre mudando seus significados. Segundo Gomes:

[...] O espaço e suas propriedades, distância, fluxo, hierarquia, possuem um sentido que não se reduz as medidas numéricas. Desta maneira, o espaço é sempre um lugar, isto é, uma extensão carregada de significações variadas (GOMES, 2011, p. 310).

O autor explica ainda que a tendência é que a palavra espaço possa ser substituída por lugar.

Bollnow (2008, p. 34) explica que “[...] não tem sentido falar de espaço enquanto este não for passível de ser preenchido por uma necessidade concreta da vida. O espaço nunca excede o âmbito da vida a ser concretamente preenchido”, o enfoque desse espaço geográfico evidencia o processo de relação com esta comunidade objeto desta pesquisa, nos permitindo o trânsito do passado ao futuro, mediante considerações do presente.

As ações e intervenções humanas são caracterizadas pela ação consciente e lógica, pois se dessa forma não fosse, os animais seriam também considerados

autores das transformações ocorridas no espaço. Tuan (1983, p. 167) explica que “[...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Na mesma linha, Farias (2001) expõe que a consciência é requisito fundamental para definir o trabalho e intervenções de homens e mulheres no espaço, transformando-o numa herança da cultura social.

A cultura é carregada de valores extremamente diversificados, logo parte-se do pressuposto da importância do estudo da Geografia Cultural contextualizada em todos os aspectos do cotidiano, nos dias atuais. Desta forma, destaca-se na investigação da cultura presente nesta comunidade.

Segundo Paul Claval, a cultura é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material, pois ela permite sua inserção no tecido social, quando proporciona uma significação à sua existência e a dos seres humanos que o circundam e formam a sociedade da qual se sentem membro. Neste sentido afirma:

A cultura é a soma dos comportamentos dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelo indivíduo durante suas vidas e, outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas de comportamentos (CLAVAl, 2001, p. 63).

Desta forma, com base no conceito deste autor, pode-se observar que as comunidades vivenciam uma cultura herdada, passada entre familiares que a aceita como parte de sua história. Conjunto de fatores que levam à construção de uma história de vida, de vivências no espaço e lugar.

Para Tuan (1983, p. 9) em sua obra *Espaço e Lugar*, narra que as “emoções dão colorido a toda a experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento”. O autor busca, na corrente existencialista, explicar que as ideias de espaço e lugar não podem ser vistas uma sem a outra, pois a partir da segurança e estabilidade do lugar o ser humano está ciente da amplitude e da ameaça do espaço e vice versa.

É no lugar que estão às representações do cotidiano, mais próximo à existência do homem, onde o cotidiano se estabelece e a sociedade cria a sua história. Contrapõe-se ao global, mas o ser humano é influenciado e influencia o global na medida em que a dinâmica externa força um maior dinamismo interno. Oliveira (2013), p.18 ao apresentar “Um lugar para chamar de meu” mostra o quanto

o lugar é representativo na vida das pessoas. É neste espaço que as pessoas tornam íntimas de si, dos que os rodeiam e da natureza. Neste contexto, vale destacar que a corrente humanística, segundo Souza:

[...] não vê a geografia como uma ciência que tem como único objetivo o estudo da terra, mas a vê como uma ciência capaz de agregar diversos campos do saber para assim ter uma visão precisa do mundo ao qual o ser humano se insere (SOUSA, 2013, p, 26).

Por ser abrangente, o espaço tem como marca e símbolo a liberdade, pois permanece aberto. O espaço fechado e humanizado é o lugar. Os seres humanos “necessitam de espaço e de lugar”, precisam do macro e do micro, pois um não vive sem o outro. As narrativas trazem à tona a compreensão o que o indivíduo tem do lugar e de suas ações no lugar, como compreende o mundo em que vive como o transforma como contribui para essa transformação. Neste caso específico é como mulheres se veem dentro deste espaço, como oferecem o trabalho e quais os discursos sobre o lugar em que vivem.

Armand Frémont (1980) em sua obra *A região, espaço vivido*, defende que a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das ciências naturais, “particularmente da geologia, da climatologia, da botânica e agora da ecologia, tem permitido ao geógrafo afinar o estudo da repartição dos grandes fenômenos naturais e das relações complexas destes com os homens na terra”. Segundo Hatshorne (1978, p. 113) “Ao considerar a terra como a morada do homem, nossas preocupações não se limitam ao homem atual, mas se estende a toda a raça humana através de sua história”.

As relações do ser humano com os lugares é que parece ser o objeto fundamental da geografia. Para Frémont (1980), a mesma é uma ciência que tem recebido contribuições da história, das ciências naturais, da economia, da sociologia, e que, através da contribuição dessas ciências, houve um grande enriquecimento ao conhecimento do espaço humanizado. A Geografia não se prende em uma só ciência, ela se abre a estudos mais complexos. Nesta linha de pensar, se destaca Souza ao dizer que:

O homem não é um objeto neutro no espaço, pois o homem apreende o espaço que o rodeia e o que dele faz parte, emite opiniões, insatisfações, afetividades sobre os lugares, é retido ou é atraído, sendo o espaço um reflexo (2009, p. 48).

Frémont destaca que:

[...] o espaço vivido, e sentido, na sua complexidade aparece assim como o revelador das realidades regionais. [...] A região se existe é um espaço vivido. Vista apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam (FRÉMONT, 1980, p. 17).

Importante ressaltar a abordagem geográfica desenvolvida por Frémont (1980) interligando os aspectos sociais e culturais, aos estudos e análises dos espaços vividos, oriundos de relações simbólicas, espirituais e sentimentais entre os homens, as mulheres e os lugares.

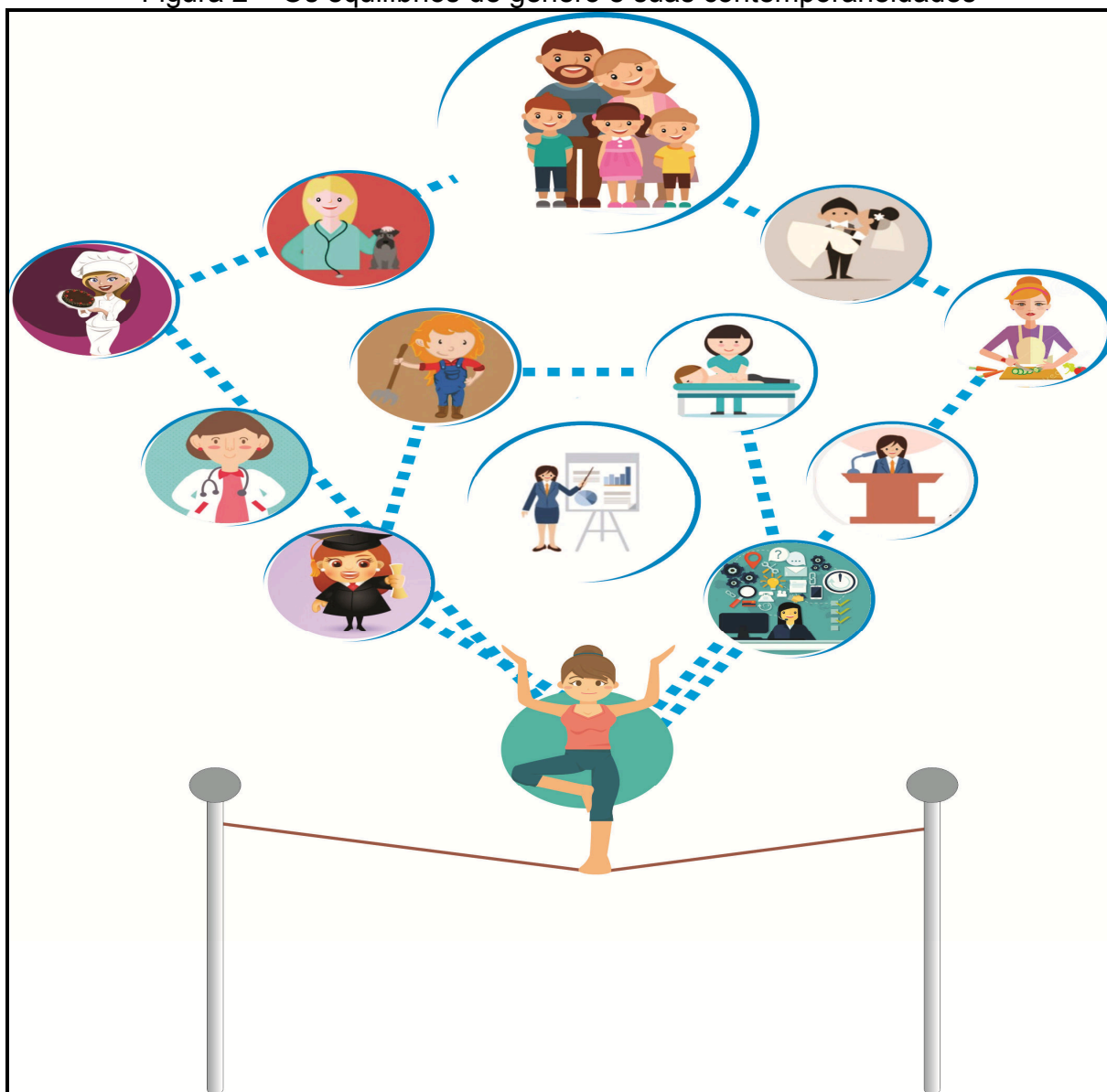
Frémont afirma ainda que:

Uma concepção mais rica e mais sintética faz do espaço social uma malha na trama das relações hierarquizadas do espaço e dos homens: num território relativamente restrito, mas não pontual, uma combinação bastante forte das relações dos homens entre si, e dos homens com os lugares, distingui-se por uma coerência particular, de que os homens e as mulheres têm do grupo nítida consciência (FRÉMONT, 1980, p. 57).

Portanto, consideramos o conceito de lugar neste trabalho como as dimensões que perpassam pelo vivido, pela experiência, sendo o espaço o palco das relações sociais, econômicas, culturais, religiosas e a interação e manifestação dos indivíduos frente à cotidianidade.

CAPÍTULO II: A HISTORICIDADE DE GÊNERO

Figura 2 – Os equilíbrios de gênero e suas contemporaneidades



Fonte: CRUZ, Antônio Rodrigo, 2015.

Demorou muito, mas, a partir dos anos 80 a mulher desejou trabalhar fora, desejou cargos melhores, desejou salários mais altos, desejou ser competitiva, e ter os mesmos direitos profissionais, salariais, sexuais e caseiros que os homens. Esse maravilhoso desejo juntou-se às tarefas domésticas, ao casamento, aos cuidados com os filhos, com o marido, com a aparência, e então surgiu a chamada Tripla Jornada feminina.
Bruna Gascon

2 A HISTORICIDADE DE GÊNERO NAS GRANDES CONFERÊNCIAS

A presença da mulher na construção da visibilidade feminina vem evidenciando e norteando as discussões teóricas-metodológicas já fomentadas na historicidade da ciência geográfica. A perspectiva feminina, evidenciada na rotina, sem a vida profissional presa ao seu cotidiano. A mulher parece estar associada ao espaço privado, investidas de múltiplas missões ditas femininas. Sem a mesma oportunidade de escolhas dos homens, além da reprodução, sobrava-lhe apenas a gestão da vida cotidiana Perrot (1988, p.189).

No entanto, ao contrário do que se possa meditar a respeito de vida cotidiana, não é imune às influências externas, como corrobora Morim (1990, p. 40), hoje cada um de nós é como ponto singular de um holograma que, em certa medida, contém o todo planetário que contém, dando demonstração de que cada lugar é de certa forma um mundo.

Diante dos argumentos de Morim, busca-se para as questões de gênero, a importância das discussões específicas de interesse da mulher, independente da dimensão espacial que está inserida, uma vez que, no seu espaço doméstico, sua dimensão local pode ter uma comunicação com o espaço global.

O trabalho voltado para as questões de gênero coincide com barreiras que somente com perseverança se consegue ultrapassar. No que tange o cotidiano, Milton Santos (2006) descreve que podemos chamar de fiel à descrição do lugar e seu papel social.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, como confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é quadro de uma conferência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade (SANTOS, 2006, p. 322).

Diante desta afirmação, evidenciamos a proximidade do local e do global e a influência que um espaço tem sobre o outro, conforme as argumentações de Milton Santos (2006) a localidade e a globalidade, apesar de opostas se confundem. Porém,

o geógrafo atento às diferenças entre uma e outra, busca pelas características que diferenciá-las.

Desta forma, o lugar privado foi transportado e ultrapassou o portão de casa; os temas que tratam as especificidades da mulher chegaram até a sociedade civil organizada, que levantou debates nas grandes conferências onde a pauta política materializa, ou pelo menos tem a intenção de fundamentar os problemas do cotidiano, seja do espaço do mercado formal, seja do espaço doméstico, de forma a torná-lo visível e discutível.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Direitos Humanos em Estocolmo (1972), a acalorada discussão em torno da preservação ambiental trouxe a mulher como potencial agente de desenvolvimento na luta contra a degradação ambiental, uma vez que, na maior parte do tempo está no espaço local, ela sente de maneira mais acentuada as deficiências relacionadas à falta de saneamento básico, a relação com queimadas, as enchentes e, de um modo geral, com as consequências do aquecimento global.

Dessa forma, seu cotidiano foi visibilizado com possibilidades de mudanças como autora das ações, como na conscientização da família sobre o uso racional da água, da energia elétrica, a separação do óleo de cozinha usado em vez de descarte na pia, a separação do lixo reciclável dentro de casa, o que a torna multiplicadora de ações, tanto na sua casa, no bairro onde mora ou no local de trabalho e sob o ponto de vista de vulnerabilidade, morando em locais com riscos ambientais, como ocupações em encostas, solos com erosão, invasões localizadas e lixões.

Sob a visão de Milton Santos (1996), é no lugar que o cotidiano é compartilhado e a vida social individualizada. O lugar é o palco das representações humanas, onde os cenários se constroem a cada dia, com cheiros, sabor e sotaque, lugar dos encontros e desencontros. É na cidade que se percebe as ações das políticas sociais, sua efetividade e eficácia.

Nesta conferência sobre os problemas ambientais, pela primeira vez, a percepção do problema da degradação ambiental nos países desenvolvidos abordou a participação da mulher como agente ambientalista e a necessidade de integrá-la na defesa do meio ambiente e no próprio processo de desenvolvimento, através das suas experiências espaciais.

O documento oficial desse encontro expressou, por meio de alguns princípios, a necessidade de controlar os danos ambientais que a sociedade, principalmente a

mais industrializada, havia provocado no ambiente e a saúde. Esta conferência contribuiu para colocar a questão ambiental no topo da agenda política do planeta e, no Brasil, em 1973, no âmbito federal, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, difundindo a noção que se articulava à ideia do direito dos seres humanos de viverem em um ambiente de qualidade, que permitisse uma vida com dignidade e bem estar.

Ainda no desdobramento dessa conferência, realiza-se em Roma, no ano seguinte, a Conferência das Nações Unidas pela Alimentação, momento em que reconhece a necessidade de haver maior participação da mulher no processo de tomada de decisões sobre alimentação e nutrição, uma vez que já se aponta para a mulher como na maioria entre pessoas que passam por inclusão social no mundo.

Duas décadas depois, essa medida fora ramificada, conforme a Declaração Mundial sobre Nutrição, realizada em Roma, em 1992.

Todos os países do mundo têm indivíduos, famílias e grupos vulneráveis e desprivilegiados que não conseguem satisfazer suas próprias necessidades. Setenta por cento de todos os pobres são mulheres e esse fator deve ser levado em consideração ao se definir ações para erradicar a pobreza. Mesmo onde e quando há uma disponibilidade adequada de alimentos, a pobreza impede que todas as pessoas tenham acesso à quantidade e variedades de alimentos necessários para satisfazer as necessidades da população [...].

Nesta mesma declaração, traduzida em seu objetivo 2.4, refere-se à autonomia econômica financeira da mulher como forma de reverter o quadro de pobreza, garantir que estas oportunidades de participação na sociedade se dêem condições de igualdade particularmente de membros de grupos vulneráveis ou desprivilegiados, educação básica e uma assistência primária de saúde para fortalecer sua capacidade de satisfazer suas necessidades por conta própria.

Também em Bucareste, a Conferência das Nações Unidas sobre a população mundial realizada em 1974 destaca a importância da mulher para determinar as tendências demográficas, o que implicou em uma ampla discussão sobre a concentração de poder de algumas nações e a miséria de que assolam outras. Este foco possibilitou a discussão sobre a vulnerabilidade da mulher em diversas culturas, nas diversas religiões, nos diversos regimes econômicos. Em toda sua fase de vida, desde a infância, passando pela fase adulta, até a velhice. Ainda é a maioria entre a

população, vítima de abusos e violação dos direitos em estado de guerra, vivendo em assentamentos de refugiados e em assentamentos precários e urbanos.

O enfoque aos problemas das mulheres trabalhadoras, o movimento feminista promoveu um debate político em torno de questões da realidade cotidiana, resultante da deficiência da estrutura socioeconômica do país, o que para Kolntai (2007, p. 20) retrata o quão penoso tem sido esse processo: e preciso adaptar-se à angustiante falta do espaço, preparar-se para luta, ocupar o lugar correspondente a cada uma; têm de defender o direito de viver.

As questões sobre igualdade em torno de direitos da mulher e sua representatividade em espaços públicos alcançaram níveis internacionais, onde passaram a exigir igualdade de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego, além de equidade nas condições de emprego, salário e assistência social, pautada e exposta na conferência da Década da Mulher – CMDM e fórum das organizações não governamentais em Copenhague, Dinamarca (1980).

A conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento, teve como um dos produtos a construção da agenda 21 Brasileira. Esse evento contou com o desenvolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo Brasil. O documento da agenda 21 Brasileira, concluída em 2002, foi resultado de consulta à população brasileira, construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global.

Sendo assim, a Agenda 21 Brasileira, configura-se no instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizada com a conservação ambiental, justiça social e o crescimento econômico. Entre as seções, está o tem Mulher Pobreza e Direitos a Terra, Segurança Alimentar e Crédito, que pede às nações Unidas e governos que cessem as práticas discriminatórias que limitam o acesso das mulheres a terra e que provenha a tecnologia apropriada para reduzir o trabalho das mulheres.

As discussões se desdobraram na criação da Agenda 21 local, com foco voltado para as comunidades. Foi considerado um processo integrador, oportunizando a participação das comunidades locais, dos poderes públicos e das ONGs e entidades representativas no processo de implantação. A ênfase dada no nível local estabelece a participação daqueles que sentem e presenciam as dificuldades diárias vividas em uma cidade. No nível local, as mulheres conseguiram

se envolver e identificar-se com questões específicas relacionadas aos seus problemas.

Foi na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena – 1993 que houve o reconhecimento da mulher como sujeitos de direitos e que todos os problemas humanos eram também das mulheres, e, portanto, elas tinham direito de participar no processo de tomada de decisões e na gestão de todas as questões humanas que envolvem suas vidas, não com um papel a desempenhar, mas como cidadãs que são.

Desta forma, o Art. 18 da declaração dos Direitos Humanos trata em seu texto da participação plena e igual da mulher na vida política, civil, econômica, social e cultural, em nível nacional, regional e internacional, da mesma forma que trata a violência doméstica como violação dos direitos humanos. A erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, constitui objetivos prioritários da comunidade internacional.

Representantes de mais de 180 governos e 1254 organizações não governamentais se reuniram na conferência internacional sobre População e Desenvolvimento, sediada no Cairo, em 1994 e mantiveram acordos em seus documentos oficiais, afirmando sinteticamente que o desenvolvimento sustentável é impossível sem a equidade de gênero e a emancipação da mulher, levantando como um dos seus objetivos alcançarem a igualdade e a justiça com base de uma parceria harmoniosa entre homens e mulheres.

Em setembro de 2000, em Nova York, baseando e refletindo nas grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais assinam as oito metas do milênio, conhecida no Brasil como os oito jeitos de mudar o mundo, com o objetivo de promover o desenvolvimento global com base nas políticas de valores defendidos pela declaração dos Direitos Humanos. Na pauta, a paz, segurança, desarmamento, erradicação da pobreza, proteção dos vulneráveis, destacando três objetivos voltados para a promoção da mulher, considerando dados das Nações Unidas que afirmaram que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, e 80% dos refugiados são mulheres e crianças.

Às vésperas da Conferência de Beijing, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no período de seus mandatos (1995 a 1998 e de 1999 a 2003) revitalizou o Conselho de Direitos da Mulher e nomeou como conselheiras, lideranças da sociedade civil. Com o subtítulo Igualdade, Desenvolvimento e Paz, a

conferência instaurou uma nova agenda de reivindicações; além dos direitos, as mulheres reclamavam a efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências internacionais, através do estabelecimento de políticas públicas.

No Brasil, a Plataforma de Ação sobre a Mulher, propositora de objetivos e ações a serem implementadas, foram aprovadas sem reservas na esfera interna como compromisso formal da implementação de estratégia abrangente, visando superar as disparidades entre gênero masculino e feminino, dando visibilidade às especificidades das mulheres.

Nações de todo o Globo sediaram as maiores conferências que tiveram representatividade, tanto em número de participação de mulheres, como na qualidade das intervenções políticas nas tribunas, em uma constatação da grande mobilização da sociedade mundial e representação oficial dos governos, onde sentou à mesma mesa para construção dos processos democráticos.

A conferência sediada na cidade do México em 1975 foi um marco importantíssimo na esfera global, pois, sua primeira iniciativa de amparo e ascensão dos direitos das mulheres, com afirmativas para assegurar, em documentos, tratados e acordos internacionais, o princípio de igualdade entre homens e mulheres, já reconhecido desde o ano de 1945 na carta da Organização das Nações Unidas e justificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste ano ficou instituído como o Ano Internacional da Mulher.

Citamos no quadro 1 algumas conferências sobre mulheres.

Figura 3 – Quadro cronológico das Grandes Conferências para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero

CONFERÊNCIAS	CARACTERIZAÇÃO
I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975).	Reconheceu o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. No contexto da Conferência, foi declarado o período de 1975-1985 como "Década da Mulher". Cabe ressaltar que 1975 foi declarado como o Ano Internacional da Mulher.
II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, 1980).	São avaliados os progressos ocorridos nos primeiros cinco anos da Década da Mulher e o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) é convertido em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas.
III Conferência Mundial Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985).	São aprovadas as estratégias de aplicação voltadas para o progresso da mulher. O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92).	O documento resultante da conferência, a Agenda 21, dispõe, no artigo 24: "Pede-se urgência aos Governos para que ratifiquem todas as convenções pertinentes relativas à mulher, se já não o fizeram. Os que ratificaram as convenções devem fazer com que sejam cumpridas e estabelecer procedimentos jurídicos, constitucionais e administrativos para transformar os direitos reconhecidos em leis nacionais e devem tomar medidas para programá-los, a fim de fortalecer a capacidade jurídica da mulher de participar plenamente e em condições de igualdade nas questões e decisões relativas ao desenvolvimento sustentável." – art. 24.4 (pg.37).
II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).	Inclusão do dispositivo: "Os direitos do homem, das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, em nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo constituem objetivos prioritários da comunidade internacional" (pg.36 art. 18)
III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94).	Levantando como um de seus objetivos "alcançar a igualdade e a justiça com base em uma parceria harmoniosa entre homens e mulheres, capacitando as mulheres para realizarem todo o seu potencial", teve como tema central os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, ainda que tenha tido um enfoque mais específico no debate sobre condições demográficas. Dedicou-se, ainda, à discussão sobre igualdade e equidade entre os sexos e o aborto inseguro foi reconhecido como um grave problema de saúde pública. (pg. 38).
IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 95).	Com o subtítulo "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", a conferência instaura uma nova agenda de reivindicações: além dos direitos, as mulheres reclamam a efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências internacionais através do estabelecimento de políticas públicas. Foi assinada por 184 países a Plataforma de Ação Mundial da Conferência, propondo objetivos estratégicos e medidas para a superação da situação de descriminalização, marginalização e opressão vivenciadas pelas mulheres. (pg. 38). Sobre a interrupção voluntária da gravidez, o Plano de Ação aprovado recomendou a revisão das leis punitivas para a questão. Assinado pelo Brasil em 1995.
II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos	II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96). Reconhece que mulheres, crianças e jovens possuem necessidades específicas de viver em condições seguras, saudáveis e estáveis e afirma a participação plena e equitativa de todos os homens, todas as mulheres e

Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96).	jovens na vida política, econômica e social. Levanta a necessidade dos Estados incluírem, junto aos programas voltados para moradia, o acesso livre para pessoas com deficiências e a igualdade de gênero.
Declaração do Milênio (2000).	Assinada no ano anterior à virada do milênio tem como objetivo promover o desenvolvimento global com base nas políticas de valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos. Suas expectativas almejam paz, segurança, desarmamento, erradicação da pobreza, proteção dos vulneráveis e reforço das Nações Unidas. Com a assinatura do Documento, foram estabelecidas as Oito Metas do Milênio. Entre elas estão: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; estabelecer uma parceria mundial para o Desenvolvimento.
III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001).	É afirmado que o racismo, a discriminação racial e a intolerância correlata constituem uma negação dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e reafirma os princípios de igualdade como direito de todos e todas, sem distinções. É reafirmado, também, o dever do Estado de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas. É, ainda, apontada a necessidade de se adotar uma perspectiva de gênero e reconhecer todas as inúmeras formas de discriminação a que são suscetíveis as mulheres nos âmbitos social, econômico, cultural, civil e político.
Convenção e Recomendação da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011).	Aprovadas durante a 100ª Conferência da Organização do Trabalho (OIT), em Genebra, as normas preveem a equiparação dos direitos fundamentais do trabalho entre as/os trabalhadoras/es domésticas/es e as/os demais trabalhadora/es. Determina o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e negociação coletiva, jornada de trabalho justa, descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, limites para os pagamentos <i>in natura</i> , informações claras sobre os termos e condições de emprego, proteção contra abusos, assédio e violência, entre outros.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Sob esses aspectos, chega-se à Convenção sobre a eliminação de todas as configurações de discriminação contra a mulher (1981) com a marcante presença de redes recém-formadas de organização de mulheres. Neste contexto, discriminação é o nome que se dá para o comportamento (ação ou omissão) que viola os direitos das pessoas. Com base em critérios injustificados, são injustos, tais como: a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. Como o próprio nome diz, é uma ação no sentido de fazer ou deixar de fazer algo que resultar em violação de direitos.

O esboço mundial da ONU sobre o papel da mulher no desenvolvimento, afirma o primeiro reconhecimento, oficialmente, da importância da mulher em todas as esferas temáticas do desenvolvimento. Com base no art. 1 da Convenção da ONU para banir de todas as formas a discriminação contra a mulher, o *Comittée on the elimination of discriminatin aginst women* – CEDAW, órgão que é destinado a supervisionar a discriminação contra a mulher, significa toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômicos, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Por meio das políticas de ação positiva ou medidas especiais de caráter temporário, como denomina a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, estima-se conseguir igualdade real ou afetiva mediante as legislaturas que esquadrinham as decorrências antagônicas da existência de diferença de fato.

No quadro 2 são evidenciadas as grandes convenções direcionadas à Mulher.

Figura 4 – Quadro cronológico das Grandes Convenções sobre a Mulher

CONVENÇÕES	CARACTERIZAÇÃO
Carta das Nações Unidas (1945)	Elaborada após o término da Segunda Guerra Mundial é considerada de extrema importância para consolidação dos Direitos Humanos. Estabelece como um dos seus princípios promover a cooperação internacional para a solução de problemas sociais, econômicos, culturais ou de caráter humanitário. Sua principal diretriz de atuação é encorajar o respeito aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais para todos e todas, independente de raça, sexo, língua ou religião. (p.35)
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	Foi realizada nos estados Unidos a Declaração que exaure o paradigma para a solução de conflitos individuais, internos e internacionais. Seu princípio mais importante é que os direitos dos homens são universais, indivisíveis e inalienáveis.
Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Cíveis à Mulher (1948)	Outorga às mulheres os mesmos direitos civis de que gozam os homens. Promulga no Brasil por forma de decreto de nº 31.643, de 23 de outubro de 1952.
Convenção da OIT de nº 100 (1951)	Relata sobre a igualdade de remuneração. Ratificada e aplicada por todos os Estados Membros da Organização. Promulgada em 25/06/1957, Considerado uma convenção Fundamental pela OIT, que significa e deve ser ramificada por todos os Estados Membros da Organização. Promulgada em 25/06/1957, por meio de decreto de nº 41.721.
Convenção da OIT de nº 103 (1952)	Dispõe sobre o amparo materno e a ramificada em 1965. Promulgada em 14/07/1966, por meio de decreto nº 58820.
Convenção sobre o direito os Direitos da Mulher (1953)	A mesma determina o direito ao voto em igualdade de condições para homens, bem como a elegibilidade das possibilidades para as mulheres de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas pela legislação nacional.
Convenção da OIT de nº 111 (1958)	Dispõe sobre a discriminação em matéria de Emprego e Profissão. Ramificada pelo Brasil em 1965. Considerada uma convenção fundamental pela OIT, o que significou que deve ser ratificada e aplicada por todos os Estados Membros da Organização Promulgada em 19/01/1968 por meio de decreto nº 62150.
Convenção da OIT de nº 156 (1981)	Estende aos homens a responsabilidade sobre a família. Pendente de Ratificação
Convenção da OIT de nº 171 Ano de 1990	Dispõe sobre o trabalho noturno. Ratificada pelo Brasil em 2002. Promulgada em 08/03/2004, por meio de Decreto sob o nº 5.005.
Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial - CERD (1996)	Acompanhando o ingresso de dezessete países africanos na ONU em 1960, a CERD foi realizada com o objetivo de se tornar um instrumento internacional no combate à discriminação racial. Foi assinada pelo Brasil em 1966 e ratificada em março de 1968. Promulgada pelo Brasil em 8 de dezembro de 1969, por meio do decreto nº 65.810.
Convenção Americana de Direitos Humanos, São José.	Sob o Propósito de Consolidar, no continente americano, um regime de liberdade pessoal e justiça social baseado nos direitos humanos universais. Em seu primeiro artigo o documento resultante dispõe que os Estados – partes

(1969)	nesta convenção comprometem –se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça cor sexo, idioma religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social,
Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979).	Disponha aos países participantes o compromisso do combate a todas as formas de discriminação para com as mulheres. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com algumas reservas, em 1984. Tais reservas foram suspensas em 1994 pelo decreto legislativo no. 26. Promulgada por meio do decreto no. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Em 06 de outubro de 1999, foi adotado, em Nova York, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. O protocolo determina a atuação e define as competências do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher na recepção e análise das comunicações recebidas dos Estados Partes. O protocolo foi aprovado pelo Brasil em 06 de junho de 2002, por meio do decreto legislativo no. 107. Sua promulgação se deu em 30 de julho de 2002, por meio do decreto no. 4.316.b
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994).	Ratificada pelo Brasil em 1995. Define como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada nas diferenças de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada”. Apontam, ainda, direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e define os mecanismos interamericanos de proteção (pg.37). Promulgada por meio do decreto nº 1973, em 1º de agosto de 1996.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Acrescenta-se essa ação aos movimentos ecológicos que defendiam um desenvolvimento sustentável, expandindo a discussão para uma escala planetária. Durante a década de 90, já sob o debate da preservação ambiental, realizada no Brasil, na cidade de Rio de Janeiro, assinala na agenda Global 21, para ajustes, visando o século 21. Com uma listagem bem ampla, o documento abrange como tema a preservação dos cursos de água, dos oceanos, da biodiversidade e a problemática da desertificação. Entretanto, o grande problema da Agenda 21 acena à sua execução, que demanda acordos que não se cumprem e faltam concordâncias.

Dentre os anos de 1990 e 1995, o plano para a mulher e desenvolvimento abre outro ponto de vista teórico e prático sobre fatores correlacionados ao meio ambiente e pela primeira vez, as agências e a organizadora da ONU trouxeram uma abordagem ambiental e receberam atividades para implementar um objetivo comum, lançando uma nova visão sobre as questões ambientais e população. O ponto marcante da configuração dos direitos humanos das mulheres se deu na Conferência Mundial de Direitos Humanos Universais, seu documento ressalta e finaliza enfatizando a indivisibilidade de definir estratégias que complementem os aspectos como a diversidade cultural e os direitos das mulheres como direitos humanos.

Durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em setembro de 1995, na capital da China, foi aprovada a Declaração de Beijing, onde os governos participantes se comprometeram a cumprir, até o final do século XX, com as estratégias acordadas em Nairóbi, no Quênia, em 1985. Os governos também acertaram que iriam mobilizar recursos para a implementação da Plataforma de Ação, outro documento assinado no encontro, o mais completo produzido por uma conferência das Nações Unidas, com relação aos direitos das mulheres. O documento incorpora tratados anteriores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, produzido pelo Comitê sobre Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (CEDAW), assinada em 1979.

Os incisos da Plataforma de Ação remetem aos governos, aos organismos internacionais e à sociedade civil a responsabilidade de construir um mundo de justiça e igualdade, como aspiração dos povos representados em Beijing. Entre eles, destacam-se o estabelecimento, ampliação e fortalecimento de sistemas de análise

da situação das mulheres, de dados estatísticos em todas as áreas e sua ampla divulgação; o planejamento, estabelecimento e implementação de programas e políticas públicas que leve em consideração a situação de mulheres e homens, em razão da construção cultural e social das desigualdades; a atualização e propostas de novas legislações de combate à discriminação da mulher em todos os âmbitos e a promoção da igualdade, incluindo ações afirmativas para acesso a cargos públicos de decisão e a mandatos efetivos, além de oportunidades no mundo do trabalho para a nação brasileira.

2.1 A CONTEMPORANEIDADE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2000, cinco anos após Beijing, o governo brasileiro apresentou à Assembleia Geral das Nações Unidas o Relatório Nacional sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, contendo os avanços e dificuldades no processo de aplicação da plataforma mundial sobre a mulher. O documento menciona cada uma das esferas de preocupação – a mulher e a pobreza; a educação e a capacitação da mulher; a violência contra a mulher; a mulher e os conflitos armados; a mulher e a economia; a mulher no exercício do poder e nos espaços de tomada de decisão; os mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; os direitos humanos das mulheres; a mulher e a mídia; a mulher e o meio ambiente; e a menina.

Em 2004, o governo brasileiro respondeu ao questionário sobre a aplicação da Plataforma de Beijing (1995) e os Resultados do 23º período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000), solicitado pela CSW a todos os países, como subsídio para a avaliação que será feita na 49ª Sessão da CSW, que inicia no próximo dia 28 de fevereiro. E vai até o dia 22 de março de 2005.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) está às vésperas de completar sua primeira década de existência e continua sendo um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas. Desde a criação da SPM, em março de 2003, as políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva

com os movimentos de mulheres feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade.

Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM, foi elaborado o II PNPM.

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. No quadro 3 encontra-se as funções e atribuições do PNPM.

Figura 5 – Quadro sobre a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e suas atribuições

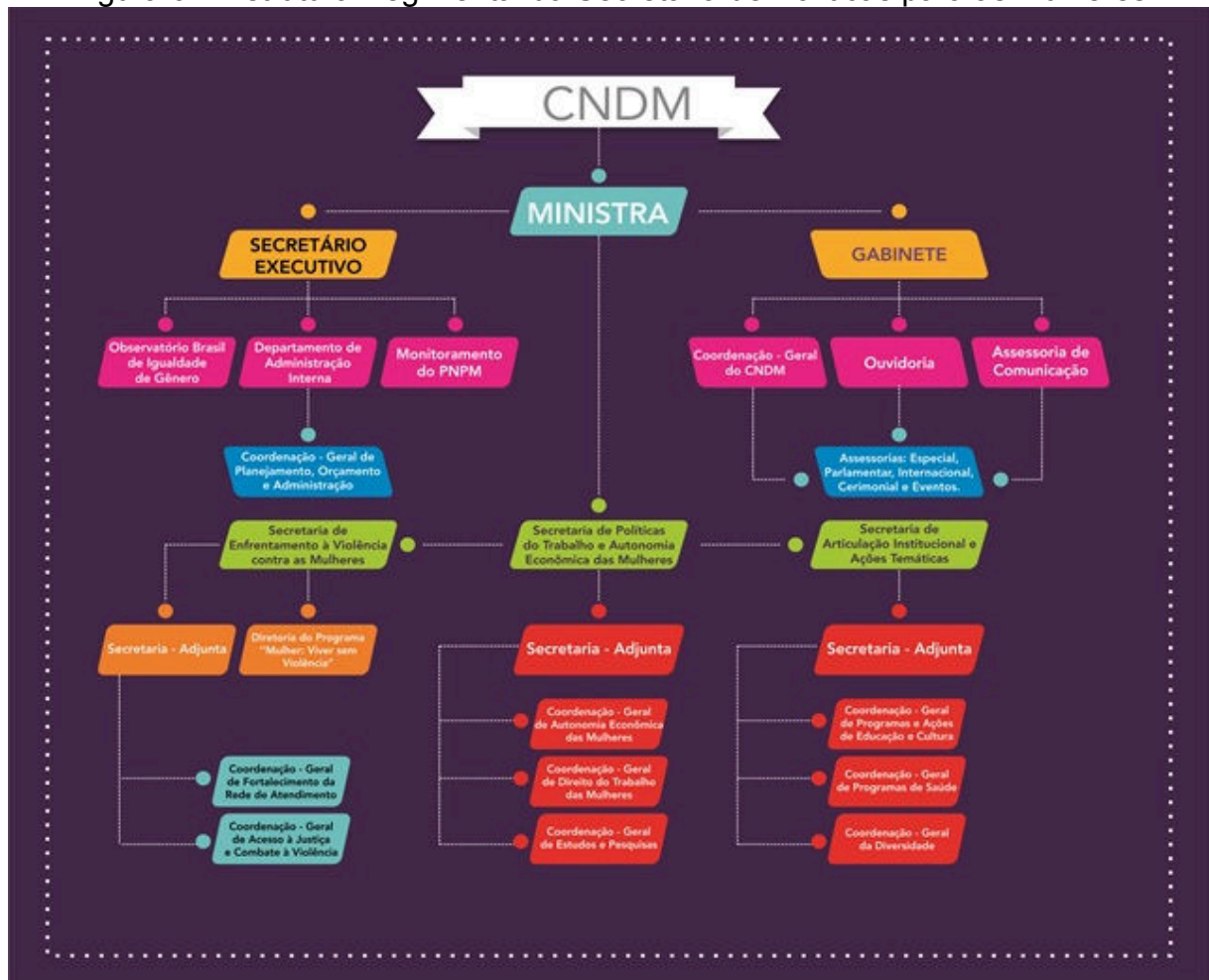
FUNÇÕES	ATRIBUIÇÕES
Principal Objetivo	A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, pelo então Presidente Lula, a SPM vem lutando para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.
Questões de Gênero	Gênero está incluído nas políticas dos três níveis de Governo. Além disso, percebe-se uma crescente mobilização da sociedade civil na busca de igualdade entre homens e mulheres, em termos de direitos e obrigações. Essas mudanças têm sido possíveis a partir de um processo contínuo de cooperação transversal entre a SPM e os demais Ministérios, a sociedade civil e a comunidade internacional.
A atuação da SPM	Desdobra-se em três linhas principais de ação: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. A estrutura básica da SPM é composta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), o Gabinete da Ministra de Estado Chefe, a Secretaria-Executiva e de três outras Secretarias.
Sua Assessoria	A SPM assessora diretamente a Presidência da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres. Paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais públicas e privadas. A atuação da SPM respeita todas as formas de diversidade: racial, geracional e de orientação sexual; mulheres negras, indígenas, do campo, da floresta e/ou

com deficiência.

Fonte: Elaborado a partir de levantamentos bibliográficos, 2016.

A importância de solidificar o conhecimento a cada setor da SPM e que o mesmo institui mecanismo participativo ao enfrentamento à violência contra a mulher, desenvolve políticas de autonomia econômicas da mulher e articula ações temáticas em conjunto com outras instituições da esfera federal, estadual e municipal. O PNPM 2013-2015 constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático (figura 2). Contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres aprovada a partir de 2004, e referendada em 2007 e em 2011, pelas respectivas conferências.

Figura 6 – Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas para as Mulheres



O PNPM confere uma nova ordem no movimento em prol da equidade de gênero, dando às mulheres condições de competitividade de forma igualitária ao sexo masculino. O contexto é favorável ao respeito das diversidades e ao combate a

discriminação, bem como, desmistifica a crença de que o sistema patriarcal seria o ideal. Apresentamos como o Plano Nacional, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres:

- Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida.
- Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
- Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
- Caráter laico do Estado;
- Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
- Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas;
- Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

(BRASIL, 2013, p. 9-10)

Para concretizar esses princípios iniciais, o Estado e as esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal se comprometeram a seguir as diretrizes, portanto, assim, passar a dar garantias para que as mesmas fossem consolidadas, houve intenso trabalho interno de todas as áreas da SPM na elaboração do PNPM 2013-2015. Além de articular as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2013-2015, levou-se em consideração o Planejamento Estratégico Interno que propõe e sistematiza os principais objetivos e metas a serem perseguidos pela SPM para o ano de 2013.

2.2 IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA

Seu principal objetivo é promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Passada a etapa de construção e divulgação do PNPM 2013-2015, inicia-se agora a etapa mais importante que é a implementação das suas ações. Esse é um processo complexo que, por um lado, exige da SPM um papel de coordenação da gestão e do monitoramento do PNPM e, por outro, uma maior participação da sociedade civil e dos movimentos sociais no controle social das políticas acordadas.

Portanto, a proposição de políticas específicas de gênero propostas pelo PNPM busca dialogar com todas as esferas governamentais/institucionais, assim como com a sociedade civil. O PNPM é a configuração do resultado de lutas dos movimentos de mulheres que vêm se mobilizando desde o início do século XIX, contra todas as situações de opressão e de discriminação, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja pelo coletivo de mulheres.

Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articuladas com o aumento da escolaridade, é necessário, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Percebemos que, no âmbito federal houve avanços com relação à autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. No quadro 4 demonstramos as metas a serem cumpridas com a reorganização do PNPM, bem como suas ações e suas especificidades para a equidade da mulher no mercado bem como sua inserção.

PNPM tem impacto direto na vida das mulheres e reflete a convicção de que, mediante articulação e monitoramento para implementação de suas ações, permite construir para um país mais justo, desenvolvido, igualitário e participativo. A PNPM atua pela igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça. Entretanto, ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência. Uma boa parte da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços fundamentais, o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade.

Figura 7 – Quadro dos Objetivos, Metas e Linhas de Ação do PNPM

Objetivos específicos das ações de equidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos. - Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social. - Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, da floresta, mulheres indígenas, das comunidades tradicionais e das mulheres com deficiência para o desenvolvimento econômico do país. - Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho. - Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos.
Metas a serem cumpridas devido a reorganização da PNPM	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar o aumento em 10% das taxas de participação e de ocupação das mulheres, em relação a 2009. - Trabalhar para a diminuição da taxa de desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens, em relação a 2009. - Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres, de 64,5% em 2009, para 75% até 2015. - Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil). - Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil). - Ampliar a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho. - Estimular a formulação e difusão de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres. - Atuar para a aprovação de legislação, e sua regulamentação, para maior igualdade no mundo do trabalho, incluindo ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e ênfase na formalização. - Ampliar a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho. - Ampliar a oferta de creches e outros equipamentos públicos que interferem na divisão sexual do trabalho, na cidade e no campo. - Apoiar a construção de 6 mil unidades de creches e pré-escolas até 2014. - Emitir 1.200.000 documentos jurídicos e civis para mulheres rurais. - Garantir que no mínimo a metade dos beneficiários da Bolsa-Formação Inclusão Produtiva para beneficiárias da Bolsa-Família, no âmbito do Pronatec, sejam mulheres. - Atender a 60 mil escolas até 2014, com recursos para a promoção de atividades socioeducativa, ampliando o tempo e o espaço educativo.
Linhas de ação do PNPM	<ul style="list-style-type: none"> - Este PNPM tem impacto direto na vida das mulheres e reflete a convicção de que, mediante articulação e monitoramento para implementação de suas ações, permite construir um país mais justo, mais desenvolvido, mais igualitário e mais participativo. - Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção. - Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária. - Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho. - Estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho. - Ampliação e regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

	<ul style="list-style-type: none">- Promoção da proteção e seguridade social das mulheres, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade, com vistas a erradicar a pobreza e melhorar suas condições de vida.- Promoção da obtenção de documentação civil e jurídica para mulheres, nos espaços urbanos e rurais, ampliando seu acesso a direitos e serviços.
--	--

Fonte: PNPM do Brasil (2013). Adaptado pela autora.

Em Porto Velho, no ano de 2006, o prefeito Roberto Eduardo Sobrinho e a ex-ministra Nilceia Freire, da secretaria Especial de Políticas para Mulheres, assinaram um acordo de cooperação para implantação de ações previstas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, resultado da I Conferência Nacional de Políticas Para Mulheres, que reconhece o Estado como responsável por implementar políticas que promovem a desigualdade entre homens e mulheres. Outro ponto em destaque que observamos sendo realizado no município de Porto Velho foi a iniciativa e a participação das mulheres em cursos (PRONATEC, SENAR, SENAI e SEBRAE).

Vale ressaltar que a falta de um banco de dados na administração municipal para captar a realidade que rodeia as mulheres e quem na realidade são as mulheres por bairro que estão acessando as políticas públicas oferecidas pelo município, revela-se um complicador determinante, e por outro lado, limita a atuação eficaz na gerência das políticas públicas por bairro para confrontá-los em uma política transversal. Por exemplo, não se cruza os dados da secretaria de desenvolvimento socioeconômico com a secretaria de ação social ou de regularização fundiária da fazenda.

No âmbito local, no município de Porto Velho, vale ressaltar que a Fundação Universidade Federal de Rondônia possui o grupo de pesquisa GEPGENERO, institucionalizado desde 2001 que é composto por professores e técnicos da universidade, professores da rede de ensino estadual, municipal e alunos da graduação e pós-graduação. Totalizando seus 15 anos de existência, possui um acervo com várias pesquisas desenvolvidas em assentamentos rurais, áreas urbanas e áreas ribeirinhas que apontam os fatores onde as políticas públicas podem ser desenvolvidas e aplicadas com melhor eficácia nos municípios de Rondônia.

CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO

Figura 8 – Foto da varanda da frente do prédio do GEFA



Fonte: Acervo do GEPGÊNERO 2015

3 PERCURSO METODOLÓGICO: CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZANDO O MÉTODO ÁREA DE ESTUDO

A escolha do procedimento metodológico em uma pesquisa científica é de suma importância para que se tenha êxito, bem como a compreensão das variáveis que compõem o corpo de análise. Nesse contexto, encontramos na fenomenologia o arcabouço metodológico para a compreensão do lócus da pesquisa – o GEFA, que fica no bairro Mariana Zona Leste de Porto Velho.

Considerando sua influência, partimos do pressuposto de que o método não deve ser abordado do ponto de vista disciplinar, e sim, como um instrumento intelectual e racional que demonstre as possibilidades para compreensão da realidade objetivada pelo pesquisador, quando este se propõe a fazer uma leitura dessa realidade e instituir verdades para sua explanação científica.

Escolhemos a fenomenologia para trabalhar nesta pesquisa mediante experiências e percepção que, ao nosso olhar, foram se manifestando no cotidiano vivenciado, ao acompanhar um grupo de mulheres membras da comunidade GEFA.

Buscamos trabalhar um método que respaldasse nossa compreensão e interpretação dos fatos expostos, bem como uma análise do espaço vivido da comunidade. Com a fenomenologia, a pesquisa no campo geográfico ganha nova dimensão, que apresenta o direcionamento correto para as interpretações sobre as representações do espaço, contribuindo para o desenvolvimento do estudo. A partir desse método, compreendemos que, em campo, devemos priorizar as produções simbólicas que evidenciam as particularidades humanas. Exemplo disso é a comunidade do GEFA.

Concernente à abordagem fenomenológica, é possível observar e analisar melhor o espaço vivido da comunidade. Para melhor discernimento a respeito da utilização deste método, é necessário o conhecimento a respeito do conceito de fenomenologia. Merleau-Ponty faz a seguinte definição:

[...] A fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua "facticidade". É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações

da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre "ali", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma 'ciência exata', mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo vividos (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1).

Esta metodologia levou em conta as mulheres como co-participantes do processo de aproximação e abordagem do cotidiano dessa comunidade. O conhecimento dessa realidade advém do próprio exercício da pesquisa enquanto produção interativa. Segundo Sposito (2004, p. 23), “Para a descrição da realidade pesquisada, busca-se um instrumento intelectual e racional que possibilite esta leitura”, o método Suertegaray contribui explicando que:

Assim, vemos o campo pelo olhar do método. O método escolhido é a expressão de nossa concepção do mundo. Método, portanto, é uma escolha que diz respeito ao nosso ritmo e a nossa compreensão/ética (SUERTEGARY, 2002, p. 3).

Ressaltamos que a pesquisa leva o Geógrafo a constituir um ato de observação da realidade do outro, interpreta para a lente do sujeito uma relação com o outro sujeito.

A interpretação deste contexto resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sendo assim, sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Portanto, no método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo.

Também, buscou-se embasamento na pesquisa qualitativa, pois se acredita que através dessa abordagem seja possível uma melhor compreensão da realidade pesquisada. Para melhor observar a rotina e o dia a dia dos moradores, compreendemos que “[...] só é possível conhecer profundamente aspectos da vida de uma sociedade ou de uma cultura, quando há um envolvimento pessoal entre o pesquisador e o que/quem ele investiga” (BORGES, 2009, p. 184). O recorte social/espacial é, portanto, o modelo de análise, para se compreender como o espaço constitui identidades e ao mesmo tempo as comporta.

De acordo com Spósito (2011, p. 52), em sua obra “Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico” argumenta-se que, nas pesquisas com agrupamentos abrangentes das correntes metodológicas, com método

fenomenológico hermenêutico, podemos nos abarcar dos níveis de articulação lógica como técnica, teoria e epistemologia como técnicas qualitativas, história de vida, incorporação a partir da postura do investigador, pesquisa participante; entrevistas; relatos de vivências; observações alternativas inovadoras.

3.2 O DIÁRIO E AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM CAMPO

As vivências e o caderno de campo são instrumentos de reflexão. Onde notificamos as experiências que têm como função a possibilidade do diálogo utilizado como um referencial ao projeto inicial. É através desses instrumentos que se consegue seguir uma trilha que nos leva a questionamentos. Bem como, o emanar das ideias, a confirmação ou refutação de hipóteses e a ansiedade diante das expectativas, diante de um mundo diferente, diante de novos saberes, pois é nesse momento que conseguimos registrar as sutilezas, os pequenos gestos, enfim, os detalhes que muitas vezes passam despercebidos e outras vezes parecem ser sem importância para a ciência, mas que, se analisados com cuidado, têm profundo significado.

Entendemos que o saber geográfico não é construído no vazio, ele se da em um contexto socialmente produzido, ou seja, os modos de pensar a geografia são resultados direto do contexto histórico social, político econômico e cultural. A exemplo, em nossas anotações, fomos recordando nossos primeiros passos como pesquisadora e os projetos que nos oportunizaram a ter um contato tão íntimo com a comunidade e com os membros do GEFA.

Apresentamos, então, o relato de experiência, em campo, nossa troca de saberes, o despertar para as devidas colaboradoras e a percepção do lugar. Descreveremos de uma forma sutil as observações feitas em nossas aulas, o antes e o depois das nossas primeiras ações desenvolvidas como pesquisadora do GPGÊNERO.

Como ressaltamos no início deste trabalho, nosso contato como o grupo de mulheres aconteceu através das aulas do curso de alfabetização, um projeto de extensão universitária intitulado “Construindo Caminhos Para a Liberdade”. O projeto nasceu com a pesquisa demestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, sob o título “A VELHICE FORA DO LUGAR: História Oral de Vida” desenvolvido pela pesquisadora

do GEPGÊNERO, Sheila Ximenes de Souza, em 2009, onde, com nosso olhar de pesquisadoras fomos observando e detectando a necessidade de os idosos acessarem o mundo letrado.

A princípio, a meta inicial do projeto era alfabetizar somente os idosos. No entanto, durante o processo de divulgação do referido projeto, as pesquisadoras do GEPGÊNERO perceberam a necessidade de abranger para os jovens, adultos e idosos que tivessem interesse em participar.

Ao longo das conversas informais percebíamos que o número de analfabetos era significativo, todavia, sentíamos certa resistência por parte das interessadas no ato da efetivação da matrícula. Surgiam inúmeras desculpas, como a sobrecarga do trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, a falta de paciência e o receio de estar perdendo seu tempo com algo que não iria contribuir com suas expectativas para o futuro.

As aulas eram ministradas por duas pesquisadoras, três vezes na semana, com duração de uma hora cada, que somava três horas semanais, durante o ano de 2010, onde fomos trabalhando com um grupo de 20 mulheres, no horário noturno, pois, as mesmas só disponibilizavam de tempo à noite devido à tripla jornada de trabalho que exerciam em suas rotinas diárias.

Desta forma, passei a acompanhar o cotidiano dessas mulheres que têm sonhos, lutas e ideais tão semelhantes uma das outras. Sonhos que parecem tão pequenos, como querer ler uma receita de medicamentos, soletrar as vogais para escrever o próprio nome ou ajudar os filhos nas atividades que traziam da escola.

O programa de curso proposto apresentava como forma de aperfeiçoar a alfabetização construtiva, indagadora e crítica, possibilitando ao grupo o acesso, não somente aos saberes necessários ao domínio da escrita, da leitura e das palavras (saberes indiscutivelmente necessários à prática alfabetizadora), mas também à liberdade de agir; de realizar suas descobertas; de terem seus valores respeitados, bem como de seu grupo, e as experiências adquiridas no meio social em que vivem, buscando formar cidadãs que lutem pelos seus direitos, uma vez que são sujeitos de sua própria história.

O processo prático da alfabetização foi norteado a partir de autores como Paulo Freire que estava envolvido com movimentos sociais e educação de adultos, particularmente com a cultura popular e comunidades de base dentro das igrejas em regiões pobres do Nordeste, onde desenvolveu o método de alfabetização de adultos.

No entanto, não utilizamos seu método de forma isolada, pois a intenção foi mesclarmos outras formas e alfabetizar, por entendermos que os indivíduos aprendem de formas diferentes, sendo necessário adaptar o método à realidade. Apoiamo-nos também nas teorias de BASIL BERNSTEIN que recordava o fascínio diante do desafio de ensinar alunos que trabalhavam na indústria.

Assim, com grandes autores obtivemos o êxito da primeira ação, conseguimos lograr o segundo projeto de extensão universitária “Fermentando o Futuro na Comunidade do Bairro Mariana”, o qual tinha como objetivo geral a sensibilização acerca da inclusão social como processo de resgate de cidadania e estratégia de superação.

O trabalho foi realizado com a participação dos estudantes e professores que contribuíram com debates sobre diversos temas abordados, mostrando aos mesmos a possibilidade de buscar oportunidades e melhoria de vida, através de oficina para fabricação caseira de pães, bolos, biscoitos, tortas doces e salgados, entre outros. Enfocando, também, a importância da higiene e limpeza no manuseio dos alimentos, elaboração, conservação e comercialização dos produtos fabricados.

Para a execução desse trabalho, utilizamos processos teórico-metodológicos, através de palestras e dinâmicas, objetivando despertar nos participantes a consciência crítica e a organizativa preconizadas pelos fundamentos do professor e pesquisador Clodomir Santos de Moraes (2002, p.37). Segundo o autor, uma política social efetiva deve ser baseada em uma epistemologia operativa e em uma metodologia consistente, que ofereça a possibilidade de soluções integrais e permanentes.

Nesse contexto, Moraes (2002) argumenta que, nesta epistemologia e metodologia, é o reconhecimento, combinado com determinação para atuar consequentemente, do potencial organizativo dos diferentes estratos sociais e da habilidade dos cidadãos para levar adiante iniciativas que conduzam à solução de seus próprios problemas.

Dessa forma, contribuímos para o fortalecimento e consolidação de uma cultura cidadã em comunidades carentes, à capacitação para fabricação de pães,ucas, bolos, biscoitos, tortas doces e salgadas. Ainda obtivemos respaldo teórico nos autores Dedecca e Baltar (1997, p. 70) quando advertem para a ótica do mundo capitalista que consideram os que não cumpriram as exigências técnicas e educacionais do capital industrial urbano e têm sido vistos como não aproveitáveis e

incapazes de serem inseridos nos empregos formais.

O público-alvo foi mulheres e homens com idade a partir de 18 anos, desempregados ou em subempregos, que possuíssem filhos e ainda que demonstrassem interesse pelas oficinas e cursos que foram ministrados, e que, no entanto, soubessem ler e escrever. Vale ressaltar que os homens participaram da primeira parte do projeto, depois é que foi afunilando e ficamos com a participação somente das mulheres, o qual se estendeu por três anos, sendo retomado com a pesquisa de campo para a dissertação de mestrado.

Para a melhoria da qualidade de vida, percebemos que é necessário articular ações estratégicas que possam impulsionar o desenvolvimento da comunidade, de forma que mulheres e homens tenham condições de enfrentar os desafios do mercado, através de iniciativas como acesso a formação e a capacitação, tanto através de palestras sobre o exercício de cidadania, higiene e limpeza como prevenção a vários tipos de doenças.

Para estes participantes desenvolvemos novas formas de consciência e de prática cultural, foram necessários antes novos processos reais, de vida real, fundados na divisão social do trabalho, como ferramenta para o alcance de formas superiores de organização do trabalho cooperativo, um vir a ser, cuja semente já está entre nós, mas, precisa ser fortalecida e aperfeiçoada.

A Oficina de Panificação oferecida em 2011/2012 viabilizou processos de autogestão, acelerando o desenvolvimento da consciência organizacional dos participantes a partir das necessidades geradas pela prática do cotidiano no interior de uma empresa, que possibilitou o aprendizado e exercício da prática da divisão social do trabalho, gestão e controle social do processo pelos próprios participantes e garantiu ao grupo tanto a complementação na alimentação como a comercialização desses produtos, durante e após o curso.

O contexto contribuiu para a melhoria da subsistência alimentar da família e do aumento de renda familiar, bem como a inserção dos participantes, pois as ofertas no campo de trabalho é amplo na área de panificação, no entanto, se torna necessária a capacitação de mão de obra com cursos de iniciação profissional que correspondam às necessidades imediatas da comunidade.

Nas oficinas havia 30 mulheres participando e esta constatação nos incentivava a propiciar a inserção das mesmas no mundo do trabalho, impulsionando a

comunidade, incrementando sua renda familiar e proporcionando o resgate de sua cidadania, como elemento chave no processo de construção de sua autonomia.

A chefia feminina do lar aplicava-se de forma esclarecedora para a pesquisa. Havia situações nas quais as famílias e domicílios são liderados por mulheres sozinhas, estando seu companheiro ausente (como nos casos de viúvas, mães solteiras ou separadas). Abrange, ainda, casos em que o companheiro está presente, mais a responsabilidade familiar pela manutenção da casa é feminina. Um número representativo dessas mulheres está em idade produtiva, mas por razões diversas e entre elas a não existência de creche pública onde possam deixar as suas crianças para ingressarem no trabalho formal tem frustrado um sonho que as impede de desenvolver alguma atividade remunerada.

Formular e programar políticas públicas com esta perspectiva é um desafio permanente para o gestor público que tenha, verdadeiramente, compromisso com a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

O trabalho foi desenvolvido na comunidade acima citada, algumas colaboradoras haviam participado de ações oferecidas anteriormente pela universidade. Este oportunizou a aprendizagem de fabricação de materiais de higiene e limpeza. A ideia da oficina de fabricação caseira de pães, biscoitos, tortas entre outros, foi acolhida pela comunidade com muito entusiasmo. Vale ressaltar que, contamos com a parceria do GEFA que disponibilizou o espaço para a realização deste trabalho. O local se apresentava como ideal, por reunir todas as condições necessárias para a realização das oficinas.

Iniciamos com a divulgação da oficina no primeiro semestre de 2011, com cartazes, folders e avisos nas reuniões da comunidade no GEFA. Fizemos as inscrições durante o mês de maio e obtivemos (trinta e uma), sendo 26 mulheres e 05 homens, que desistiram posteriormente. A realização do nosso trabalho era feito no horário matutino, aos sábados, pois, o GEFA desenvolvia outras atividades no período vespertino.

A utilização desse caminho metodológico compreendeu a realização de várias etapas ao longo desses três anos, de 2010 a 2012, desde os primeiros contatos com as pessoas da comunidade, quando ocorreu a inserção no universo do GEFA. Essa “iniciação” aconteceu com visitas frequentes do grupo de pesquisa GPGÊNERO nas oficinas citadas anteriormente.

A experiência vivenciada como pesquisadora despertou o interesse pela percepção e observação, foi quando passamos a analisar frequentemente a trajetória desse grupo de mulheres como ser pensante e consolidando através das relações sociais, do convívio com familiares e amigos, das influências externas, do amadurecimento, da curiosidade. Sem querermos ou percebemos, somos influenciados de alguma forma. E, através de nossa história social, fazemos nossas escolhas para a vida pessoal, profissional ou acadêmica.

Foi nesse momento que utilizamos a seguinte orientação da fenomenologia; seu suporte filosófico ajudou a compreender as essências da experiência vivida, aplicada e adquirida – não considerando o mundo independente do ser humano. O enraizamento de sentimentos, a assimilação e consequente incorporação da cultura local contribuem para a formação da identidade e dos lugares; e, este sentido de identidade envolve a percepção, se apresenta carregado de satisfação, reminiscência e felicidade como um somatório das dimensões simbólicas ao encarnar as experiências banais e as aspirações humanas.

Portanto, essas observações foram registradas em um diário de campo, já que em muitos momentos os fatos vivenciados nos despertaram a atenção com um olhar diferenciado para algumas situações que só se revelaram importante na elaboração do relatório de pesquisa. Considerando que a abordagem geográfica humanística rechaça a ideia de um mundo preciso, sem contornos e destituída de significados, esta abarca os laços de afetividades que unem as pessoas aos lugares e pode analisar a relação empática do ser.

Especificamente, em se tratando dessa pesquisa, o aprofundamento na análise se deu nos meses de julho de 2014 e 2015, quando, como voluntária em um projeto chamado “Formação Cidadão”, oferecido pelo SESI. Como já tínhamos contato com a comunidade e sabíamos das necessidades que esse grupo de mulheres sofria, pela falta de poder conciliar as atividades domésticas com as escolares. Devido a sua rotina de trabalho intensa, sugerimos que fosse implantado ali um polo para que elas pudessem concluir o ensino fundamental.

Foi neste momento que passamos a acompanhar diariamente essas mulheres; foi um momento riquíssimo que favoreceu conversas com mais facilidade e intimidade, inclusive, dada a ausência de algumas companheiras do grupo, por se sentirem inibidas a falarem das dificuldades enfrentadas na vida, o dia a dia de trabalho, a divisão das obrigações dentro e fora de casa, a criação dos filhos, entre outras

questões pertinentes à vida familiar mais intimamente ligada a mulher. Foi um momento de importante aproximação e imersão na vivência desse grupo de mulheres.

Houve a preocupação de deixar as pessoas informadas sobre o que se pretendia investigar e da repercussão do trabalho, por se traduzir no estudo e análise relacionados ao dia a dia vivenciado por elas e, dessa forma, só poderia acontecer com a colaboração, especificamente, das mulheres da própria comunidade.

Não foi fácil, mas sabemos que toda pesquisa, principalmente, as que envolvem pessoas, são árduas e demandam tempo para conseguir chegar aos objetivos esperados.

3.3 A MARCHA PARA O TRABALHO DE CAMPO

O início do campo, como compreensão hermenêutica deve superar a relação *versus* objeto. Suertegaray (2002) corrobora afirmando que este procedimento, como sabemos, não é exclusivo da pesquisa em geografia, dele se apossam as mais diferentes áreas do conhecimento. Diante deste contexto, se faz lícito destacar que o trabalho de campo é imprescindível. Para o pesquisador que deseja levantar debates; sua interação com o público torna-se mais ampla.

Para começar o campo precisamos fazer a seguinte referência: ou seja, reler a sumula/ementa propostas para a discussão. Segundo Suertegaray (2002), da afirmação entre diferentes termos que podem expressar a experiência em campo, a palavra *campear*. Que é uma palavra utilizada pelo homem do campo (peão) e de maneira ampla pela população da campanha no Rio Grande do Sul, seu significado é procurar.

Portanto, escolhemos então esta palavra “campear” para dar início a nossa forma de fazer ir a campo. Campeando-procurando-pesquisando. Se entendermos *campear* como pesquisar, cabe dizer que a pesquisa é uma construção, portanto, recapeamos a comunidade como forma de ampliar e visualizar as transformações ocorridas no lugar. Procuramos não *campear* com as possibilidades de engessar com uma metodologia rígida que obrigasse um exaustivo estudo sobre as transformações ocorridas com esse grupo de colaboradoras.

Todo trabalho de campo possibilita ao pesquisador mergulhar em outra cultura, relatar experiências vividas dentro do contexto local, conhecer a realidade das pessoas dessa comunidade, enfrentar os problemas cotidianos. Dessa forma, os

desafios encontrados neste espaço tornaram-se também um ambiente acolhedor, que vem insistindo em manter a esperança por dias melhores, pela inserção social e pela qualidade de vida.

O grupo local estabelecido para esta pesquisa, mulheres chefes de famílias cujos domicílios estão localizados na Zona Leste de Porto Velho, no Bairro Mariana, são frequentadoras e colaboradoras das atividades desenvolvidas no GEFA. A pesquisa foi realizada em cinco fases articuladas. A primeira fase foi reservada ao estudo das disciplinas do Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia para a concretização dos créditos obrigatórios e eletivos. Nesta fase ocupamo-nos também da revisão do projeto e do levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico, incluindo as definições de categorias analíticas da geografia que nortearam a pesquisa.

Como primeiro procedimento, tomou-se como eixo de investigação o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2005-2007), estabelecido na I Conferência Nacional de Políticas para Mulher (2004), resultante de debates preparatórios e deliberativos nas conferências estaduais e municipais.

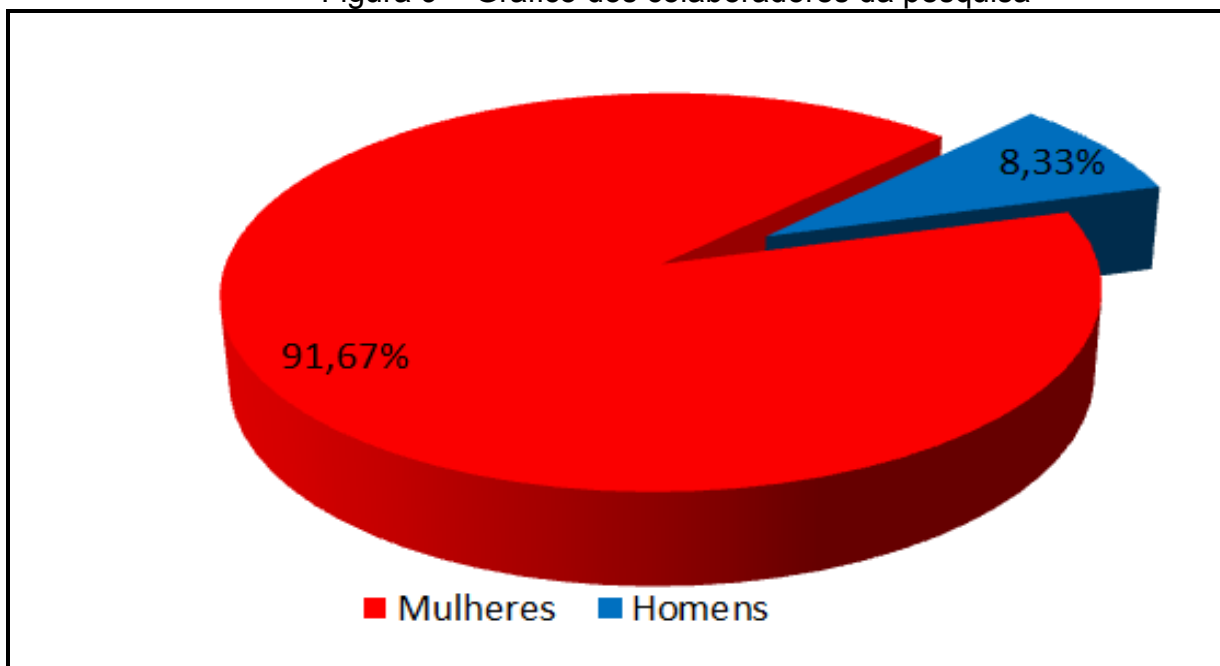
A análise do I Plano de Política para as Mulheres e sua aplicação no município de Porto Velho se fez necessária para a análise da ação do governo municipal, bem como para a efetivação das políticas nele estabelecidas para as colaboradoras do GEFA. Nossa intenção não é de fazer uma avaliação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM. O propósito é demonstrar se as colaboradoras tiveram acesso ou influência das políticas públicas em seu cotidiano.

O segundo procedimento dedicou-se à discussão sobre questões relacionadas ao planejamento para coleta de informações por meio de entrevistas; nesta fase percebemos a deficiência nas atualizações a respeito de informações concretas ao município, como mapas, mudanças de nome de ruas e avenidas, dificultando um diagnóstico fiel. Ainda nesta fase, visitaram-se os órgãos oficiais, especificamente a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria de Ação Social – SEMAS, a fim de verificar os dados que, eventualmente, não se encontravam nos cadastros disponibilizados e no Sistema Nacional de Emprego – SINE.

O terceiro procedimento destinado ao trabalho de campo foram os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados. Constituíram-se em um formulário contendo perguntas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturada e a narração de relatos de vivência. Realizamos 12 entrevistas das quais 11 são do sexo feminino e

um do sexo masculino (Gráfico 1), do Grupo de Estudo São Francisco de Assis, no Bairro Mariana. As entrevistas foram realizadas no GEFA nos dias de atividades destinadas à comunidade local, registro de imagens e visita às residências das colaboradoras a fim de obter informações para o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 9 – Gráfico dos colaboradores da pesquisa



Fonte: Elaborado a partir da campo, 2015.

O quarto procedimento foi a sistematização dos dados coletados, tratamento estatístico, análise e interpretação qualitativa das informações a luz do referencial teórico para a construção dos resultados finais para a elaboração da presente dissertação.

3.4 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDO

O estado de Rondônia, criado pela lei complementar nº41 de 22 de dezembro de 1981, originou-se do território federal de mesmo nome, criado pelo decreto-lei nº 5.812 de setembro de 1943, com denominação de Território Federal do Guaporé³, mudando posteriormente para Território Federal de Rondônia, através da lei nº 21731, de 17 de fevereiro de 1956, de autoria do deputado federal, pelo estado do

³ A criação do Território Federal do Guaporé identificou um imenso sertão situado no Extremo Oeste do Brasil, incorporado parcialmente durante a colônia à capitânia de Mato Grosso e Cuiabá. Posteriormente, no Império e na República, essa área se integrou às províncias e depois Estados de Mato Grosso e Amazonas, sendo por nós, mencionada neste trabalho como região, fronteira e território Madeira-Guaporé e Rondônia (PINTO, 1993, p. 165).

Amazonas, Áureo de Melo, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Neste contexto, é curioso compreender a importância atribuída aos nomes adotados a este novo espaço. A importante alusão à criação do território do Guaporé é descrito por Pinto:

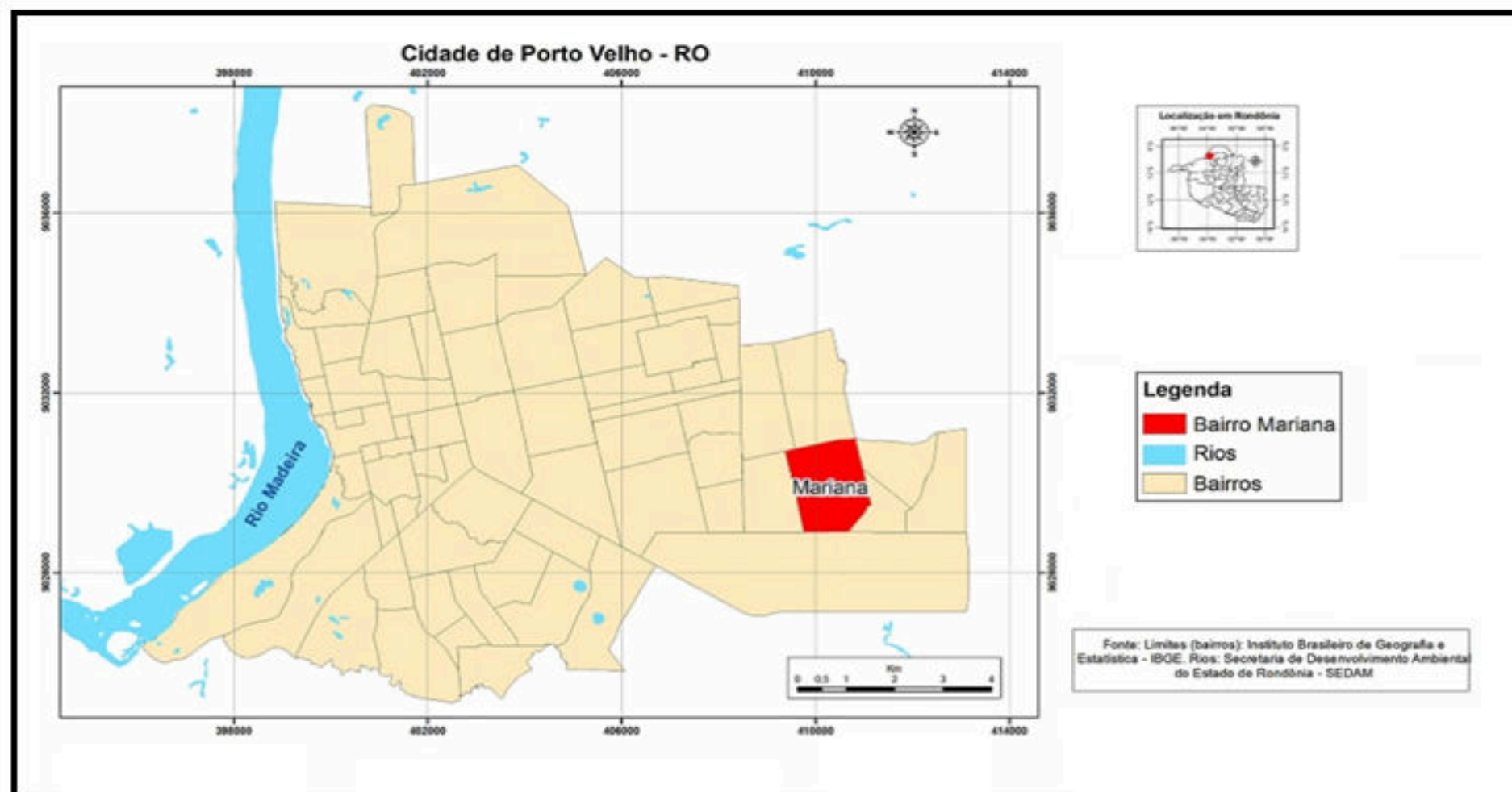
A denominação de Guaporé dada ao território federal criado naquela região possui, historicamente, especial significado, por indicar uma linha divisória de etnias e de domínio, fim de rumo, raia, caminho fluvial percorrido pelos batedores de sertões e pelas monções do Norte (PINTO, 1993, p. 166).

Conhecer a historiografia do estado de Rondônia contribui para a compreensão da formação da área de estudo, sua dinâmica e metamorfose. Com Théry (2012), fortificamos a ideia de que, uma vez o cenário geohistórico traçado, é possível estudar as mutações atuais. No caso deste estudo, as mutações ocorridas referem-se ao bairro Mariana, em Porto Velho-RO.

O estado de Rondônia está a menos 4 horas de fuso horário em relação a Greenwich (60° W), e 1 hora a menos em relação ao horário oficial do Distrito Federal (Brasília), se localiza na Amazônia legal, região Norte. O estado de Rondônia está posicionado como elo entre a região Centro-Oeste (Goiás Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e a região Norte, (além de Rondônia, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins), e os países Bolívia e Peru.

Situado à margem direita do rio Madeira, Porto Velho tem cerca de 500 mil habitantes e é o centro político administrativo do estado de Rondônia. Em termos de população, é de médio porte. Mas, em tamanho territorial, com cerca de 34 mil Km², é apontada como a maior capital do Brasil, o que é representado no mapa 1.

Figura 10 – Mapa da Área Urbana Município de Porto Velho



Fonte: OLIVEIRA, Adriana; WATANABE, Michel, 2015.

Porto Velho tem vocação para prestação de serviço, particularmente logística e comércio. Também são atividades representativas a pesca, a agricultura e o extrativismo mineral. Há alguns anos é a capital que apresenta maior crescimento, resultante da construção das hidrelétricas. Atualmente, apresenta o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte, segundo o (IBGE 2016).

Uma das suas principais características é o crescimento em ciclos, acompanhado o florescimento de atividades específicas, como o da borracha, no passado, cassiterita, ouro. Estes ciclos atraíram milhares de migrantes de outras regiões do país e, mesmo de outros países, em busca de oportunidades de trabalho e de uma vida melhor. Estes trabalhadores contribuíram para tornar Porto Velho o município mais populoso de Rondônia e o quarto da região Norte. Também lhe conferiu outra peculiaridade, a diversidade cultural, formada a partir da integração entre pessoas de diferentes origens.

De acordo com o IBGE/2010, Porto Velho está localizado na parte Oeste da região Norte abrangida pela Amazônia Ocidental, nas proximidades da fronteira do Brasil com a Bolívia. Faz Parte da bacia do rio Amazonas e é banhada pelo rio Madeira. O relevo é formado por planícies, portanto, pouco acidentado, sem grandes elevações ou depressões.

A proximidade com a linha do Equador (Linha Imaginária que divide o globo terrestre em hemisfério Norte e Sul) faz com que o clima predominante seja o equatorial: quente, com a temperatura média anual de 25,6°C e úmido. A estação seca de Porto Velho dura cerca de quatro meses, entre junho e setembro é o mês mais quente; julho, o mais frio e seco e janeiro, o mais chuvoso.

3.5 BAIRRO MARIANA

O bairro Mariana foi criado através de uma invasão, na década de 80. Seu nome se deu em função de um balneário (Balneário Mariana) frequentado por profissionais do sexo, onde, por algum tempo, configurou-se na única opção de lazer para centenas de pessoas em Porto Velho. Sua ocupação se deu por pessoas de baixo poder aquisitivo que, em busca de novas possibilidades econômicas de moradia, se fixaram em volta do balneário com uma população de 6.482 pessoas, sendo, 2.792 homens e 2.690 mulheres, segundo dados do IBGE/2010. É considerado um bairro dormitório, onde grande parte da população que ali reside

trabalha nos arredores do centro de Porto Velho e só retorna durante a noite, o que faz do bairro um espaço de vidas particulares, localizado na região mais populosa da área urbana do município de Porto Velho.

Um bairro com domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais – residências ocupadas por uma mesma família que vão construindo os chamados “puxadinhos” sem a orientação técnica profissional adequada, os quais demonstram traços marcantes nas construções da residência do bairro. Essas casas não possuem plantas. Grande parte desses aglomerados são formados por um cômodo conjugado, essa é uma maneira de construção que os pais encontram para que suas filhas e filhos não tenham que pagar aluguel.

A população do bairro segue a organização do espaço de habitação, do espaço-moradia e do espaço comercial. Todas estão, de certa forma, ligadas entre si. Os comércios, restaurantes ou bares são a residência do proprietário/a, da mesma forma em que os terrenos da residência funcionam como salão de cabelo, venda de peixe, frutaria, ou até mesmo a área da residência que, ao anoitecer, se transforma em um ponto para vender cachorro quente, salgados e churrasquinho.

O bairro ainda não apresenta característica de urbanização definida, há falta de infraestrutura; apresenta grande número de terrenos vazios, cobertos pelo mato, com crescimento acentuado comparado ao do núcleo central. O mesmo apresenta semelhança com a área periférica, este termo aqui utilizado é referenciado pela própria população do referido bairro, pois o espaço vivido é ocupado por inúmeras famílias que não têm renda própria e trabalham, em sua grande maioria, em empregos informais.

Segundo a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, o bairro Mariana está com seus imóveis ilegais. No ano de 2009 iniciou, por parte da prefeitura municipal de Porto Velho, o processo de regularização fundiária concedendo a escritura para alguns moradores do bairro. Porém, houve um empasse devido ao bairro São Francisco ser denominado setor 35, que é de denominação estadual, e o bairro Mariana também aparecer como setor 35 nas imagens, ficando assim, paralisados os processos de regularização fundiária, enquanto a esfera municipal e a estadual não chegarem a um denominador comum.

Tabela 1 - Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, populações residentes em domicílios particulares, ocupados em aglomerados subnormais, por sexo, e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais – 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais			Média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
		Total	Homens	Mulheres	
Brasil	3 224 529	11 425 644	5 572 240	5 853 404	3,5
Norte	463 444	1 849 604	907 698	941 906	4,0
Rondônia	12 605	47 687	23 970	23 717	3,8
Porto Velho	12 605	47 687	23 970	23 717	3,8
Alphaville - Nova Esperança	226	869	453	416	3,9
Aponiã	663	2 448	1 242	1 206	3,7
Areia Branca	431	1 728	897	831	4,0
Baixa da União	116	464	230	234	4,0
Cidade Nova	1 751	6 857	3 433	3 424	3,9
Eletronorte	483	1 733	845	888	3,6
Esperança da Comunidade	388	1 538	760	778	4,0
Floresta	297	1 106	549	557	3,7
Mariana	1 294	4 653	2 392	2 261	3,6
Maringá	237	954	478	476	4,0
Mato Grosso	250	1 066	526	540	4,3
Mocambo	253	953	460	493	3,8
Nacional	1 986	7 894	4 012	3 882	4,0
Nossa Senhora das Graças	49	162	79	83	3,3
Novo Horizonte	1 050	3 825	1 915	1 910	3,6
Planalto	390	1 381	707	674	3,5
Porto Park	81	226	117	109	2,8
Roque	327	1 253	608	645	3,8
Roque - Mato Grosso	124	470	236	234	3,8
São Sebastião	340	1 397	714	683	4,1
Socialista / Jardim Santana	673	2 136	1 016	1 120	3,2
Teixeirão	201	891	455	436	4,4
Três Marias	339	1 181	592	589	3,5
Triângulo	407	1 555	770	785	3,8
Tucumanzal	249	947	484	463	3,8

Fonte: IBGE, 2010.

O Bairro Mariana foi reconhecido e regulamentado em 11 de maio de 1999, através da Lei municipal nº 1335.

Segundo um levantamento feito pela Universidade Federal de Rondônia, em parceria com o Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva – CEPESCO e prefeitura municipal de Porto Velho, publicado em 2008, nota-se que existe apenas uma unidade de saúde que realiza atendimentos ambulatoriais, Serviço de Apoio a Diagnose e Terapia – SADT, e Urgência e Emergência. Esta unidade atende a área situada no extremo leste da cidade e que, averiguamos possuir 08 bairros nos

arredores: São Francisco, Mariana, Ulisses Guimarães, Marcos Freire, Ronaldo Aragão e Cidade Jardim, Airton Sena e Parque Amazônia com aproximadamente mais de 12 mil famílias.

Segundo a SEMED, o bairro possui três escolas, duas estaduais, Jânio Quadro da Silva e Mariana, uma municipal, 8 de Março e uma conveniada, Lar da Criança.

O bairro Mariana, hoje possui algumas ruas asfaltadas, com saneamento básico. Quanto à educação e à saúde, os atendimentos ainda são precários. Há em algumas ruas do bairro, esgotos a céu aberto, lixo espalhado pelas ruas e lixeiras abarrotadas que demonstram certo contraste com as principais avenidas do lugar, onde a coleta de lixo doméstico é feita regularmente.

Os moradores se deslocam para outras unidades de saúde devido à dificuldade de agendar consultas. As residências da comunidade são, em sua maioria, de alvenaria, porém, há um número considerável de casas de madeira.



Fonte: Acervo GEPGÊNERO 2011.

11 – Esquema dos procedimentos Metodológicos 1



3.6 GEFA: O LUGAR DO ENCONTRO COM A SOLIDARIEDADE

O GEFA localiza-se na Rua São José, nº 2476, Bairro Mariana. É uma Instituição Espírita formada por trabalhadores de ideais cristãos que juntos movimentam esforços com objetivos de consolidar valores morais e espirituais de si mesmo e do próximo.

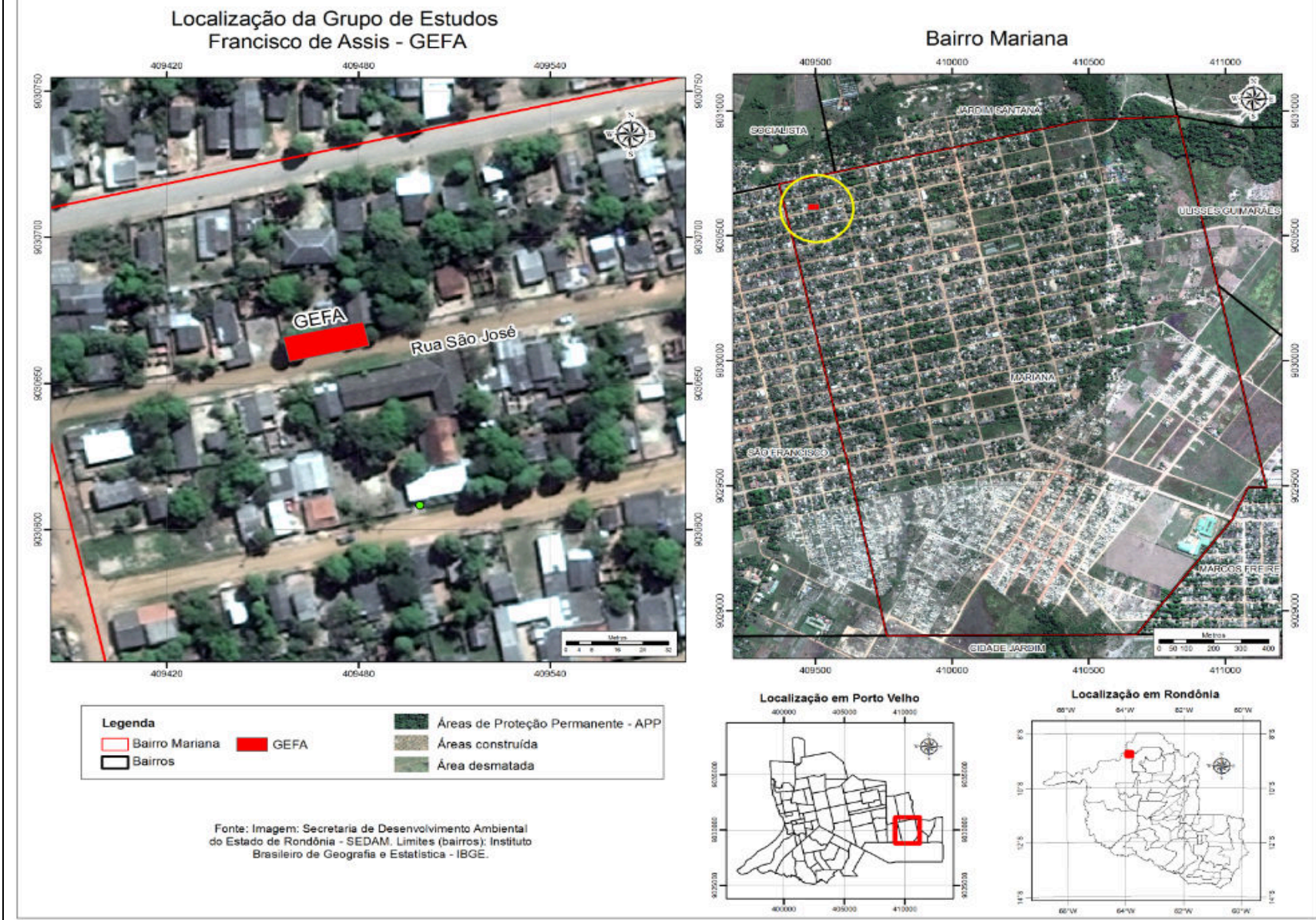
Foi fundado em abril de 1988 e a participação nesse movimento é livre, espontânea e voluntária, conta apenas com afinidade da causa espírita cristã, no auxílio ao desenvolvimento das atividades oferecidas pela casa. Nesse contexto, o GEFA se consolidou de forma atuante com seus trabalhos filantrópicos, como a distribuição de sopas que é realizada todos os domingos, entregas de cestas básicas para as famílias em estado de vulnerabilidade.

O “lugar” também desempenha atividades como palestras evangélicas públicas de evangelização infantil, estudo sistematizado da Doutrina Espírita –

ESDE, acompanhamento familiar, palestras educativas de saúde, atendimento médicos oferecidos por voluntários ou em parcerias com faculdades. Oferece cursos de bordados e costuras, informática, alfabetização voluntária, coral infanto-juvenil, recreação infantil e eventos diversos em prol das famílias.

Apresentaremos o mapa que demonstra detalhadamente a localização da área de estudo:

Figura 12 – Mapa de localização do GEFA, Bairro Mariana



Fonte: OLIVEIRA, Adriana; WATANABE, Michel, 2015.

Ao conhecer a realidade do bairro, logo nos deparamos com as construções das casas feitas de forma desordenada. Seus terrenos são separados por cercas de madeira, amarradas com sobras de cordas ou emendadas com pedaços de madeira, com a intenção de se ter mais firmeza. As casas, em sua maioria, são cobertas com telhas. As ruas do bairro são empoeiradas, apresentando contraste com outras avenidas consideradas principais e que, por isso, são asfaltadas. As pessoas que vivem no bairro em processo de construção, caracterizado como um dos bairros mais violentos de Porto Velho, onde o índice de criminalidade é assunto diário nos noticiários locais têm que se adaptar a inúmeras dificuldades, como as citadas anteriormente.

Sua beleza do bairro fica por conta das mangueiras que, nos meses de setembro a outubro enfeitam e modificam a paisagem, dando um novo colorido, tornando-o mais atrativo, ajudando a camuflar as dificuldades básicas de um bairro periférico.

Figura 13 – Foto dos alimentos servidos pelas colaboradoras nas atividades da creche



Fonte: Acervo do GEFA, 2015.

Logo em nossas primeiras visitas, não entendíamos o significado das reuniões no GEFA, não sabíamos a dimensão de ser solidário e observar com uma

percepção diferenciada a bondade humana surgir no ato de apenas servir ao próximo um prato quente de sopa ou apenas dar um sorriso.

No entanto, a cada caminhada a campo, a percepção e observação como pesquisadora foram aguçadas. A rede solidaria que existe no lugar é refletida no ser humano que se doa, sem nada receber em troca, praticando apenas um simples gesto de aceitar o outro da forma como se encontra, com problemas de diversos fatores. O “lugar GEFA” é o abraço de conforto e aceitação, assim como as palavras que acalantam a alma.

Figura 14 – Foto das Palestras públicas realizadas às quartas-feiras e aos sábados



Fonte: Acervo do GEFA, 2015.

Figura 15 – Foto das Cestas de legumes oferecidas às famílias do GEFA

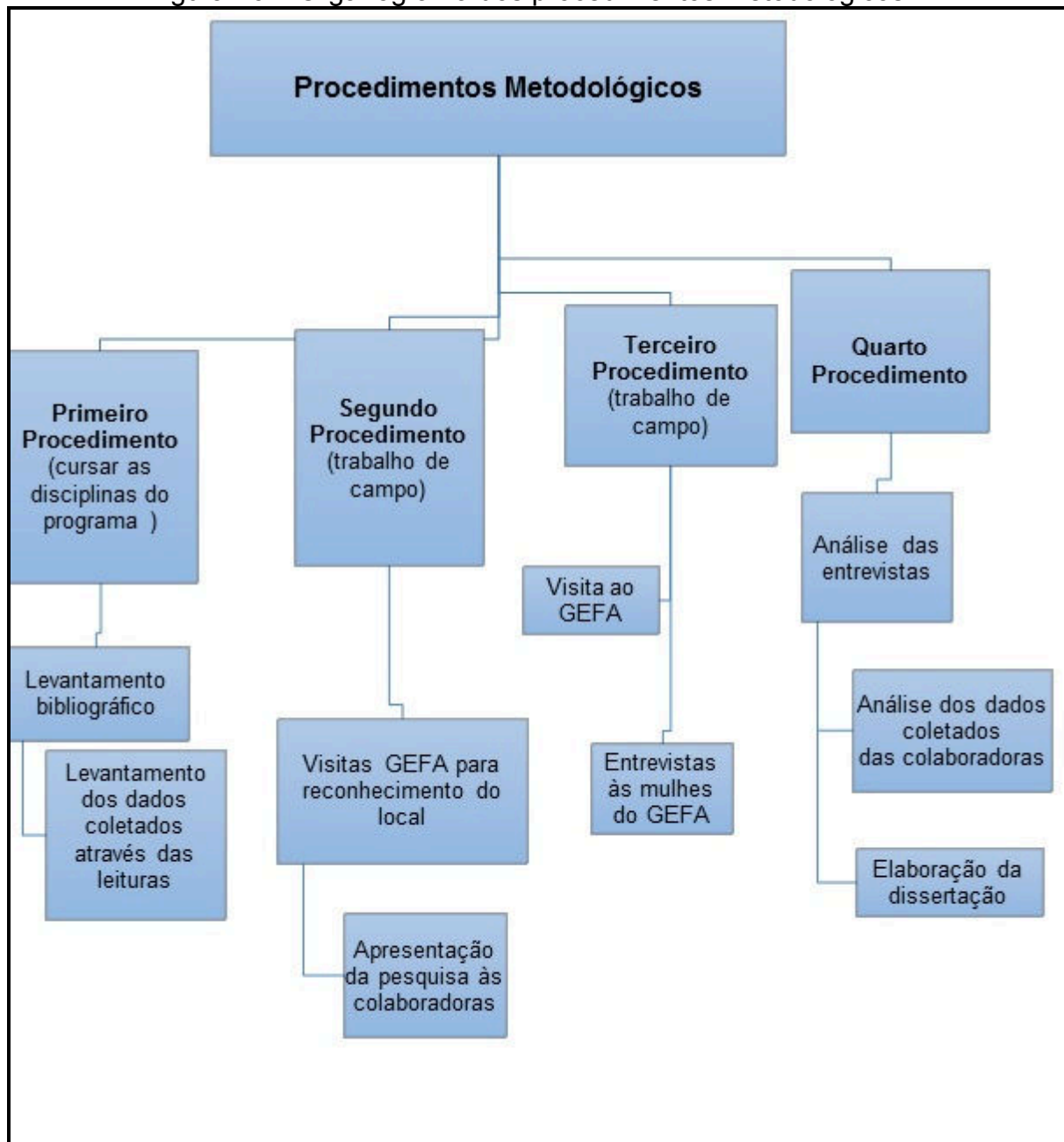


Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Nossa perspectiva era um tanto receosa de estarmos ou não realizando algo importante, que pudesse contribuir de alguma forma com essas mulheres que, com tão pouco se doam uma as outras, como no ato de cuidarem de seus filhos mutuamente, ou até mesmo de serem voluntárias na creche do bairro. Isto trazia

certo divertimento a elas com seus rostos cansados, mas, sobretudo, felizes de estarem participando de uma filosofia solidária.

Figura 16 – Organograma dos procedimentos metodológicos 2



CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 17 – Entrega de certificados na cerimônia de encerramento das oficinas “Fermentando o Futuro”



Fonte: Acervo, GEPGÊNERO, junho de 2012.

*O lugar: “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”
(TUAN, 2013, p. 14).*

4 DIAGNÓSTICO GERAL DO GEFA E SEU ENTORNO

O cenário encontrado nos primeiros contatos com o grupo de mulheres inseridas no GEFA, bem como, a situação atual, proporciona a acepção do espaço e do lugar. Neste meio, a comparação entre um período o outro, possibilita uma contextualização adequada da perspectiva de gênero e sua inserção no mundo do trabalho. A experiência aplicada durante a trajetória da pesquisa é a base para o cenário social e econômico na vida de 18 pessoas, um quantitativo considerável em busca do seu espaço e lugar no mercado de trabalho.

Ressaltamos que a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, através dos Grupos de pesquisas GEPCULTURA e GEPGÊNERO já haviam desenvolvido algumas ações na comunidade do GEFA. Enquanto pesquisadora do grupo, o primeiro contato com a referida comunidade iniciou com as oficinas aplicadas no ano de 2009, com o projeto de extensão: “Caminhos que constroem a liberdade”.

Além do projeto de extensão, o GEPGÊNERO desenvolveu, ao longo dos seus últimos sete anos, outros programas que auxiliam as frequentadoras.

Os programas e ações desenvolvidas pelo GEFA são voltados a diferentes ramos e públicos, possibilitando à mulher escolher o programa que mais lhe chama a atenção ou a integre, sempre considerando o espaço de inserção da mulher no mercado de trabalho, conforme (quadro 05) que demonstra os principais projetos desde 2009 a 2016.

Figura 18 – Quadro dos cursos e oficinas desenvolvidos pelo GEFA pelas pesquisadoras do GEPGÊNERO

Programas	Num.	Ações
CURSO DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: CAMINHOS QUE CONSTROEM A LIBERDADE	009	Tinha por objetivo ensinar a ler e escrever a população que se caracterizavam como analfabetos funcionais. No período o projeto era aberto para ambos os sexos — não havia distinção de gênero.
OFICINA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA: ROMPENDO FRONTEIRAS: PROPICIANDO MELHOR QUALIDADE DE VIDA E EXERCÍCIO DE CIDADANIA NO	010	O projeto viabiliza a obtenção de renda das frequentadoras do GEFA, através do aprendizado da fabricação de produtos de limpeza para uso e venda no comercio local.

BAIRRO MARIANA EM PORTO VELHO			
OFICINA DE PANIFICAÇÃO FERMENTANDO A COMUNIDADE BAIRRO MARIANA		011 012	Tem como função a formação e capacitação de jovens ao mercado de trabalho por meio de cursos
PROJETO FORMAÇÃO CIDADÃO, OFERECIDO PELO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)		013	O projeto “Formação cidadão” oferecido pelo SESI tinha, por objetivo, dar continuidade ao processo de formação iniciado no ano de 2009, formar leitores e melhorar a escrita, ou seja, dar continuidade a o curso de letramento e alfabetização: “Caminhos que constroem a liberdade”. Durante esse período que compreendeu os anos de 2013 e 2014, os alunos cursaram do 5º ao 9º ano.
PALESTRAS VOLTADAS PARA A SAÚDE DA MULHER E MERCADO		014 015	Orientação de saúde, qualidade de vida, cuidados pessoais, empreendedorismo e capacitação profissional para a atuação da mulher no mercado de trabalho; e palestras de alto estima motivacionais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009-2016.

No ano de 2012, as ações realizadas no Grupo de Estudo Francisco Assis, tornaram-se tema da pesquisa intitulada: Espaço e Lugar das mulheres no GEFA: Bairro Mariana, Porto Velho, Rondônia (CORREIA, 2012). Por conseguinte, foi utilizada para fins de levantamento de dados para o desenvolvimento da monografia do bacharelado em geografia. Os trabalhadores do GEFA desenvolvem programas e atividades filantrópicas semanais para diversos públicos, como as demonstradas no quadro abaixo:

Figura 19 – Quadro das atividades semanalmente desenvolvidas pelo GEFA em 2015

Programas Semanais	Horário de atendimento	Data (dias da semana)
Evangelização Infanto-juvenil	8h30min	Domingo
Palestras evangélicas públicas e Passe	8h30min	
Sopa Comunitária	11h30min	
Evangelização Infanto-juvenil	19h30min	Quinta-feira
Estudo Sistematizado da Doutrina Espirita-ESDE	19h30min	
Entrega de cesta básica para as famílias cadastradas		
Palestra Publica e Passe	19h30min	Sábado
ESDE-Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita	15h00min	
Atendimento Espiritual	16h30min	
Palestra Publica e Passe	17h30min	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Além das ações citadas acima, o GEFA desenvolve acompanhamento familiar como: palestras educativas de saúde, atendimento médico e odontológico em

parceria com faculdades, cursos de bordados, costura em geral, pinturas, coral infanto-juvenil, recreação infantil e eventos diversos em prol das famílias que frequentam a Instituição. Através da distribuição da sopa, o GEFA atende uma média de 800 pessoas, direta e indiretamente, além de contribuir com a distribuição mensalmente de cestas básicas às famílias cadastradas.

Nota-se que o GEFA tem por objetivo ajudar a população diante de sua capacitação e formação. O conhecimento prévio da compreensão, enquanto acadêmica e pesquisadora contribui com o olhar geográfico na construção dos sentidos. O raciocínio é simples: “[...] os lugares, como pontos dentro de um sistema de referência só passam a produzir sentido a partir do momento em que são ocupados por alguma coisa” (GOMES, 2013, p. 36).

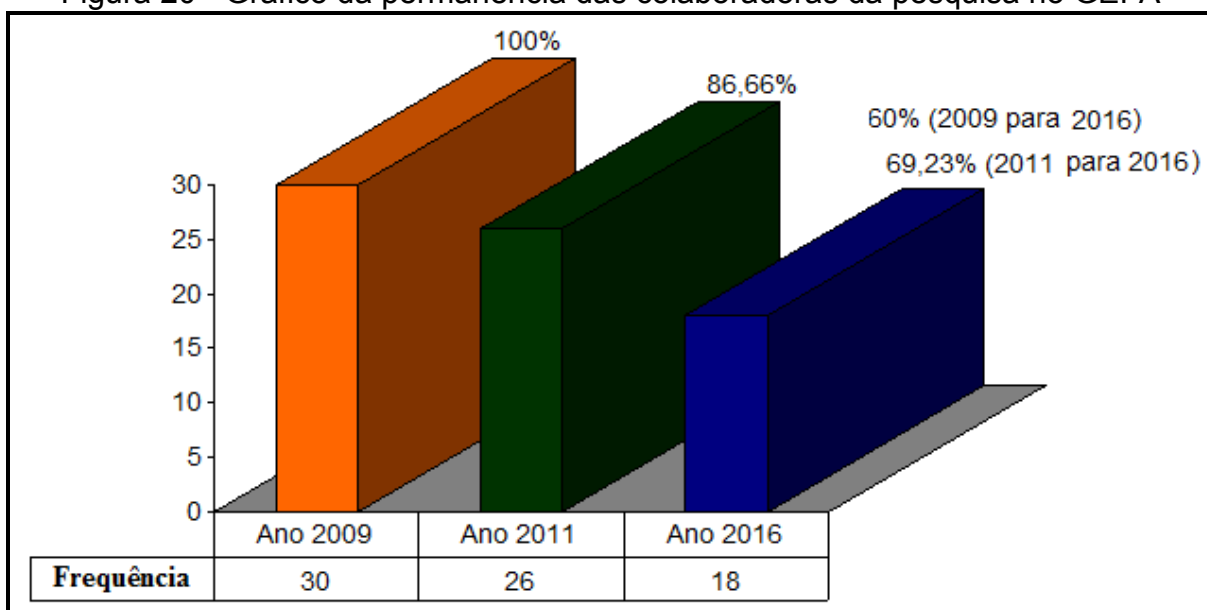
Observando as condições e o espaço vivenciados pelas mesmas, no ano de 2014, foram realizadas visitas e entrevistas que se estenderam por todo o ano de 2015, em busca de identificar o resultado desta dissertação. É importante ressaltar que a presença na comunidade era frequente, com palestras, visitas e participação nas programações do grupo.

Desta forma, a continuidade do trabalho se deu pela importância de averiguação do resultado das ações das colaboradoras, por ser um trabalho de estudo experimental, através do qual foi oportunizado às colaboradoras saírem com formação complementar básica de confeitaria e panificação. Bem como, o ensino fundamental completo, através do projeto oferecido pelo Serviço Social da Indústria – SESI.

Em visita ao GEFA, em 2014, observou-se que, das 30 mulheres participantes, de 2011 a 2013, ocorreu uma diminuição no número da participação, caindo para o número de 26 mulheres. Observamos que as atividades voluntárias continuaram presentes. Das 26 colaboradoras iniciantes, no mesmo ano, apenas 18 permanecem firmes nas atividades do Grupo em 2016; e ajudam no preparo da sopa solidária oferecida aos domingos para todos aqueles que dela necessitam.

No gráfico 01 pode-se observar a assiduidade das colaboradoras no decorrer dos anos. A coluna laranja (2009) representa 100% das colaboradoras deste estudo. A coluna verde representa o ano 2011, onde já se identifica uma queda na frequência das mulheres, 86,66% permaneciam no grupo. A coluna azul representa uma frequência de 69%, comparado com o ano de 2011, em uma visão macro, 60% do ano de 2009 no GEFA.

Figura 20 - Gráfico da permanência das colaboradoras da pesquisa no GEFA



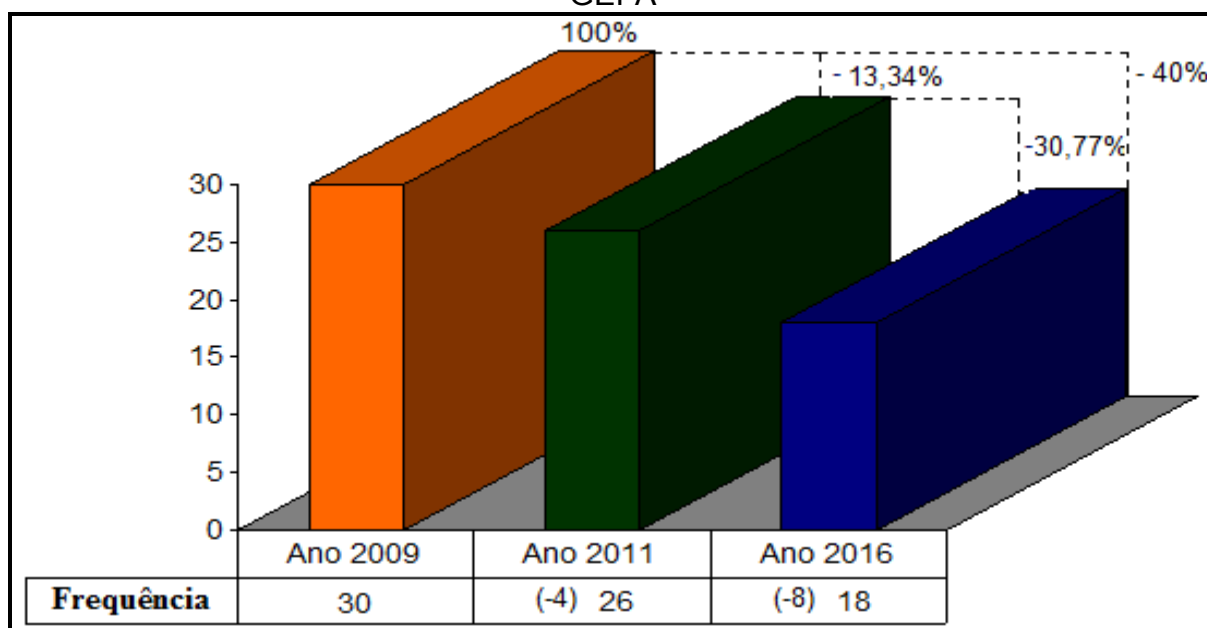
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

As demais frequentadoras do Grupo participam esporadicamente e a principal causa é a nova rotina de trabalho, de modo que estas mulheres, atualmente, estão inseridas no mercado de trabalho, e conseqüentemente, reduzem o seu tempo de participação nas atividades do GEFA. Acarretando uma diminuição gradativa no número de participantes.

Esta diminuição não significa abandono da participação, mas sim de assiduidade das mesmas no GEFA. Ora por questões de disposição de tempo por conta de incompatibilidade com horário de folga do trabalho, ora por cansaço também relativo ao trabalho. No entanto, necessário se faz grafar que houve uma queda de 40% no geral.

O gráfico 2 demonstra que, de 2009 a 2011, ocorreu uma diminuição de 4 mulheres no GEFA, representando 13,34% a menos, já 2016, foi o ano em que ocorreu a maior baixa, dobrando a anterior, com 30,77%. Em uma visão mais ampla, de 2011 para março de 2016, a baixa somou 40%, no que tange a 8 (oito) mulheres no universo da 30 iniciais.

Figura 21 – Gráfico da redução da participação das colaboradoras da pesquisa no GEFA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Dada às informações gerais do GEFA e de nossas colaboradoras, observamos que Haver é justo quando destaca que:

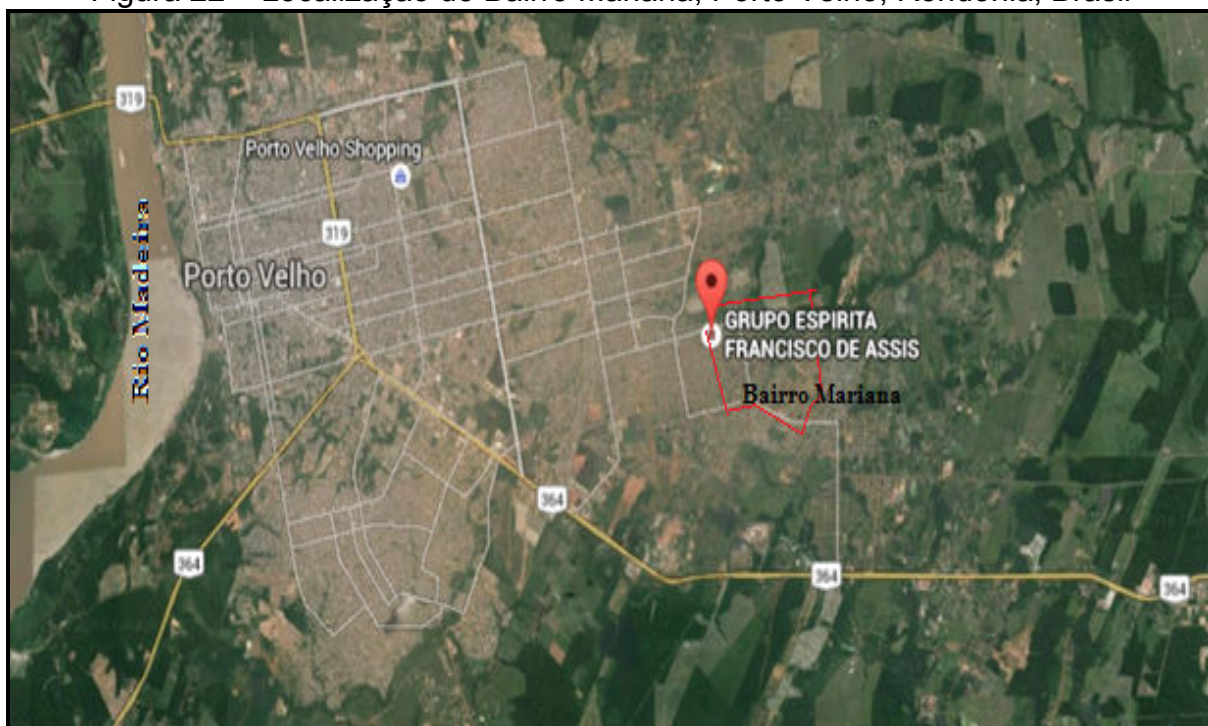
[...] Questões de gênero. De sexualidade, do poder das ordens simbólicas e da significação da psicanálise também reposicionaram o corpo como sujeito e objeto de discussão e de debate (HAVER, 2004, p. 29).

Na medida em que esta pesquisa evoluiu, surgiu a necessidade de se fazer um diagnóstico socioeconômico das colaboradoras, em uma busca pela compreensão da posição que as mesmas ocupam no espaço.

4.1 DIAGNÓSTICO SOCIAL E ECONÔMICO DAS COLABORADORAS

O Bairro Mariana (figura 21) apresenta uma concentração de pessoas com renda baixa, bem como, carência em serviços básicos como educação, atendimento de saúde e lazer. Todos estes apontamentos estão expressos nas observações realizadas *in lócus*, relato das colaboradoras e de diálogos informais com outros moradores do bairro em estudo.

Figura 22 – Localização do Bairro Mariana, Porto Velho, Rondônia, Brasil



Fonte: OLIVEIRA, Adriana; WATANABE, Michel, 2015.

Para caracterização socioeconômica das colaboradoras, a seguir serão analisados os gráficos referentes à faixa etária, escolaridade, taxa de natalidade, religião e estado civil, entre outros fatores importantes para a análise da situação. Levando-se em consideração que as ações realizadas pela Universidade no GEFA se estenderam por um longo período, torna-se possível um levantamento de dados comparativos.

Torna-se importante identificar a realidade dessas mulheres para que fique evidenciada a necessidade da intervenção da Universidade nesta comunidade, assim como o trabalho dos Grupos de pesquisa, em especial o GEPGÊNERO que trabalha com temas tão delicados, nesse caso, a mulher em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No contexto, apresentam-se as ações de extensão de forma que sejam valorizadas no meio acadêmico, pois é através desses projetos que se reforçam o elo entre a Universidade e a comunidade com a troca de saberes. É importante que o acadêmico esteja presente no âmbito social da sua comunidade, pois são atuações como essas que podem fazer surgir ou aprimorar as políticas públicas voltadas à mulher.

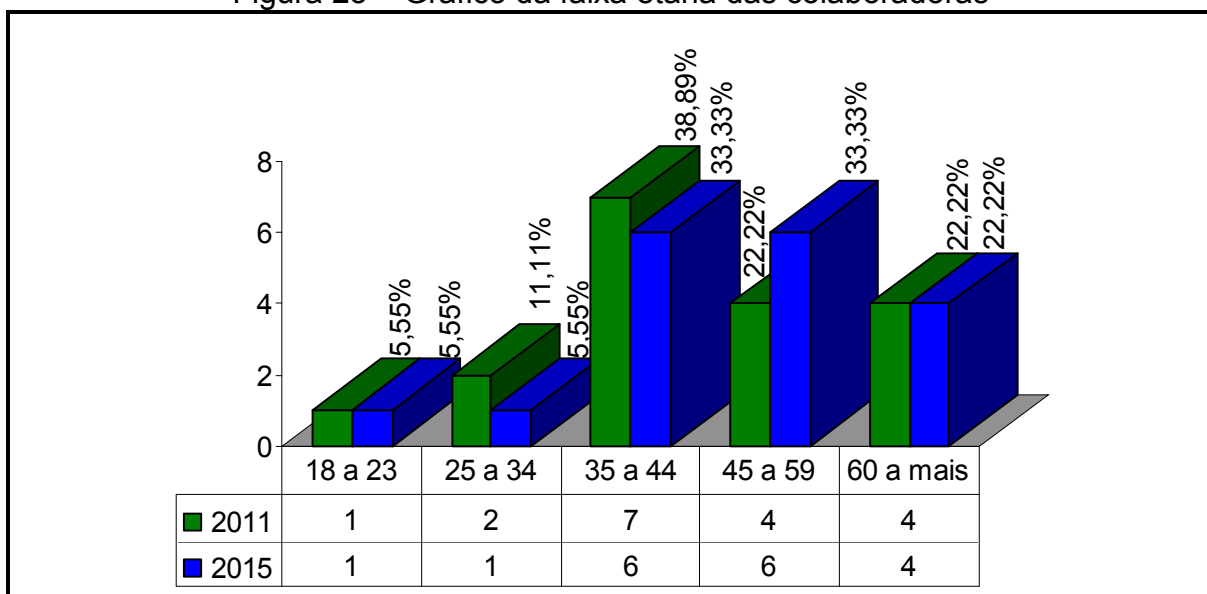
4.1.1 Faixa Etária

Ao analisar os instrumentos aplicados, foi caracterizado o perfil desse grupo de mulheres frequentadoras do GEFA no Bairro Mariana. O mercado absorve pessoas de todas as faixas etárias, porém, com restrições. No entanto, o viés desta pesquisa foi às pessoas do sexo feminino que participavam como beneficiárias nas ações do GEFA. Independentemente da idade, a pesquisa realizada foi com as mulheres que se dispuseram a participar em 2011, com frequência regular, nos anos subsequentes (gráfico 3).

Cinco grupos se formaram em 2011: 18 a 23 (5,56%); 25 a 34 (11,11%); 35 a 44 (38,89%); 45 a 59 (22,22%) e com mais de 60 anos (22,22%). A faixa etária predominante estava entre as de 35 a 44, correspondendo a 38,89% de uma amostragem de 18 de 30 mulheres em 2011.

Nos moldes do gráfico 3, a barra de número 4 tabulou os dados dando cinco grupos em abril de 2016: 18 a 23 (5,55%); 25 a 34 (5,55%); 35 a 44 (33,33%); 45 a 59 (33,33%) e de 60 há mais anos (22,22%). A faixa etária predominante está entre 35 a 59 que somadas (35 a 44 e 45 a 59) é equivalente a 66,66% de um universo de 18 mulheres em 2015.

Figura 23 – Gráfico da faixa etária das colaboradoras



Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2015.

Os dados são do segundo semestre de 2015, especificamente de novembro. Consideramos uma média de idade potencialmente ativa para serem inseridas no

mercado de trabalho, embora não possa desconsiderar nenhuma das demais faixas etárias, pois, segundo o IBGE (2016), a longevidade aumentou consideravelmente nos últimos anos, dados estes que expressam a melhoria da qualidade de vida humana.

4.1.2 Escolaridade

A questão da escolaridade impacta sobre a possibilidade das mulheres gerarem renda fixa e também influência na melhoria dos rendimentos. Um dado interessante é que 61,11% (gráfico 5) das entrevistadas justificaram o abandono da escolaridade para que pudessem cuidar dos filhos ou por falta de oportunidade em poder conciliar os estudos com afazeres domésticos e com a intensa jornada de trabalho. Os dados, em relação à escolaridade em 2011, foram obtidos antes do início do projeto “Espaço e Lugar das Mulheres no GEFA: bairro Mariana Porto Velho, Rondônia”.

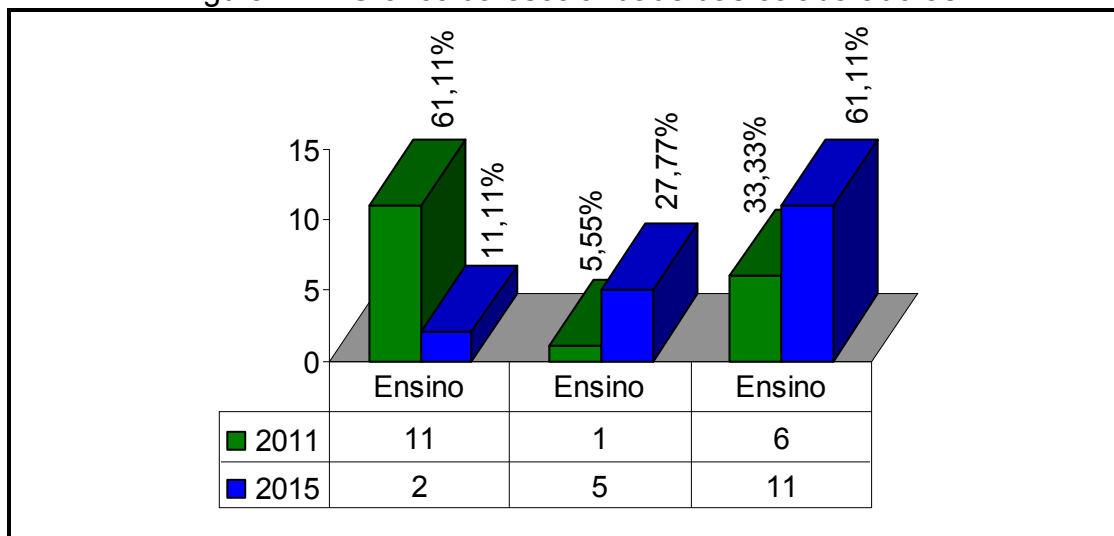
Observa-se que, no segundo semestre de 2015, as colaboradoras tiveram um aumento considerável no percentual do quesito Ensino Médio completo, percebemos, por meio das entrevistas e estudos complementares que, a educação é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Através da suplência gratuita para adultos, a educação é capaz de promover a transformação e inclusão social dos brasileiros que, por diversos motivos, não aprenderam a ler e/ou escrever na idade considerada como adequada. Por meio da alfabetização e do ensino fundamental, todas passaram a ter mais segurança na busca por novos caminhos.

O gráfico 04 representa diferentes momentos da realidade das colaboradoras da pesquisa, o gráfico número 03 traz dados do ano de 2011 (seis meses depois da primeira oficina) e do ano de 2015. A comparação das colunas do gráfico 3 nos traz dados significativos: o índice de alunos que frequentaram apenas o ensino fundamental subiu de 5,55% para 27,77%, reflexo dos projetos de alfabetização.

O dado mais significativo se refere ao ensino médio, o percentual dobrou de 33,33% para 61,11%. Esse dado revela que os cursos realizados no GEFA, não serviram apenas para alfabetizar, mas também para incentivar os alunos a continuarem estudando.

Figura 24 – Gráfico da escolaridade das colaboradoras



Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2015.

Com a análise dos dados aplicados percebemos que as mães conseguiram colocar seus filhos mais novos nas creches, devido ao aumento do número de vagas, assegurado pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

É importante destacar que 72,22% das 18 colaboradoras, em 2011 se sentiam excluídas, sendo usurpadas dos seus direitos à educação. Pois, até 2011 elas não haviam adquirido escolaridade que as habilitassem para o mercado, visto que, o ensino fundamental não satisfaz a necessidade para o mercado de trabalho. Assim, apenas a partir do momento em que concluem o ensino fundamental, passam a se sentirem inseridas como cidadãs ativas na sociedade.

A expectativa das mulheres entrevistadas em 2011 era de ter um futuro melhor e, este “melhor” era ganhar dinheiro suficiente para sustentarem a si e a sua família. Relatavam que não tiveram oportunidade de estudar na juventude. Para algumas, o interesse surgiu com a abertura de uma turma informal de alfabetização, oferecida através do projeto de extensão do GEPGENERO/UNIR, com a certificação expedida pela Universidade Federal de Rondônia, em parceria com as instituições SESI e SENAI, ocorrida no início do mesmo ano.

Portanto, em um país com dimensões continentais como o Brasil, nem sempre é fácil chegar até a quem precisa ser alfabetizado. Em visita à secretaria municipal de educação, não localizamos dados disponíveis sobre quem são os analfabetos do município, menos ainda do bairro Mariana. Obtivemos a informação

de que não havia servidores suficientes para a realização deste tipo de trabalho, em outros momentos, por pessoas diferentes, que teriam que procurar nos arquivos (não digitalizados) e não teriam tempo de procurar.

Outro fator que achamos importante citar é que, as campanhas de alfabetização das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) têm resultados insuficientes, porque o cartaz não é a melhor forma de atrair os possíveis alunos. Neste caso, sugerimos visitas de profissionais como psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais para conhecerem e acompanharem a realidade em que vivem.

No caso da EJA, para que se obtenha bons resultados, o método mais tradicional seria a divulgação na própria comunidade em que estão inseridos, mas essa não foi a melhor metodologia utilizada, o diálogo se tornou a melhor forma de chamá-los (as) para o estudo. A universidade oportunizou os primeiros passos para o conhecimento e troca de saberes.

Dos participantes, 30 alunas que cursavam as oficinas disponibilizadas pela UNIR passaram a frequentar a EJA, oferecida pela SEMED, com a parceria das pesquisadoras do GEPGENERO. Apesar de o contato ter acontecido com apenas 18 destas mulheres, obtivemos informações relacionadas às outras oito, por meio das colaboradoras de 2015.

A necessidade de alfabetizar está vinculada às práticas sociais do uso da linguagem da escrita do dia a dia. O educador deve tentar desenvolver e resgatar a cidadania e a dignidade humana. Como discursa o autor Paulo Freire que desenvolveu pesquisas sobre a alfabetização e sobre a psicogênese da língua escrita, como linha condutora no processo de aprendizagem. Pode-se definir educação como meio em que o ser humano dispõe para compreender o mundo; assim como desenvolver de forma social, cultural e econômica. Com isso, os grupos de pesquisas, nas comunidades, devem procurar desenvolver atividades educativas que insira o indivíduo na comunidade.

É imprescindível que o homem, enquanto ser racional, tenha uma disposição nítida a respeito de seus valores, do que quer ser e ter em seu futuro. Diante disto, no campo da fenomenologia hermenêutica, segundo Sposito (2004, p. 53), a “validação fundamental na lógica interna do fenômeno e da razão, a partir do detalhamento da descrição e da capacidade hermenêutica de leitura dos resultados da investigação [...], baseado na capacidade de interpretação do investigador”.

Para detalhamento da descrição, percebe-se que ainda não houve uma transformação que tornasse a educação igualitária, justa e libertadora como propunha Freire (1996). O autor ainda aborda no século XX que não é fácil romper amarras sociais, pois estas:

[...] impõem aos grupos o desafio de se apreender com o sedentarismo e a clausura do espaço doméstico. Mas, a experiência vivenciada, proporcionou o entusiasmo e a ousadia necessária para se construir um “espaço” democrático (*ibid*, p. 36).

Em busca desta compreensão, voltada à geografia, buscamos por Tuan (2012, p. 17), o qual expõe que a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Assim, foi possível que jovens, adultos e idosos passassem a se realizar enquanto sujeitos que constroem sua própria história, em um espaço que propõe o contrário.

No entanto, para esse intento, não há uma receita prescritiva, mas, uma ânsia, mesmo tímida, que os move em direção a um sonho. Tuan (2012, p. 19) explica que “A inteligência é necessária à estruturação dos mundos. Do mesmo modo que os atos intelectuais de ver e ouvir, os sentidos do olfato e tato podem ser melhorados com a prática até chegarem a discernir mundos significativos”. Diante deste contexto, o ser humano adulto pode desenvolver extraordinárias formas para alcançar seus sonhos e ideais. O que os levaria a se tornarem inseridos e competitivos.

O exposto mostra que a busca por um futuro melhor se enraíza na esperança de mulheres e homens que procuram na educação, formação e capacitação um exercício para a cidadania. Paulo Freire (1996) acrescenta-nos que a educação popular, praticando-se em um tempo-espaço de possibilidades, por sujeitos conscientes ou virando conscientes disto, não possa desistir do sonho. O ser humano se organiza de maneira diversa, em situações e períodos diferentes para responder as necessidades sociais que se apresentam. Ao longo do processo histórico, não importa o tempo e o espaço, o homem sempre estará em mutação.

No trabalho de análise dos instrumentos aplicados em campo, identificou-se no GEFA um importante espaço de solidariedade que ultrapassava o bairro Mariana. Diante da carência de equipamentos coletivos como creches, as mulheres dependem da solidariedade de parentes, rede de vizinhança e dos filhos mais velhos. Isso muitas vezes acaba limitando a saída da mulher para o trabalho

remunerado por falta de ter com quem deixar os filhos menores. Quanto às colaboradoras, esta situação foi superada, porém, no GEFA, ainda há mulheres que necessitam de ajuda com seus filhos.

A situação de vulnerabilidade desse grupo está associada a sua situação de pobreza, diante da má distribuição de renda do país. A renda familiar é um fator importante para o bem-estar e equilíbrio da própria família. Pois, como destaca Novak (1991), é no contexto familiar que são construídos e mantidos laços afetivos de reprodução e, se as condições da materialidade da vida não são garantidas, esses laços se desestruturam e podem até se romper. A preocupação apresentada pelas colaboradoras é o de manter a família unida e bem encaminhada nos preceitos éticos.

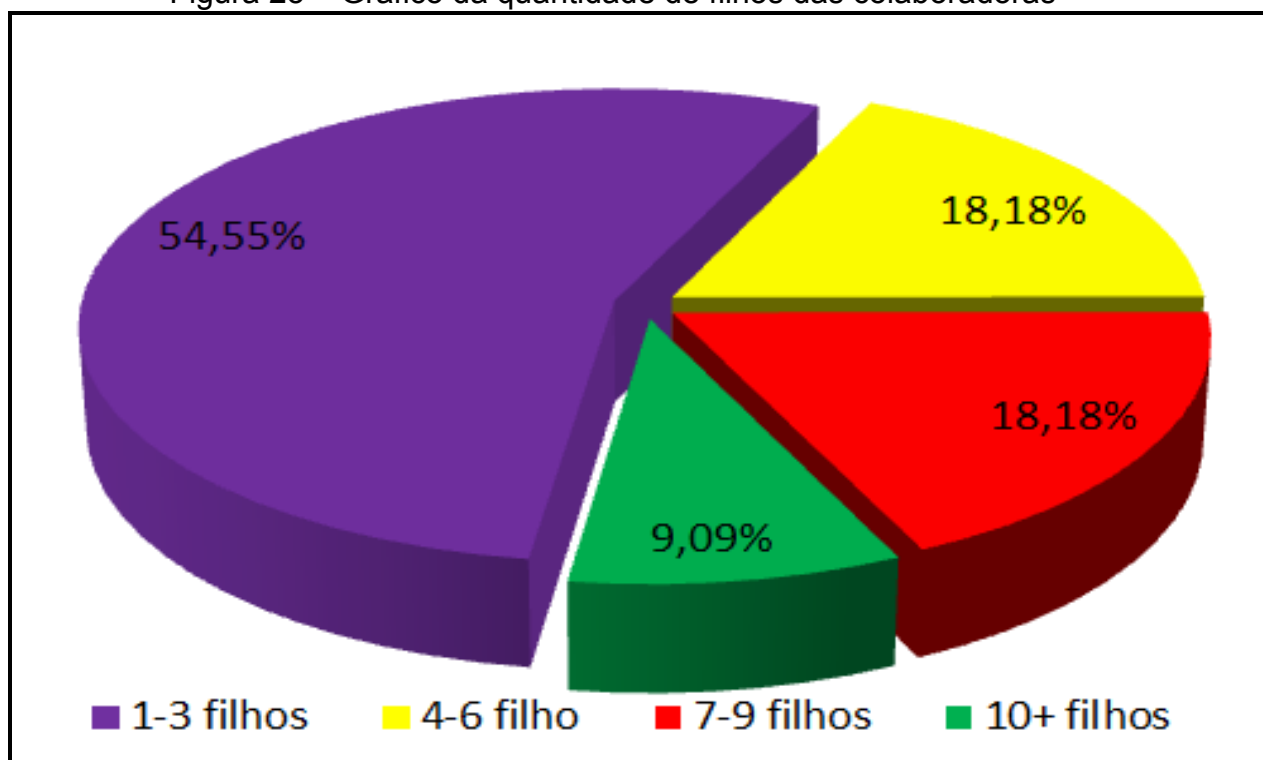
Importante salientar que esse grupo de mulheres frequentou as oficinas de capacitação onde se procurou incentivar aquelas que têm uma rotina mais árdua. Para isto, foram inseridas novas atividades com temas como mercado de trabalho e questões voltadas a sua realidade. Isto significa a intensificação da entrada de algumas no mundo do trabalho e após sete anos, todas estão trabalhando por conta própria, ou com empregos garantidos.

O nível de escolaridade entre as mulheres teve um significativo aumento; esse fator é considerado como ponto favorável, em um momento de crescente seletividade do mercado de trabalho. No processo de crescimento escolar, as colaboradoras manifestaram a vontade de dar continuidade aos estudos. Das 18 colaboradoras em 2015, 44,44% destacaram que irão fazer as provas do ENEM na busca de ingressarem em uma universidade.

4.1.3 Taxa de Natalidade

As participantes apresentam uma média de 1 (um) a 3 (três), com 54,55%, este é o maior percentual. Entre 4 (quatro) a 6 (seis) filhos por família, marcam 18,18%. Há ainda o percentual de 18,18%, representado tanto pelo quantitativo de 7 (sete) a 9 (nove) e de 10 ou mais filhos perfazem 9,09%. Importante ressaltar que as mulheres inseridas nessa porcentagem já não se encontram em idade reprodutiva. As representantes do quantitativo de 10 filhos ou mais são mulheres idosas e seus filhos já adultos. Comparando com os dados de 2011, este quesito permanece estável.

Figura 25 – Gráfico da quantidade de filhos das colaboradoras



Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2015.

Percebe-se a vulnerabilidade relacionada à dificuldade de emprego, por conta não só do número de filhos, mas, sobretudo, de pouca idade, todas, como regra, trabalhavam em “bicos”, e faziam faxina. A maioria dessas mulheres não tinha com quem deixar os filhos e reclamavam, em 2011, da falta de uma creche na comunidade. Citam ainda que cuidam dos filhos sozinhas, sem o auxílio de um companheiro. Todas, em 2011, confirmaram estar passando por dificuldades econômicas e sociais, em particular, no que se referia à precariedade do acesso às necessidades básicas: alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação, vestuário, saneamento, transporte e problemas familiares.

As entrevistadas, ao responderem ao questionário aplicado em 2011 (primeira pesquisa), apresentavam como característica terem filhos menores de 18 anos. A maioria delas se ressentia diante de sua qualificação profissional, pois citavam que para ter um curso profissionalizante tinham que ter tempo e dinheiro para pagar as mensalidades. Ponderavam também que a vida da mulher era difícil e ainda tinham que lidar com uma sociedade traiçoeira e mesquinha, onde os ricos ficavam mais ricos e os pobres ainda mais miseráveis.

Em 2015 (segunda pesquisa), observamos, através dos questionários e diálogos compartilhados, que, com o certificado do curso de panificação e

confeitaria, algumas colaboradoras conseguiram empregos melhores. Várias saíram da informalidade e passaram a trabalhar em empresas locais, bem como em outros bairros do município. Outras trabalham em casa com produtos para festas. Há ainda aquelas que praticam o artesanato, corte e costura, bordados e pinturas. Durante o diálogo também estavam mais abertas, livres de tantos ressentimentos e a esperança estava clara. Neste contexto, trazemos Harvey, o qual destaca que:

Somos no âmago seres curiosos e transformadores dotados de uma vivida imaginação e de certo repertório de possibilidades que aprendemos a reunir de diferentes modos em diferentes épocas e lugares (HARVEY, 2004, p. 273).

O autor contribui com a compreensão da transformação deste grupo de mulheres que, em sua jornada, buscou por melhorar suas condições sociais e econômicas, reconstruindo seu espaço.

Ao longo das entrevistas, as mulheres demonstraram interesse em responder de maneira detalhada seu cotidiano. No geral, se orgulham de terem participado das oficinas do GEPGÊNERO, as quais contribuíram para que se firmassem no mercado de trabalho e saíssem da clausura que as mesmas permitiam a si. Não só participaram desde 2009, participaram das pesquisas em 2011 e 2015, mas, sentem-se felizes por continuarem a participarem das atividades que o GEFA oferece.

Em 2015 saíram da condição de receber para doarem seu tempo, seu trabalho e o seu saber para as causas nobres do GEFA. Em 2011, informaram que, apesar das dificuldades encontradas no lar, necessitam de um ponto de apoio para curar as marcas da desigualdade social que é um traço marcante nesta comunidade muito pobre, que frutifica quase sempre em indignação perante as injustiças e em esperanças de um futuro melhor. A fala atual é que sentem o desejo de ajudar outras mulheres a saírem da condição de vítima para a de vencedoras, assim como conseguiram ser, em 2015.

Figura 26 – Palestra Educativa de Saúde



Fonte: Acervo do GEFA, 2015.

Segundo as narrativas das colaboradoras, a precariedade está na falta de dinheiro, que gera a dificuldade em se alimentar e trabalhar. Esses três pontos, em 2011, preocupavam a grande maioria das entrevistadas, não modificando na segunda pesquisa, em 2015 e indicam a gravidade da situação de pobreza material. Essa condição parecia insinuar que a luta pela sobrevivência era de tal intensidade, que não restava sequer tempo para pensar na vida e imaginar soluções e alternativas, misturando conformismo com boa vontade de mãe que, apesar de tudo, preferem ver o lado bom das coisas. Em 2015 acrescentaram a necessidade da prosperidade espiritual, de trabalhar o lado da perseverança, da prudência e da caridade.

A Educação Infantil na comunidade é realizada (Figura 26), em sua maioria, por voluntárias que colocam o interesse da comunidade em primeiro lugar, pois perceberam que a caridade é a fonte da energia que as move e constroi um espaço cheio de significados, até mesmo mítico, o que Tuan (2012, p. 110) destaca como sendo um tipo de espaço de “[...] extensão conceitual dos espaços familiar e cotidiano dado pela experiência direta”.

Figura 27 – Educação Infantil



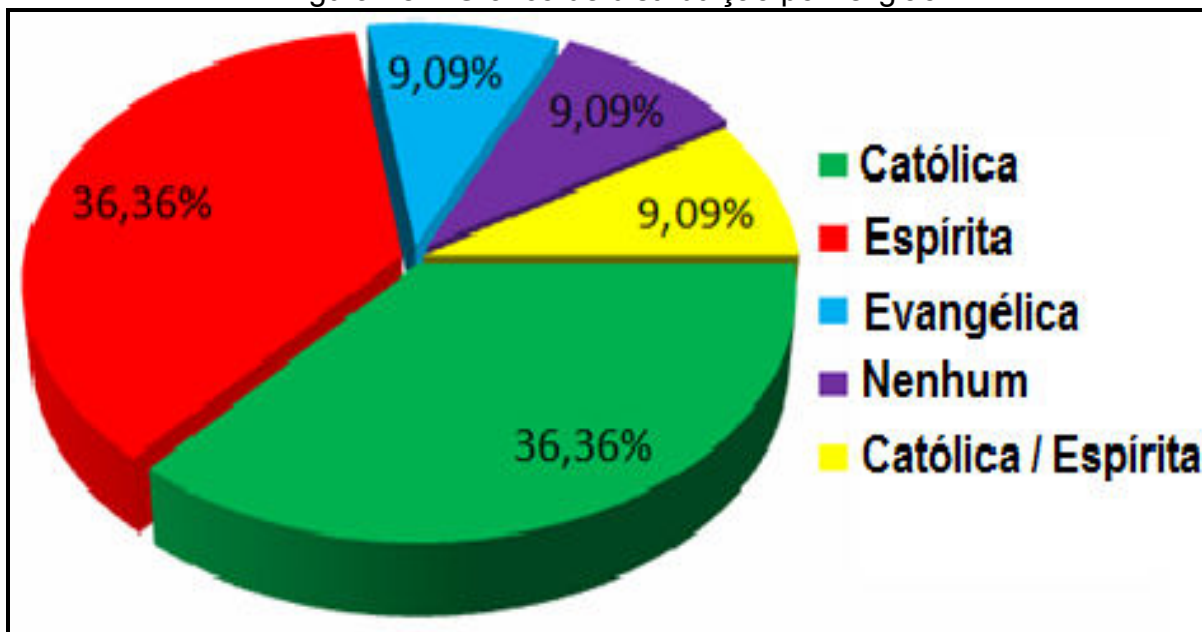
Fonte: Acervo do GEFA, 2015.

Quanto à primeira entrevista, somente uma delas se mostrou cética a tudo, em 2011 e em 2015, não soube responder se havia ou não mudado de opinião. O que de certa forma indicaria que tais mulheres, apesar de tudo, contra tudo e contra todos, não deixam de acreditar que as coisas podem um dia mudar. Como de fato mudou para melhor, com a aquisição de emprego formal e, sobretudo, na convivência familiar. As que não trabalham na formalidade, desenvolvem atividades em casa, com salgados, doces, entre outros. Tudo isto foi proporcionado pelo conjunto de ações no GEFA que proporcionou novos caminhos.

4.1.4 Religião

No que diz respeito à religiosidade das frequentadoras do GEFA, a maioria com 36,36% declararam ser Católica Apostólica Romana, e as demais se distribuem em outras denominações religiosas. As declaradas como Evangélicas somam 9,09%. O que chama atenção neste grupo de mulheres é que, independente de suas religiões, todas encontram no GEFA um elo afetivo – a rede solidária que o lugar repassa – por exemplo, as mesmas são ouvidas e recebem apoio psicológico, bem como orientação às ações públicas. Uma instituição sem fins lucrativos, kardecista, que evangeliza a partir dos ensinamentos espiritualistas.

Figura 28 – Gráfico de distribuição por religião



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2011.

Ao serem indagadas quanto a sua religiosidade, as mulheres responderam que, embora o GEFA seja um centro com a doutrina espírita, distante do que pregam em suas religiões, elas encontram espaço de conforto perante as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Sentem-se, de certa forma, amadas e, até mesmo, protegidas. As colaboradoras continuam, depois de quase cinco anos, negando a doutrina espírita como sua religião, mesmo frequentando assiduamente a comunidade.

Em diálogo informal com uma das que se intitulam crente (evangélica), disse que se sente mais amada no GEFA, mas que por conta do preconceito da própria família, não tem coragem de assumir que seu “coração” é mais espírita do que qualquer outra coisa. Informou, também, que, o marido já deu uns “empurrões” na mesma por conta da sua participação no grupo.

No contexto, destacamos que as inovações sociais, econômicas e as necessidades geradas no contexto mais restrito – o familiar – levam esse grupo que, muitas vezes se sente excluído, a buscar respostas e soluções para seus problemas, independente de sua religião. É a necessidade de amparo; e elas criam um elo de afetividade com o lugar. Tuan (2012, p. 14) explica que:

[...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar do lugar estamos

cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

Existem mulheres que frequentam o GEFA há mais de 20 anos. Também foi questionado se as mesmas recebiam alguma assistência material da instituição; algumas responderam que sim, outras apenas afirmam que neste “lugar” encontram expressões de afeto, carinho, sentimentos. É uma forma de viver em um espaço que se sintam incluídas e aceitas na comunidade, de se ter uma vida melhor, buscando externar isso com trabalhos voluntários, filantrópicos e variadas faces, com o intuito de mudar a vida das pessoas, não somente no campo espiritual, mas também no social.

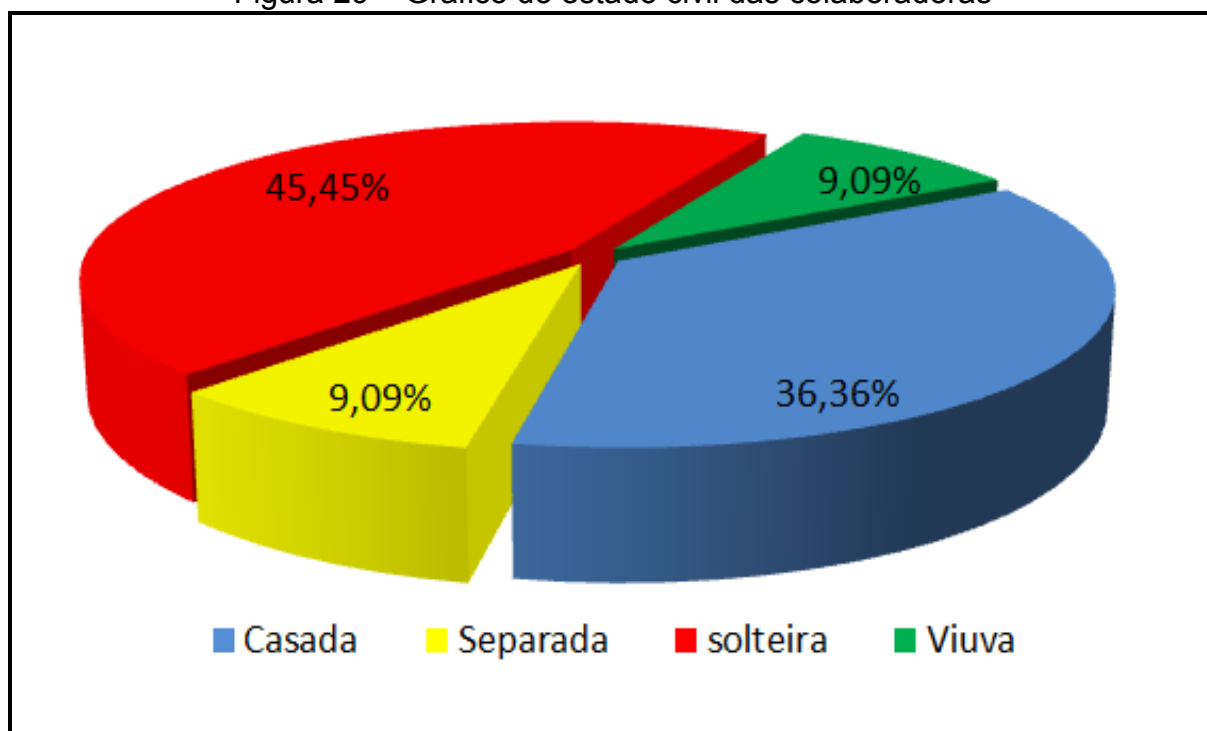
Portanto, a transformação do espaço, através do trabalho voluntário de homens e mulheres, durante quase três décadas, resultou em um lugar que mais parece o “porto seguro” da comunidade, do que uma simples casa que oferece pão e sopa aos necessitados. O aconchego encontrado no lugar, a ajuda material, espiritual e moral, satisfaz não apenas essas mulheres, mas, muitas pessoas que ali frequentam. Obviamente que é um contexto de necessidade diferenciado, mas não deixa de ser importante na vida, como Demo (2005) se refere como seres humanos colhidos de oportunidades e possibilidades.

Na busca pela evolução das mulheres e sua valorização em todas as áreas de suas vidas, procuramos elencar e comparar as respostas ao serem questionadas sobre as intervenções que as ações desenvolvidas pela UNIR contribuíram em suas vidas no âmbito social, familiar e profissional. Assim, todos os dados de suas vidas contribuem com a análise desta pesquisa.

4.1.4 Estado Civil

Outra questão que buscamos compreender é o estado civil das colaboradoras, o que nos possibilitou compreender o porquê de criarem seus filhos e filhas sozinhas. Também podemos perceber que 36,36% (gráfico 8) são casadas, o que podemos dizer que é um percentual grande para o quantitativo de mulheres que criam seus filhos sozinhas. Porém, 45,45% são solteiras e 100% das mesmas possuem filhos.

Figura 29 – Gráfico do estado civil das colaboradoras



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Importante frisar que todas as mulheres participantes recebem Bolsa Família, até mesmo as que têm filhos adultos, pois, recebem a dos netos o que, segundo seis colaboradoras é o que tem ajudado a completar a renda da família. As outras 12 destacam que é pouco, mas não deixam de receber, pois há uma série de critérios para que a família permaneça com o benefício, sendo o principal fator, a frequência dos filhos na escola e a vacinação que deve estar de acordo com todas as campanhas oferecidas pelo governo, o que torna um ponto positivo diante desta ação nas políticas públicas, pois supre as principais necessidades básicas, como direito a saúde e educação. 100% das entrevistas receberam, nos últimos 15 anos, algum tipo de benefício do Governo, por meio das políticas públicas sociais.

As respostas foram organizadas no quadro 01 e estão divididas em duas partes, a primeira no ano de 2011 e a segunda no ano de 2015. A proposta é fazer uma comparação entre esses dois períodos – com exceção da idade, pois a mesma está no gráfico nº 4. O objetivo é identificar as significativas mudanças ocorridas na vida das colaboradoras, a partir das ações desenvolvidas pelo GEPGÊNERO, na Instituição do GEFA, nos anos de 2009-2012.

Figura 30 – Quadro das atividades exercidas no GEFA pelas colaboradoras em 2011 e 2016

Ord.	Frequentadoras do GEFA	Respostas obtidas	
		2011 Sobre as Oficinas aplicadas	Mudanças ocorridas na vida de frequentadoras do GEFA 2016
1	Acácia A	Foi bom agora quero conseguir emprego pra ajudar em casa.	Estou empregada de carteira assinada em um restaurante no centro da cidade fiz mais dois cursos na área de informática, mas gosto da área de culinária atualmente tenho o ensino médio. Os primeiros passos foram no GEFA. Meus filhos estão melhores assistidos, continuam participando do GEFA, mas ajudando as pessoas que precisam como nós já precisamos e continuam seus estudos, mesmo o menino que tinha parado voltou a estudar.
2	Azálea Branca B	Acho que me ajudou porque vou conseguir fazer outros tipos de comida.	Continuo a estudar, também aprendi a cozinhar mais para a minha família, pois sabia mexer pouco na cozinha faço salgadinhos por encomenda, pão caseiro também vendo iogurtes e dindim em minha casa. Meus filhos ajudam na venda do que faço, mas permanecem na escola. Teve um que tentou sair da escola, mas aprendi com as professoras da UNIR ⁴ que o estudo é que dá chance para o pobre sair da miséria.
3	Azálea Amarela C	Serviu-me pra muita coisa, pois eu não sabia de nada. Nem bolo eu não sabia fazer. Depois pretendo colocar em prática o que aprendi.	Serviu-me pra muita coisa, pois eu não sabia de nada. Nem bolo eu não sabia fazer. Ainda não consegui colocar em prática o que aprendi, mais não desisti. Hoje estou trabalhando de doméstica, mas tenho minha carteira assinada. Meu filho mais velho também já esta trabalhando de carteira assinada, em casa entra dois salários mínimos, me sinto rica, pois, lembro de que até fome a gente passava.
4	Begônia D	Aprendi bastante coisa de cozinha. Acho bom. Vou tentar emprego.	Foi aprendizado. Faço em casa pras crianças. Eu não sabia nem fritar um ovo direito. Agora trabalho nas usinas, fiz pelo PRONATEC, parece um sonho, já fiz até outro curso, de guardete, e pretendo atuar na área. Estou parada, mas logo volto a trabalhar. Parei para ajudar minha filha que ganhou nenê e não tinha ninguém para ajudar.
5	Camélia branca E	Ainda não sei dizer, mas quero conseguir um emprego de carteira assinada.	Eu sonhava com o final do curso arrumar um emprego graças a Deus consegui, pois, eu gosto dessa área. Após o término das receitas eu já queria fazer e praticar pra ver se ficava bom. Atualmente trabalho em uma

⁴ Neste momento a colaboradora estava se reportando às pesquisadoras do GEPGÊNERO, referente às oficinas que fizemos no local em 2009 e 2011.

			panificadora no bairro minha carteira já é assinada há 02 anos. Eu terminei o Ensino Médio no ano passado, não foi fácil ⁵ . Mas não desisti e continuei até o final. Agora quero fazer o ENEM para dar continuidade. Não consigo pagar sozinha as contas da casa de ainda de uma faculdade. Mas quero terminar.
6	Cravo amarelo F	Eu aprendi mais. Eu pretendo ver se consigo um emprego em uma panificadora ou restaurante.	Com o que eu aprendi depois do curso trabalhei em uma panificadora hoje estou recebendo o seguro desemprego do restaurante em que trabalhava no centro da cidade o motivo de minha saída foi o nascimento de minha neta. Mas vou voltar assim que terminar o seguro desemprego e minha filha poder cuidar sozinha da menina, ou arrumar alguém para ajudar. Sei que preciso trabalhar, mas esta tão difícil arrumar alguém para cuidar de uma criança e não conseguimos creche para a bebezinha, então não sei o que vamos fazer.
7	Violeta G	O curso é muito bom e uma pena que quando chego em casa não posso fazer pois falta alguns materiais para o preparo da receita.	O início de minha jornada para o trabalho foi as oficinas no GEFA, hoje sou cabelereira e manicure e ainda trabalho como garçomete num cerimonial quando sou chamada. Na minha casa não falta mais comida, nem tenho que ficar usando roupas dos outros. Minha filha já trabalha e ajuda nas coisas de casa, mas sei que logo ela vai casar e ter a família dela e eu terei que ficar com tudo sozinha de novo. Mas, agora eu não tenho mais medo.
8	Margarida H	Eu gostei muito. Mas não dá para fazer o que quero, não tenho como comprar as coisas pra fazer.	Lembro que mesmo sem dinheiro comecei a fazer os salgados para festa. Minha irmã comprou fiado no barzinho perto de casa e me deu falando para pagar antes de vencer o mês, fiquei com medo de não conseguir. Deu certo, só que trabalho numa lanchonete também para completar o salário. Só com as vendas dos salgados não dá para sustentar a casa, pois, você sabe né! Tem mês que tem bastante encomenda em outros não tem quase nada.
9	Rosa Amarela I	No início fiz porque insistiram, depois fui gostando. Vou ver se dá para ganhar dinheiro com isto.	No começo pensei que tinha perdido meu tempo, mas depois, fui ajudar uma amiga que já mexia com comida para fora e ela ficou admirada como eu sabia tantas coisas e de maneira mais simples. Hoje trabalho numa churrascaria em outro bairro. Eu fiquei feliz que não aprendi só para cuidar de casa, que dá para trabalhar e ter a carteira assinada, por isso trabalho sorrindo e quando conto a minha história tem gente que não acredita, daí eu falo que é para confiar na vida e em DEUS.
10	Rosa Vermelha J	Sempre quis aprender fazer coisas gostosas e bonitas. Aqui aprendi	Sou uma mãe e esposa melhor sem precisar me esquecer que eu tenho que pensar em mim. Sou mais ainda dona de mim. Aprendi mais do que

⁵ No momento em que a colaboradora falou sobre não ter sido fácil ter terminado o Ensino Médio, ela chorou muito, pois sofreu assédio por ser muito bonita e ser mãe solteira.

		bastante e vou fazer para os moleques (filhos).	fazer doces e salgados. Aprendi a fazer coisas por mim e para os outros com amor. Mas pensando primeiro em mim. No começo meu marido achou esquisito só que logo gostou porque comecei a colocar mais dinheiro em casa. Agora ele não manda mais em mim como era antes. Todo mundo lá em casa começaram a ouvir a minha opinião e aceitar que muitas vezes eu estou certa e sei do que estou falando.
1	Crisântemo branco K	Quero apreender tudo o que as oficinas estão oferecendo. Pois quero ter uma profissão logo no início não sabia assinar meu nome completo.	Consegui concluir o ensino fundamental através da EJA, uma parceria que a UNIR trouxe aqui com o SESI, hoje sou Salgadeira e Padeira numa grande rede supermercado da cidade. Lá eu ganho mais de um salário. Quando comecei no GEFA, eu e meus filhos passávamos até fome, pois tive muitos momentos de desistir até da minha própria vida, mas alguma coisa não deixava. Graças a Deus! Pois, sei que tudo ficaria mais difícil, muito difícil mesmo, para a minha família se eu não tivesse mais neste plano espiritual para cuidar deles.
2	Flor do Campo L	Eu aprendi a cozinhar e quero conseguir um emprego de cozinha na escola...	Não consegui emprego de merendeira na escola como falei pra você, mas consegui de cozinha num restaurante perto da rodoviária que ganho uma salário mínimo. Para mim está bom, porque eu não ganhava nem a metade e precisava da ajuda dos outros para dar i que comer para o meu menino. E roupa! Agora eu posso comprar e ele não precisa ter vergonha mais. Até o pai dele passou a procurar a gente, mas continua só na bebida e não ajuda em nada.
3	Girassol M	Tomara que tudo mude conseguindo um emprego, mas não sei se minha idade vai ajuda.	Demorou, mas consegui emprego na casa de uma professora. Ela dá aula na faculdade e diz que minha comida é muito boa. Aprendi tudo no curso que fiz. Estou satisfeita com as coisas que aconteceram nestes últimos anos na minha vida. Nem acredito que deixei de passar falta das coisas lá em casa.
4	Flor-de-lis N	Já trabalho em casa de família, mas não tenho segurança na hora de fazer a comida.	Continuo trabalhando para a mesma família e eles falam que ficou bem melhor a minha comida. Conte para eles onde aprendi, ficaram um tempo me olhando esquisito. Acho que é por ser uma casa espírita. Mas logo voltaram ao normal. Agora faço bolo e outras coisas. Aprendi mais com uns vídeos que a filha mais nova da casa mostra para mim. Mas foi no curso que melhorou minhas habilidades na culinária .
5	Dália rosa O	Cursei sobre o incentivo das professoras do GEPGÊNERO para ser alfabetizada	Faço Bordados, pinturas e consertos em roupas o que me rende uma renda extra em casa todas estas atividades aprendi no GEFA com os cursos oferecidos. Mas assisto na televisão programas que ensinam a fazer artesanatos, o que ajuda bastante e, tem as revistas de vez enquanto eu compro para ver como faz as coisas da moda. Mas como minhas vista não estão boas, minha neta me ajuda na leitura.
	Lírio P	E muito bom participar das oficinas	Faço sabão caseiro e pintura sou aposentada por idade e não passo mais

6			vontade de comer as coisas como era quando você me conheceu. Eu também não deixo ninguém passar fome perto de mim. Prometi pra mim que não iria mais passar privação. Agora ajudo lá no GEFA as pessoas que precisam de ajuda igualzinho eu quando você me conheceu.
7	Rosa Branca Q	A melhor oficina do GEFA foi à de panificação sabia ler muito pouco e desenhava meu nome	Sou costureira hoje sou certificada no ensino fundamental completo a escola veio até o GEFA. Vou fazer o ENEM para conseguir uma bolsa integral para continuar os meus estudos em psicologia. Este curso é porque quero ajudar as pessoas igual me ajudaram. Vou conseguir, pensamento positivo para alcançar o que eu quero. Aprendi no GEFA que tem que ter perseverança e lutar pelo o que quero para mim.
8	Jasmim R	Aprendi tantas coisas. Fazer comida foi a melhor.	Com o que aprendi no GEFA sobre como fazer comigo eu ajudo num restaurante durante o dia, a idade não deixa mais trabalhar de noite e tudo vai caminhando certo. Meu velho ⁶ esta muito doente e preciso trabalhar para cuidar de casa, mas ele também ganha o aposento dele. Homem, sabe como é, não aguenta ficar parado dentro de casa e ele acaba gastando com os amigos mais do que põem em casa.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014/2015/2016

⁶ Forma carinhosa que chamamos as colaboradoras.

As mudanças ocorridas na vida das mulheres que frequentam o GEFA são elencadas por elas de forma que emociona. Trabalhar o estudo da fenomenologia nos possibilita ter um olhar esmerado, que fala de um espaço social de esperança, onde as pessoas se realizam enquanto ser humano. A inquietude da alma nos leva a imaginar o quanto a vida seria mais fácil de ser conduzida se as pessoas olhassem para o futuro no coletivo, em detrimento do individualismo que se instaura no ser humano.

Diante desse contexto, Tuan (2013), enquanto existencialista, desenvolve a ideia de que o espaço e lugar são organizados pela afetividade humana. Essa ideia de conceituação foi encontrada entre o GEFA e as colaboradoras desta pesquisa, analisando de maneira superficial e grosseira, essa percepção parece óbvia, por se tratar de uma instituição religiosa.

Quando voltamos o olhar para o espaço exposto por Bollnow (2008, p. 30) como sendo um “[...] vazio delimitado por uma casca, na qual cabe exatamente o objeto em questão, e por isso ele é necessariamente tão grande quanto o objeto que o preenche” percebemos que o espaço é, de fato, a esperança humana, é nele que construímos, destruimos e reconstruímos nossas esperanças de melhores condições de sobrevivência na Terra.

Mas, se analisarmos profundamente as transformações e os reais motivos que fizeram com que esse grupo de mulheres alimentasse sentimentos profundos por esse lugar, encontrar-se-ia razões além da concepção de um lugar sagrado. Tuan (2013) também afirma que o lugar foi uma área apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, que por sua vez implica na relação com o tempo de significados desse espaço em lugar.

5 O OLHAR GEOGRÁFICO DO LUGAR ATRAVÉS DAS IMAGENS

O projeto “Envelhecendo: construindo caminhos para a liberdade” está articulado com o projeto “Rompendo fronteiras: propiciando melhor qualidade de vida e exercício de cidadania no Bairro Mariana em Porto Velho”, que juntos oferecem propostas que favorece a inclusão e oportunidades aos residentes no bairro Mariana.

Figura 32 – Foto da turma do curso de letramento desenvolvendo as atividades escritas



Fonte: Acervo do GEPPENRO, junho de 2012

A alfabetização de adultos/idosos deve oferecer, além das competências necessárias para a aprendizagem do código escrito, a possibilidade de despertar a consciência econômica, social e política em relação à sua existência e à sua inserção dentro de um mundo sustentado por códigos, regras e leis, de modo a expandir a capacidade de participação social, e trilhar os caminhos para a liberdade e cidadania.

O processo de alfabetização foi vinculado às práticas sociais do uso da linguagem e da escrita no dia a dia, como por exemplo, a leitura de placas, jornais, bilhetes, cartazes, utilização do transporte coletivo sem a ajuda de terceiros e outras atividades cotidianas que necessitem da detenção da leitura e da escrita.

Figura 33 – Lanche servido às mulheres na oficina Rompendo Fronteiras no Grupo Espirita Francisco de Assis



Fonte Acervo do GEPGÊNERO. Junho de 2012

O projeto foi de grande relevância social, pois estava preocupado em levar os alunos a construir autonomia e responsabilidade em relação às suas ações; a desenvolverem a capacidade de interpretar e transformar a realidade, visando o seu bem-estar no coletivo, fomentando valores éticos e solidários, na tentativa de “formar para transformar”.

Os participantes deste projeto tiveram uma grande oportunidade, e por sinal, aproveitaram bem as articulações de ensino e capacitação. Através das práticas ofertadas nas oficinas como a de fabricação de sabão, detergente, água sanitária e

amaciante de roupas, todos aprenderam a fazer os seus próprios produtos de limpeza, bem como foi de total relevância a participação nas oficinas de educação ambiental, no que se refere ao reaproveitamento de óleos e ao perigo que representam quando são jogados em pias e no meio ambiente; e ainda participaram de orientações sobre higiene e limpeza na prevenção de alguns tipos de doenças.

Figura 34 – Foto da oficina de produtos de limpeza



Fonte Acervo do GEPGÊNERO julho de 2013

O objetivo principal do projeto era sensibilizar os participantes acerca da inclusão social como um processo de resgate da cidadania, promovendo oportunidade e a capacitação em oficinas para a fabricação de produtos saneantes químicos de limpeza, bem como oferecer subsídios, através de palestras e dinâmicas em grupo sobre educação ambiental e a importância da higiene e limpeza, como fonte de preservação contra doenças.

O bazar é uma atividade que ocorre anualmente, onde os participantes podem comprar diversos produtos a preços mais acessíveis, além de roupas e calçados que são itens comuns, o bazar também disponibiliza para venda outros produtos como eletrodomésticos, geladeira, fogão, liquidificadores, todos frutos de doações dos colaboradores do GEFA.

Figura 35 – Foto do bazar beneficente



Fonte acervo GEPGÊNERO. Maio de 2015

As arrecadações vindas do bazar são utilizadas em datas comemorativas, como páscoa, dia das mães, dia das crianças e ainda na confraternização de final de ano. Desta confraternização participam todos os frequentadores, tanto os trabalhadores como a comunidade em geral, do bairro Mariana. O Bazar beneficente acontece duas vezes ao ano; o primeiro acontece às vésperas do dia das mães e o segundo, no mês de dezembro, antes do Natal.

O GEFA oferece todos os domingos, após as palestras, um sopão solidário, que é destinado à comunidade em geral. O sopão é preparado com a colaboração de voluntários e conta com doações dos ingredientes.

Figura 36 – Foto do sopão solidário



Fonte Acervo do GEPGÊNERO. Maio de 2015

A sopa é oferecida pelos trabalhadores do GEFA todos os domingos para a comunidade do Bairro Mariana e bairros próximos, como São Francisco e Tancredo Neves. São distribuídos mais de 300 litros de sopa que é servida aos domingos, a partir das 11 horas.

Outro benefício encontrado no GEFA é a Creche Solidária, onde um grupo de mães se reveza nos cuidados às crianças para que outras mães possam trabalhar fora, seja através de diárias ou trabalho com estabilidade mensal.

Figura 37 – Foto das mães em entretenimento com as crianças



Fonte: acervo do GEFA, maio de 2015.

Todas as quintas-feiras, após a palestra de evangelização, há a distribuição da cesta de legumes e frutas para membros participantes do GEFA.

Figura 38 – Foto de um trabalhador do GEFA separando as cestas de legumes e frutas para a distribuição das famílias cadastradas



Fonte Acervo GEPGÊNERO, agosto de 2015.

As cestas são distribuídas todas as quintas-feiras. As frutas e legumes são obtidos através de doações de supermercados, produtores rurais, além dos próprios trabalhadores do GEFA. As famílias beneficiadas com as cestas fazem parte de um cadastro do GEFA, que identifica as famílias em situação de vulnerabilidade social. A imagem abaixo ilustra parte da equipe que atua no Grupo Espirita Francisco de Assis que é formada por diversos profissionais, como médicos, psicólogos, terapeutas, dentistas, advogados, professores entre outros, e também pela comunidade em geral.

Figura 39 – Foto da equipe trabalhadores voluntários do GEFA



Fonte: Acervo do GEPGÊNERO, agosto de 2015.

Para integrar o Grupo Espirita Francisco de Assis o principal pré-requisito é a solidariedade, ou seja, a disponibilidade para ajudar o próximo. Os colaboradores ofertam suas habilidades, estejam elas ligadas a sua área profissional ou não. Podemos citar algumas das principais atividades realizadas pelos colaboradores: palestras públicas, distribuição de sopa, cestas básicas, cursos de capacitações, evangelização, visita nas casas de enfermos e de pessoas que necessitam de apoio espiritual.

Desde abril de 1998 o GEFA realiza a distribuição de cestas básicas que é uma das principais ações sociais do Grupo Espirita. Essa distribuição acontece uma vez por mês aos frequentadores e frequentadoras selecionados (as), através de um cadastro, como antes citado.

Figura 40 – Foto da distribuição de Cestas básicas



Fonte Acervo GEPGÊNERO, fevereiro de 2015.

A cesta é composta por produtos que fazem parte da base alimentar, como arroz, feijão, macarrão, leite e biscoito.

A imagem abaixo ilustra os quites escolares distribuído para as crianças (filho de colaboradores/as), pois alguns pais têm dificuldade em obter o material escolar. Essa distribuição é feita, geralmente, no começo do período escolar, ou seja, no início do ano.

Figura 41 – Foto dos quites escolares distribuído para as crianças de famílias com alta vulnerabilidade social



Fonte: Acervo do GEPGÊNERO, fevereiro de 2015.

As doações funcionam como forma de incentivo para que não haja a evasão escolar, por falta de material, o GEFA ainda presta atendimento durante todo o ano, de acordo com a necessidade de cada família. Existe um acompanhamento desse grupo de família por assistentes sociais oriundas de algumas Faculdades de Porto Velho.

As atividades desenvolvidas pelo GEFA são ricas em solidariedade para com a comunidade, como forma de driblar a vulnerabilidade social presente em muitas famílias do bairro Mariana.

CONCLUSÃO

A geografia humanística e cultural traz uma análise espacial relacionada com o vivido, com sentimento e percepções de identidade, que valoriza e prioriza a subjetividade, na tentativa de entender as relações dos indivíduos com outros e com o lugar. Através dessa corrente geográfica, existe a possibilidade de estudar e analisar os grupos, as pessoas, a valorização, as representações carregadas de afetividade e vinculações estreitas.

Neste sentido, é importante trazer Silva, a qual explica que:

A geografia humanista tem o propósito de alcançar a compreensão do ser humano da sua condição e do meio em que vive. Tenta explicar e entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana (SILVA, 2015, p. 26).

Na vivência é que o significado do espaço frequentemente se funde com o de lugar a “sensação” de tempo afeta a sensação de lugar. É nesse sentido que o lugar, as experiências vivenciadas, a mudança da paisagem temporal é elaborada e construída pela transformação de vida de algumas colaboradoras. O tempo vivido por esse grupo de mulheres emergiu de um passado intocável e, sobretudo, do anseio que justificava um futuro melhor.

Este estudo sobre o espaço vivido e o lugar desse grupo de mulheres na geografia humana vem imbuído no desejo de resgatar futuras discussões sobre a importância do papel da mulher e nas transformações no contexto da vida moderna, buscando a inserção entre capacitação e as reações de gênero.

Ao tentar responder as indagações iniciais da pesquisa, nos deparamos com um misto de sentimento: alívio satisfação e principalmente mais dúvidas do que certezas. No início da caminhada, tem-se a impressão de que as dúvidas de um trabalho serão respondidas em sua conclusão. No entanto, é um ledor engano, ao contrário do que se imaginou, finalizamos com muitas inquietações, talvez, até mais do que quando iniciamos o projeto, no entanto, é isso que estimula o pesquisador, as buscas por trocas de experiências, aprendizados, questionamentos e investigações infinitas.

As questões trabalhadas nessa pesquisa permitiram traçar contornos mais nítidos em torno da complexidade de como entender as transformações neste grupo

de mulheres frequentadoras do GEFA, suas circunstâncias vivenciadas no âmbito familiar, escolar e o seu papel desempenhado como provedora da família. Estudar e desvendar o dia a dia delas possibilitou trazer à tona a importância do trabalho em grupo, dando a oportunidade de falarem de si mesmas, dos seus laboriosos dias bem como as dificuldades encontradas.

O espaço vivido como categoria de análise possibilitou compreender melhor as relações estabelecidas entre essas mulheres com o GEFA, o que motiva essas mulheres. Diante do contexto em que vivem, encontramos inúmeros fatores motivadores. A necessidade, a dependência, o prazer pelo trabalho, a vaidade, os momentos de socialização, a busca pelo alimento material e espiritual o reconhecimento pela autonomia, a satisfação, a liberdade. Não conseguimos dissociar esses motivos que as levam a fazerem parte dessa comunidade, pois eles se complementam. Não se vê a possibilidade de classificar como mais ou menos importantes na vida delas.

A geografia, para além de uma teoria do espaço, revela-se cada vez mais na atualidade como filosofia de vida, uma ideologia do cotidiano, ou tão simplesmente, enquanto contemplação estética da paisagem. Daí conclui-se facilmente que a geografia é, nas mesmas proporções, ciência filosofia e arte. É através do conceito de lugar que a geografia realiza a integração do espaço geográfico.

Não resta dúvida sobre o papel que o lugar exerce no seio da ciência geográfica. O lugar é a síntese mais significativa da relação sociedade/natureza. Dos aspectos psicológicos aos geográficos que cercam a noção de lugar, traduz-se na unidade espaço tempo mais representativo da presença humana na superfície do planeta. De outra maneira, significa dizer que, o lugar reafirma a importância do espaço para a sociedade enquanto palco da realização individual e coletiva.

Através dessa dinâmica participativa é que esse grupo constrói algo novo, que mobilizam, discutem e decidem sobre atividades novas ou atividades cotidianas. Dessa forma, que dentro das possibilidades alcançáveis que transformam o lugar em que vivem, que recriam que reproduzem, seja através da busca de melhorias para si mesmo ou para a comunidade, seja através de mão de obra desempenhada em benefícios de todos e ainda, pelo respeito conquistado.

Ao escolher a metodologia deste trabalho, a autora não conseguiu enxergar o quanto ela se realizaria, o quanto seria gratificante como formação pessoal e profissional, o quanto se sentiria impotente em algumas situações. A configuração

envolvente e fascinante, permitida pela observação onde o “campo” é a expressão das diferentes leituras, os detalhes minuciosos provenientes do lugar, das emoções das rejeições e expressões corporais vistas e sentidas. A pesquisadora vê as colaboradoras como sobreviventes de uma trajetória de dificuldades e até de violência, de uma vida silenciada e em alguns aspectos, invisível.

Espera-se alcançar, com esta pesquisa, que no mínimo, haja o despertar de interesse para implantação de projetos com cargas horárias mais extensas, que impulsionem a garantia de participação cidadã das mulheres. Que o grupo seja visto como agente transformador dentro das suas especificidades, do contexto social e político em que vivem. Que haja a efetividade de políticas públicas que valorizem suas aptidões e habilidades, fomentando meios para igualdade e justiça.

O trabalho com as colaboras do GEFA foi realizado de forma que proporcionou um crescimento profissional além do esperado, no entanto, compreende-se que há muito o que percorrer. É necessário que se tenha a continuidade das atividades desenvolvidas, com novas reconfigurações e redimensionamentos para adentrar mais nos seus “mundos”, fazer parte deles. Esse foi apenas um pequeno passo, de muitos que virão em busca da liberdade de expressão, de ideias, de sonhos, de viver dignamente.

A realização desta pesquisa é de fundamental importância para a academia, à comunidade envolvida e ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, assim como também para o grupo GEPGÊNERO. Sua importância está pautada na busca de compreender e contribuir para pesquisas sobre a Ciência Geográfica e as Relações Sociais de Gênero, pois os estudos de gênero possibilitam uma releitura das explicações correntes em torno das questões acerca do universo. No Brasil, a produção geográfica sobre as relações de gênero é bastante incipiente em comparação às Ciências Sociais.

Nesse sentido, a pesquisa terá seu grau de importância, pois os dados gerados podem ser utilizados para planejamentos futuros pelas instituições ou Estados, na implantação de políticas públicas para comunidade pesquisada. Buscando desvelar melhor essa realidade, concernente com a proposta de investigar as relações de gênero presentes nesta esfera, surge como objeto de estudo para nossa dissertação do mestrado, relações são dinâmicas e temporais, bem como será possível o recorte econômico na construção do espaço voltado para melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia Brito Nery. **A reafirmação do lugar na Geografia contemporânea a partir do conceito de solidariedade geográfica**. Universidade Federal de Sergipe – UFS. Núcleo de Pós-graduação em Geografia.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **A pluralidade da geografia e a necessidade de abordagens culturais**. In: KOZEL, Salette. SILVA, Josué da Costa. GIL FILHO, Sylvio Fausto (orgs.). *Da Percepção e Cognição à Representação: representações teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

BARBOSA, Fabíola Holanda. **Experiência e Memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia**. São Paulo, 2006. 172 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História Social).

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice**. In: *Velhice ou Terceira Idade?* BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BEZERRA NETO, José Maia. **O asylo lindo e protetor: práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870-1888)**.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**: Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Curitiba: UFPR. 2008. 327p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 11. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004. _____. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. 2. Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BORGES, Maristela Corrêa. **Da observação participante a participação observante: uma Experiência da Pesquisa Qualitativa**. In Pessoa, Vera Lúcia; RAMIRES, Júlio César de Lima. **Geografia e Pesquisa Qualitativa**. Editora Assis, Uberlândia Minas Gerais, 2009.

BRANCO, Adélia de. **Envelhecer na luta: a trabalhadora idosa no Vale do São Francisco**. In: Mary Ferreira, Maria Luíza Miranda Álvares, Eunice Ferreira dos SANTOS (org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUFMA/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001. 175

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: março de 2015. 181p. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**: introdução a uma filosofia da cultura

humana. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 391p.

CAMPOS, Ana Cristina. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU. Publicado em 27/04/2015 13h12.

In: EBC Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/desigualdade-feminina-no-mercado-de-trabalho-persiste-diz-onu>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

CERQUEIRA, Claudia Cleomar Araujo Ximenes; OLIVEIRA, Adriana Correia; OLIVEIRA, Ayrton S. P. As relações de Gênero no poder público do município de Pimenta Bueno, Rondônia. In: **Anais II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades**: Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial [2014], Porto Velho, Rondônia. v. 1. p. 955-989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Análise Crítica de Textos**. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia, RJ, nº 14, p. 7-18, 2º Semestre de 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**, Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margarete de Castro A. Pimenta 2ª Edição. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. In: **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 – 2011. p. 323-344. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

DEMO, Pedro, Dureza: **Pobreza políticas de mulheres pobres**, Campinas SP: Autores Associados, 2005.

DORNELLAS, Camilla Coelho; VILELA, Pedro Barbabela de Mello. “**Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016**: Transformar as econômicas para realizar direitos” – ONU MULHERES. In: **Conjuntura Internacional**. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2015/06/29/resenha-relatorio-progresso-das-mulheres-no-mundo-2015-2016-transformar-as-economias-para-realizar-direitos-onu-mulheres/>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

FARIA, Dóritos Santos de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. **Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira**: Cotidiano envolto em Brumas – Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional: Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRÉMONT, Armand. **A Região Espaço Vivido**. Trad. Antônio Gonçalves. Reivão &

Antônio G. Mendes. Coimbra, Livraria Almeida, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368p.

_____. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978. 203p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *In*: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 22 de setembro de 2015.

KASSHIWAGI, Helena Midori. **Representações da Paisagem no Parque Nacional de Superagui**: A homonímia Sínica da Paisagem em áreas preservadas. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2011.

LOPES, Luciane Gomes. **Vivência espacial das mulheres ribeirinhas**: os espaços paradoxais do distrito de Nazaré. 2013. 119f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2013. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3402_luciane_2011.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

MEDEIROS, Telma Fortes. Geografia e Gênero: Um Estudo no Contexto. 140f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2008. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3356_telma_fortes_turma_2006.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

MORAIS, Clodomir Santos. **Teoria da Organização**. Paz e Terra; São Paulo: 1999.

MORIM, Edgar. **O Paradigma Perdido**: a Natureza Humana. Portugal: Nova América 1990.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

_____. NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Josué da Costa. Reflexos das políticas públicas desenvolvidas e o empoderamento das mulheres em assentamentos rurais. *In*: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia**: reflexões geográficas. Curitiba: SK Editora, 2012. 285p. p. 121-138.

NEVES, Magda de Almeida. **Relações de gênero nos espaços público e privado**: a experiência das trabalhadoras na CUT. *In*: Rev. Brás. Estudos Pop, Campinas. 10 (1/2), p. 89-97, 1993. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos->

diversos/.arquivos/estudos_publico_privado_Magda. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

NENES, Suzana Mary de Andrade. **Uma leitura de história de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto**. 263f. (Tese de Doutorado), São Cristóvão, 2014. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1568. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

PELLUCIO, Gabrielle. **“Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser”**: perspectiva de gênero na geografia. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2015. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3372_grabriele_pellucio_2008.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: criação do Território Federal de Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. 216p.

OLIVEIRA, Claudia Nascimento. **“Um lugar para chamar de meu”** As agrovilas do assentamento rural Joana D’arc III e seus migrantes. 172 f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho: 2013. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3399_claudia_nascimento_2011.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

ONU MULHER. **Empoderamento Econômico**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Violência, Vulnerabilidade e Desigualdade Sócioespacial**: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho – RO. *In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa: v. 6, n. 2, p.92 - 104 ago./dez, 2015. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/1646/1406>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

ROSSINI, Rosa Ester. **Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na infância e na Adolescência**: Guia Prático para Educadores e Educadoras. São Paulo: USP CNPQNEGE, 2ª edição Revista Ampliada, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. Ed. SP: Atlas, 1996.

SAFFIOTI, Heleith B. Posfácio: **conceituando gênero; Violência de gênero no**

Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. & MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/UNICEF: 1994, p. 151-185; 271-283.

SANTOS, Sergio Paulo de Sousa. **A mulher no contexto contemporâneo: o papel da mulher no mercado de trabalho.** In: Anais da 8ª Amostra Acadêmica Unimep, 26 a 28/10 de 2010. **Desafios da educação superior na agenda do novo milênio.** Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/5/355.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Milton Santos).

_____. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo, 2012. 176p. (Coleção Milton Santos).

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma Geografia crítica.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 233p.

SERRANO, Rosana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo freire.** Disponível no site www.prac.ufpb.br; Acessado em 15 de julho de 2012.

SPM, Secretaria de Políticas para a Mulher. **Políticas públicas para mulheres.** [2012]. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

_____. **Mulher e trabalho.** [2015]. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

_____. **Trabalho, autonomia e igualdade.** 9 de abril de 2015 17:30:10 [2015b]. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-autonomia-casa.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SILVA, Telma Ferreira da; CASTRO, Sheila; MENESES, Elisângela Ferreira; NASCIMENTO SILVA, Maria Das Graças Silva; SILVA, Josué da Costa. Qual espaço para discutir gênero? In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 169 - 183, jan/jul. 2015. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/5418/pdf_163. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SILVA, Telma Ferreira da. **Geografia e gênero no assentamento rural Joana D'arc III: um lugar às margens da estrada.** 110f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2014. Disponível em:

[file:///C:/Users/Usuario/Documents/Adriana%20Correira%20de%20Oliveira/PPGG%20-%20Genero/4368 telma ferreira da silva turma2012.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Documents/Adriana%20Correira%20de%20Oliveira/PPGG%20-%20Genero/4368%20telma%20ferreira%20da%20silva%20turma2012.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SOUSA, Rúbia Elza Martins de. **Geografia e Turismo Rural**: Estratégias para o desenvolvimento local. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3176_rubia_elsa_2011.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SOUSA, Rúbia Elza Martins de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Mulher: a quebra do paradigma da função reprodutiva. *In*: Revista Geografares, nº10, p.203-224, Março, 2012, ISSN 2175-370. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1694/1707>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SOUZA, Sheila Ximenes de. **A Velhice fora do Lugar**: história oral de vida. 171f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho, 2009. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3367_sheila_ximenes_2007.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, 2002.

THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira. Curitiba: SK, 2012.

TUAN, Yi-Fu [1930]. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. – São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA, Marxlene Bezerra. **Relações de poder e gênero na gestão educacional**. 96f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho – RO, 2009. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3365_marxlene_bezerra_2007.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2015.